**Efeitos do Desemprego Prolongado na Divisão Sexual
do Trabalho: estudo de uma população masculina do
ABC – São Paulo.**

LUCIENE JIMENEZ

Dissertação de
Mestrado apresentada ao Departamento de
Serviços de Saúde Pública da Faculdade de
Saúde Pública da Universidade de São
Paulo.

Área de Concentração:
Serviços de Saúde Pública.

ORIENTADOR: PROF. DR. FERNANDO LEFÉVRE.

São Paulo

2002

***Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a
reprodução total ou parcial desta tese por processos fotocopiadores.***

Ao utilizá-los, cite a fonte.

Assinatura:

Data:

*Ao meu pai in memória,
ao meu irmão in memória,
ao meu filho,
e a tantos que, desejando ser homens,
reinventam a humanidade.*

Agradecimentos

Minha mãe, uma força constante.

Carmem Molloy, por sua escuta sensível.

Rosalina Carvalho da Silva, professora do Departamento de Psicologia e Educação da FFCL de Ribeirão, por ter me ajudado a começar.

Fernando Lefèvre que, como orientador me incentivou a continuar.

Helena Hirata, conjunção singular de sabedoria e simplicidade.

Eleonora Menicucci e Cláudio Dedecca, que, como membros da banca examinadora, fizeram críticas importantes e sugeriram mudanças preciosas.

Amigos de trabalho da UBS Jd. Inamar, onde tudo começou a mudar; e, aos do CRT-DST/Aids Diadema, pelo entusiasmo (e paciência), com que acolheram e compartilharam as minhas mudanças.

Pacientes do CRT-DST/Aids Diadema, pelas lições de vida e coragem.

Amigos de vida e viagem, do acaso e das esperanças compartilhadas: Fátima, Gre, Maira, Cláudio, Deise, Jacq, Elcy, Renato, Iara, Regina, Damián, Gisele, Tânia, Adriana, Raquel, Marcos, Mariel, ...

Pessoal da ETCD – Empresa de Transportes Coletivos de Diadema: Dinho, Papa, Edílson, Arilson, “... porque ser homem é outra coisa”.

Equipes dos Postos de Atendimento ao Trabalhador de Diadema e São Bernardo do Campo, pela disponibilidade com que me auxiliaram, em particular, à diretora Francisca Mendes e à psicóloga Selma R. Sercheli.

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Aos entrevistados, que conhecem a arte de seguir adiante.

RESUMO

Contextualização: Na última década, o expressivo aumento da taxa e do tempo de desemprego resultou no surgimento de grupos que há mais de um ano se encontram sem nenhum tipo de vínculo empregatício — desemprego prolongado. Os homens em idade produtiva e de baixa e média escolaridade; têm sido particularmente atingidos.

Referencial Teórico: Os discursos normativos referentes à masculinidade e à feminilidade mantêm estreita relação com os lugares construídos para o homem, no mundo da produção; e para a mulher, no universo doméstico. As recentes mudanças nas formas de trabalho possivelmente estão promovendo aberturas para o surgimento de construções discursivas mais pluralizadas. Assim, a linguagem assume relevância enquanto uma instância possível de construção e transformação dos sentidos, em que estão implicados tanto os eventos sociais como os diferentes sujeitos.

Objetivos: Investigar o lugar ocupado pelo trabalho e pela divisão sexual do trabalho nas subjetividades de homens atingidos pelo desemprego de longa duração.

Método: Entrevistas semi-estruturadas e individuais, com quinze homens casados e desempregados há mais de um ano, residentes nos municípios de Diadema (SP) e São Bernardo do Campo (SP). Procedeu-se à Análise do Discurso do Sujeito Coletivo.

Considerações: Os homens entrevistados conhecem e realizam várias formas de trabalho; contudo apresentam como referencial de vida o trabalho assalariado — emprego.

Quanto à divisão sexual do trabalho, foram encontrados discursos que atribuem papéis diferenciados ao homem e à mulher, justificando-os a partir das

características biológicas. Porém, foram identificados outros discursos que revelam um processo de transformação: a mulher realizando trabalhos com conteúdos masculinos e sustentando a família e os homens exercendo o cuidado dos filhos como exercício da paternidade.

Palavras chave: desemprego prolongado, divisão sexual do trabalho, gênero, masculinidades, subjetividades, análise do discurso.

ABSTRACT

Contextualization: In the past decade the marked increase in rate and length of unemployment led to emergence of groups that have had no type of employment relationship for over one year, that is, prolonged unemployment. Men at working age, with low and medium schooling levels, have been the most affected individuals.

Theoretical Reference: The normative discourse regarding masculinity and femininity keep close relation with spaces built for men - the production world, and for women - the domestic universe. The recent changes in labor relations are possibly promoting space for emergence of more pluralized discursive constructions. Therefore, language assumes importance as an eventual dimension for establishing and transforming meanings, in which both social events and different subjects are involved.

Objectives: To investigate the place occupied by work and by sexual division of labor in male subjectivities affected by long-lasting unemployment.

Method: Individual, semi-structured interviews with 15 men, married, unemployed for over one year, and residing in the cities of Diadema and São Bernardo do Campo (SP). A collective discourse analysis was performed.

Considerations: The males interviewed know and perform several types of work; however their life reference is waged work - employment.

As to sexual division of labor, there were discourses attributing different roles to man and woman based on biological characteristics. Nevertheless, other discourses were identified showing a transformation process: women performing jobs with male features and earning the living for the family, and men taking care of children as a paternity exercise.

Keywords: prolonged unemployment, sexual division of labor, masculinities, gender, subjectivities, discourse analysis.

ÍNDICE

1 Introdução	12
1.1 O que é o desemprego?	12
1.2 Caracterização do mercado de trabalho na região do ABC paulista	20
2 Histórico: Trabalho e Emprego	24
2.1 A constituição do emprego como paradigma do trabalho	24
2.1.1 O processo de disponibilização da mão-de-obra	24
2.1.2 O processo de domesticação da mão-de-obra	32
2.2 A crise do emprego como paradigma do trabalho	41
3 Referencial Teórico	48
3.1 Relações de gênero	48
3.1.1 Divisão sexual do trabalho	53
3.1.2 Contribuições da teoria pós-estruturalista	58
3.1.3 Masculinidade-s e divisão sexual do trabalho	62
3.2 Efeitos das transformações dos mercados de trabalho considerando a divisão sexual do trabalho	67
3.3 Efeitos do desemprego sobre a saúde considerando a divisão sexual do trabalho	74
4 Método: A Pesquisa Qualitativa	77
4.1 Objetivos	81
4.2 População de estudo	82
4.3 Locais de estudo	85
4.4 Tipo de estudo	86
4.5 Pré-teste	88
4.6 Instrumentos de coleta	89
4.7 Análise do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC	94
5 Organização dos Dados e Formulação do DSC	96
5.1 Contextualização das entrevistas e dos dados objetivos	96
5.2 Organização das entrevistas em temáticas	98
5.3 Formulação do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC	99
5.3.1 Tema 1: Trabalho x Emprego	100
5.3.2 Tema 2: Divisão sexual do trabalho	102
5.3.3 Tema 3: Divisão sexual do trabalho no cotidiano	106
5.3.4 Tema 4: Desemprego e vida afetivo-sexual	108
5.3.5 Tema 5: Considerações finais tecidas pelos entrevistados	110
6 Análise do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC	112
6.1 Os mercados de empregos e o trabalho	113
6.2 Os processos de trabalho e a divisão sexual do trabalho	125
7 Considerações Finais	137
8 Palavras Finais	142

Referências Bibliográficas

ANEXOS

Anexo I	Quadro: Taxas Anuais Médias de Desemprego Total, Rendimento Anual Médio e Tempo Médio Despendido na Procura de Trabalho na região do ABC – 1998 – 2000.....	159
Anexo II	Tabela: Distribuição dos Ocupados por: Posição na Ocupação no Trabalho Principal – Região do ABC – 1998 – 2000.....	160
Anexo III	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os Sujeitos Participantes da Pesquisa.....	161
Anexo IV-a	Instrumento de Coleta: Diário de Campo.....	162
Anexo IV-b	Instrumento de Coleta: Roteiro de Entrevista I.....	163
Anexo IV-c	Instrumento de Coleta: Roteiro de Entrevista II.....	164
Anexo V-a	Diário de Campo e Transcrição da segunda entrevista.....	165
Anexo V-b	Diário de Campo e Transcrição da quinta entrevista.....	174
Anexo V-c	Diário de Campo e Transcrição da sexta entrevista.....	179
Anexo VI-a	Exemplo de Instrumento de Análise do Discurso Individual.....	185
Anexo VI-b	Exemplo de Instrumento de Análise do Discurso Coletivo.....	187
Anexo VII	Quadro 1- Diferença entre Trabalho de Homem e de Mulher considerando os Processos de Trabalho.....	189
Anexo VIII	Quadro 2 - Diferenças entre Desemprego considerando Gênero e os Processos de Trabalho.....	190
Anexo IX	Quadro 3 - Realização dos Serviços da Casa.....	191

1. INTRODUÇÃO

1.1. O que é o desemprego?

O termo “desempregado” surgiu no final do século XIX, em decorrência da presença de um elevado excedente de mão-de-obra nas economias européias. Até o século XVIII, o emprego como expressão de trabalho institucionalizado, formal e assalariado ainda não estava consolidado; portanto na Europa, falava-se de pobres, indigentes, mendigos, mas esses termos não se referiam à falta de emprego, e sim de recursos ou de terras.

Principalmente na Inglaterra, esse excedente de mão-de-obra foi associado aos baixos salários, e chegou-se a pensar que a única forma de conter a multiplicação dos pobres fosse por meio de constrangimento moral, ou seja, abstinência matrimonial. Essa percepção moralista era oferecida como alternativa à regulação da dimensão da população ativa por meio da miséria ocasionada pelo pagamento de baixos salários (Pochmann 2001 p.84).

A etimologia do termo francês *chômage* (desemprego) derivou-se da palavra latina *caumare* que, por sua vez, derivava-se de *cauma*, ou seja, “calma”. A modificação semântica referia-se ao silêncio das máquinas quando paravam de funcionar e passou a denominar aqueles indivíduos privados do trabalho (Santos 2000 p.50).

A primeira noção de desemprego surgiu nesse contexto histórico como sendo:

“Toda privação involuntária e passageira de trabalho, por qualquer que seja o motivo: doença, acidente, falta de trabalho, etc.” (Besson 1995; Santos 2000 p.50).

Na “Conferência Internacional sobre o Desemprego”, ocorrida em 1925 na Inglaterra, a primeira definição considerava o desemprego como sendo:

A situação de todo trabalhador que, podendo e querendo ocupar um emprego submetido a contrato de trabalho, encontra-se sem trabalho e na impossibilidade de, em consequência do estado do mercado de trabalho, ser ocupado num tal emprego (Comte 1995 p.100).

Essa definição abrangia apenas aqueles que já haviam trabalhado, e o desemprego era entendido como decorrente do desajuste da concorrência no interior do mercado de trabalho. No entanto, para alguns autores conservadores da época (Pigou 1933 citado por Pochmann 2001 p.84), o desemprego era decorrente da voluntariedade do trabalhador que se negava a ocupar as vagas existentes, ainda que sustentadas por salários reduzidos. Assim, para esses autores, o excedente de mão-de-obra era possível, porém não durável, pois no médio e no longo prazos as economias funcionariam, em tese, no pleno emprego.

Entre o segundo pós-guerra até o final da década de 60, o combate ao desemprego esteve associado ao comportamento mais geral das economias nacionais. O reaparecimento do desemprego em larga escala, nos anos 70, num primeiro momento foi associado à inflação; posteriormente, nos países da Europa, foi relacionado à existência de diversos mecanismos de proteção social e de garantia de renda do trabalhador, fazendo-o desmotivado para a procura de emprego (formas de desemprego voluntário) (Pochmann 2001 p.85).

Independentemente dos motivos que têm originado o desemprego, as mudanças ocorridas nos mercados de trabalho nos últimos anos são expressivas, de

tal forma que o desemprego pode ser considerado um fenômeno mundial complexo e em expansão. A população mundial de desempregados passou de 37,5 milhões em 1975 para 138 milhões em 1999, um expressivo aumento de 100,5 milhões de pessoas vivendo em condições de desemprego no mundo (Pochmann 2001 p.85-86).

Considerando as diferentes regiões do planeta, esse aumento se tem dado de forma marcadamente irregular. Enquanto o número mundial de desempregados nos últimos 25 anos foi multiplicado em média por 3,65 vezes, nos países ricos esse fator foi de *duas* vezes e nos países pobres foi de *cinco* vezes. As nações não-desenvolvidas têm participação absoluta e relativa crescente na geração do excedente mundial de mão-de-obra (Pochmann 2001 p.80-87).

Apesar dos números significativos, não há consenso internacional, tampouco nacional, quanto ao conceito de desemprego. No Brasil existem dois indicadores que partem de diferentes referenciais: os dados do IBGE, obtidos por meio da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desenvolvida pela Fundação Seade e pelo Dieese¹.

O IBGE, por meio da PED, adota o critério internacional reconhecido pela OIT — Organização Internacional do Trabalho — nas resoluções da VIII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, de 1954, e propõe, por esse critério, a identificação de uma das dimensões do desemprego, caracterizada como ***desemprego aberto***:

¹ Tanto o IBGE (PME) como o Seade/Dieese (PED) consideram em seus levantamentos os dados de seis regiões metropolitanas: São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, sendo a sexta região o *Rio de Janeiro* para o primeiro indicador e o *Distrito Federal* para o segundo.

É a situação do trabalhador que, tendo procurado emprego durante a semana da pesquisa, e, encontrando-se apto para o exercício de uma vaga, não trabalhou (nem mesmo uma hora) durante a semana da pesquisa.

Nesse indicador, o que está sendo mensurado é a *falta involuntária de trabalho*, associada à *disponibilidade total de se empregar*, à *procura de trabalho* e ao *não-exercício de qualquer atividade*. Assim, parte dos desempregados que não procuraram emprego na semana da pesquisa é identificada na categoria “inativo”; já aqueles que desenvolveram ainda que apenas 60 minutos de qualquer atividade na semana serão computados na categoria “ocupado”.

Essa concepção (....) se deve a uma tradição estabelecida nos países desenvolvidos durante os anos de quase pleno emprego, quando a elevada possibilidade de reemprego não justificava a situação de desemprego sem procura nos sete dias anteriores à pesquisa (Dedecca 1996a p.17). Para as atuais configurações dos mercados de trabalho, “essa visão é frágil porque apreende somente uma limitada parte da manifestação do desemprego, isto é, aquela conformada pelas pessoas que procuraram e não realizaram qualquer trabalho na última semana” (Dedecca 1997).

O segundo indicador é obtido por meio da PED — Pesquisa de Emprego/Desemprego — Seade/Dieese², e propõe uma metodologia visando considerar algumas situações intermediárias entre os extremos de emprego com proteção social e desemprego aberto.

² Fonte: Fundação Seade <<http://www.seade.org.br>> data 25/11/2000

Esse indicador segue as recomendações da XIII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho de 1982, na qual a OIT propôs que os países buscassem aproximar seus levantamentos das proposições internacionais, porém considerando as especificidades dos mercados de trabalho.

Assim, ao lado do *desemprego aberto*, a PED tem registrado também duas outras situações de desemprego:

— *O desemprego oculto pelo trabalho precário (DOTP)*; *abarca os indivíduos que tomaram medidas efetivas para encontrar trabalho nos últimos 30 dias, ainda que tenham exercido alguma atividade eventual ou intermitente nesse período, sem qualquer perspectiva de continuidade.*

— *O desemprego oculto pelo desalento (DOD)* *refere-se àqueles (as) que, tendo procurado trabalho nos últimos 12 meses, interromperam a procura no mês de referência diante da inexistência de oportunidades de trabalho.* Neste caso, está-se admitindo a hipótese de que tais indivíduos interromperam temporariamente a procura por trabalho, mas não podem ser considerados propriamente inativos, pois, tão logo a situação do mercado de trabalho se mostre mais favorável, eles retornarão a ele, buscando uma nova oportunidade de inserção produtiva.

Para o Seade/Dieese, o *desemprego total* corresponde ao conjunto destas três categorias de desemprego: **aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento.**

“A justificativa para a ampliação da medição do desemprego baseia-se, fundamentalmente, na ausência de um sistema articulado e abrangente de

intermediação de mão-de-obra capaz de informar as vagas existentes e de financiar o custo de acesso, de qualificação profissional e de sustentação de renda” (Dedecca 1997). Quando as perspectivas de reemprego são reduzidas e os gastos decorrentes da busca por um emprego ficam, exclusivamente, por conta do desempregado, é esperado que as estratégias individuais se multipliquem, com o propósito de combinar atividades que visam à sobrevivência com tentativas de re-inserção no mercado formal de trabalho.

Dessa forma, a visão dual clássica sobre a organização dos mercados, em que a condição de atividade da população ativa poderia ser sintetizada pelas situações de **emprego ou desemprego**, é substituída pela presença de diferentes formas de inserção, tanto entre trabalhadores do setor formal como do setor informal. Assim, a partir dos anos 70, os mercados de trabalho passaram a caracterizar uma heterogeneidade que se refletiu em um caleidoscópio de situações ocupacionais, distanciando-se fortemente da visão dual inicial (Dedecca 1996a p.7).

O “reconhecimento das novas condições de funcionamento dos mercados de trabalho urbano resulta, não somente uma participação progressivamente mais baixa do assalariamento protegido, mas uma probabilidade temporalmente decrescente de reemprego que tem se traduzido em um crescimento do tempo médio de desemprego em todos os países” (Dedecca 1996a p.19).

Um dos efeitos da expansão do desemprego, principalmente nos últimos cinco anos, foi o aumento no tempo de procura por um novo emprego. O período em que as pessoas passam procurando emprego nas seis principais regiões metropolitanas do país aumentou gradativamente durante toda a década de 90,

passando de 14 semanas em 1989 para 24 semanas em 1996; em 1999, já era de 54 semanas, ou; um ano e meio (Billi 2000; Nuzzi 2001).

No Brasil, segundo Sérgio Mendonça, técnico do Dieese, esse fenômeno é recente, nunca houve um tempo médio tão grande de procura por emprego e não existem estudos nem conceitos adequados para analisar e compreender esse recém-surgido grupo (Billi 2000).

A parcela que mais conseguiu retornar ao mercado de trabalho foi a dos que estavam sem trabalho por dois a seis meses. A explicação mais provável é a de que as chances de exclusão aumentam à medida que o trabalhador permanece mais tempo fora do mercado de trabalho. Segundo Solange Sanches, coordenadora do Dieese, “a possibilidade de recolocação é inversamente proporcional ao tempo de desemprego”, (Nuzzi 2001).

A expressão “desemprego *crônico*” tem sido utilizada freqüentemente para fazer referência ao grupo que se encontra há mais de seis meses fora do mercado formal de trabalho. Contudo, a palavra “*crônico*” aproxima o desemprego do imaginário de doença, deslocando-o do campo social para o orgânico, promovendo uma aproximação do desemprego com as causas naturais. Dessa forma, tal qual uma doença “crônica”, o desemprego, ao ser assim adjetivado, adquire o status de mal incurável e produzido pela natureza, sob o peso do qual se deve ter resignação para enfrentar, ou pena daqueles que carregam esse tipo de fardo.

O fato é que o desemprego nada tem de natural, e existem transformações sociais profundas e ainda não nominadas ocultas sob o nome “desemprego”. Embora a perda da importância do assalariamento protegido seja amplamente reconhecida, há forte divergência quanto às conseqüências desse movimento para a dinâmica

econômica e do mercado de trabalho nacional e para as condições de empregabilidade da população brasileira em idade ativa (Dedecca 1996a).

Trata-se de uma reorganização global da força de trabalho, e aquilo que as estatísticas podem apreender e apresentar como desemprego aberto, oculto ou total; são facetas distintas que possibilitam uma aproximação parcial com um fenômeno mais complexo.

1.2 Caracterização do mercado de trabalho na região do ABC paulista.

A região do ABC³ agrega sete municípios pertencentes à Grande São Paulo; todavia, esses municípios apresentam características marcadamente diferentes no que diz respeito ao mercado de trabalho. Enquanto, por exemplo, em São Caetano a demanda pelos postos de atendimento ao trabalhador desempregado (PAT) é pequena e com escolaridade de nível médio e superior, em Diadema e São Bernardo do Campo a demanda, além de numericamente maior, apresenta níveis de escolaridade inferiores. Já em Rio Grande da Serra o mercado de trabalho se aproxima das atividades rurais⁴.

Sendo assim, cada uma das sete cidades pertencentes à região tem um perfil diferenciado de mercado de trabalho, associado a sua história e características regionais. Mediante a impossibilidade de desagregar os dados quantitativos da região do ABC, os mesmos serão brevemente apresentados, ressaltando que a média dos mesmos dilui características de realidades distintas, com necessidades e potenciais específicos.

A partir da década de 80, a região do ABC paulista foi fortemente atingida por transformações políticas e econômicas devido à chamada “deseconomia de aglomeração”, ou seja, o deslocamento de empresas para outras regiões, atraídas por

³ A região do ABC paulista abrange os municípios de: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Os dados apresentados neste capítulo, quando não citada a fonte, foram obtidos no site <<http://www.seade.gov.br/>> em 20/12/2000, 14/02/2001 e 17/04/2001 e referem-se ao levantamento de campo (PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego) realizado pelo Seade/Dieese com apoio do Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings. Os dados são agregados dos sete municípios e relativos à média de nove meses do ano.

⁴ Informações dadas pela diretora regional do Sert ABC – Secretaria do Estado e Relações do Trabalho – sra. Francisca Mendes.

incentivos altamente vantajosos, como aqueles da chamada “guerra fiscal” envolvendo outros Estados ou municípios.

Além da “guerra fiscal” dos anos 80, as políticas econômicas nacionais adotadas no decorrer da década de 90 conduziram, principalmente nas regiões mais industrializadas, ao aumento do desemprego estrutural. As indústrias, e principalmente a indústria de transformação e de construção civil, setores que absorviam principalmente uma população masculina com baixo nível de instrução, foram as mais afetadas pelo processo de desindustrialização (Leone 2000 p.86).

Na região do ABC, os demitidos industriais com carteira assinada foram 125 mil entre 1989 e 1997, segundo dados do Ministério do Trabalho (Lima 2001 p.12). No ano de 1999, a região que já foi a mais industrializada do país e berço de um representativo movimento sindical, tinha apenas 29,1% de seu contingente de ocupados no setor industrial e mais de 60% no setor terciário.

Em 1998, a taxa de desemprego total na região do ABC foi de 20%, passando para 21,4% em 1999 e retrocedendo para 18,7% em 2000. O contingente de pessoas atingidas foi de respectivamente 229 mil, 250 mil e 220 mil, respectivamente.

Contudo, apesar do decréscimo *quantitativo* do desemprego observado no ano de 2000, o rendimento anual médio dos ocupados decresceu progressivamente, passando de 926 reais em 1998 para 871 reais em 1999, chegando a 807 reais no ano de 2000, uma expressiva redução de 12,9%. Paralelamente, o tempo médio despendido na procura de trabalho passou de 41 para 47 semanas, atingindo 50 semanas em 2000 (Anexo I).

A proporção de assalariados com carteira de trabalho assinada decresceu de 45% em 1998 para 44,1% em 1999, mantendo-se constante em 2000, ao passo que os

assalariados sem carteira de trabalho passaram de 10% (1998) para 11% (1999) e 15,6% (2000) (Anexo II).

Quanto ao comportamento da ocupação na região do ABC, em 1999 a indústria fechou 20 mil postos de trabalho, enquanto o setor de serviços abriu 24 mil postos no mesmo ano. Esse fato refletiu-se na separação por sexo, já que a área de serviços é tradicionalmente mais ocupada pelas mulheres. Em 1998, as taxas de participação aumentaram de 48,4% para 49,5% para as mulheres, enquanto as mesmas taxas diminuíram de 71,8% para 71,1% entre os homens. No biênio 99/00, a proporção de mulheres desempregadas diminuiu de 57,6% para 56,1%, enquanto aumentou para os homens de 42,4% para 43,9%.

Dessa forma, observa-se que a diminuição quantitativa de desempregados foi concomitante a piora na qualidade dos empregos ofertados como: a ampliação das formas de ocupação precarizadas — sem carteira de trabalho assinada ou subcontratação —, a diminuição dos ganhos e o deslocamento dos postos da indústria para o setor terciário.

A participação relativamente baixa da indústria na oferta de postos de trabalho mostra a profundidade das alterações na estrutura produtiva da região e *a importância que o setor terciário e as formas alternativas de ocupação passaram a ter para garantir a inserção da população no mercado de trabalho.*

Se somados os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores autônomos que trabalham para o público, o emprego doméstico e os trabalhadores familiares sem remuneração, tem-se que quase *1/3 dos postos de trabalho gerados na região do ABC podem ser considerados de baixa qualidade.*

Nessa forma de produção que compõe a economia informal, há reduzida ou nenhuma separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção; além disso, a variável chave de seu funcionamento não é o lucro, e sim a subsistência dos envolvidos, criando uma espécie de “capitalismo de terceira classe” (Lima 2001 p.15).

Segundo Lima (2001 p.16), os participantes do “capitalismo de terceira classe” da região do ABC são em sua maioria homens (63%), maduros (75%, com 25 anos ou mais), mais chefes de domicílio (52%) e com educação primária ou básica (71%).

O impacto financeiro-material sobre esses trabalhadores é representativo; porém, a desorganização promovida pelo desemprego vai além da perda do salário e atinge a dimensão simbólica que o trabalho produtivo e remunerado adquiriu na vida humana, particularmente para os homens.

2. HISTÓRICO: TRABALHO E EMPREGO

2.1. A constituição do emprego como paradigma do trabalho.

2.1.1. O processo de disponibilização de mão-de-obra.

Considerando o tempo histórico, o capitalismo é um sistema bastante recente. “Cerca de dois séculos atrás, quando começou o capitalismo industrial, o proletariado constituía uma fração mínima da população naquele punhado de países onde o capitalismo existia e, relativamente à população mundial, representava uma percentagem desprezível. (...). Se não se esforçasse para vincular a força de trabalho, o capitalismo podia perdê-la em benefício da produção familiar e de setores pré-capitalistas (Bernardo 2000 p.61-68).

Assim sendo, o “emprego”, enquanto trabalho assalariado, *não* tem sido por excelência a expressão do trabalho humano, e este, tem ocupado diferentes lugares e representações no decorrer da história.

Em quase todas as línguas da cultura européia, “trabalhar” tem mais de uma significação. O latim distingue *laborare*, a ação, e *operare*, a obra. Assim também *laborare* e *operare* em italiano; *trabajar* e *obrar* em espanhol; no inglês, *labour* e *work*, e, em português, apesar de haver *labor* e *trabalho*, é possível achar na mesma palavra *trabalho* ambas as significações: a de realizar uma obra de reconhecimento social e que permaneça além da vida de quem a fez e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável (Albornoz 2000 p.8-9).

A palavra “trabalho” surgiu no século XI, originando-se do latim *tripalium*, instrumento formado por três estacas no qual os agricultores batiam o trigo, as espigas de milho, o linho (Albornoz 1986 p.10), ou ainda do latim vulgar *tripalium*,

que quer dizer pena ou servidão do homem à natureza (Carmo 1992 p.16). A maioria dos dicionários, contudo, registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente, ou se tornado depois. Outra versão “aponta como origem o termo latino *trabaculu*, da mesma raiz que deu em português trava, travar e que em latim significa uma canga colocada nos escravos para obrigá-los a trabalhar” (Leite 1994 p.13).

Os gregos distinguiam três possibilidades de trabalho: *labor*, *práxis* e *poiesis*. O *labor* é o trabalho do corpo pela sobrevivência, o camponês com o arado ou a mulher no parto. Há uma dose de passividade nessa atividade humana, já que se encontra submetida aos ritmos e forças incontroláveis da natureza; contudo, eram atividades que gozavam de prestígio, pois, para os gregos, por meio delas se estabeleciam os elos com as divindades (Albornoz 2000 p.45).

Segundo Arendt (1983), citada por Albornoz (2000), a palavra grega *poiesis* referia-se à criação de um produto pela arte, o “fazer” que pode superar no tempo o próprio trabalhador e é a expressão que melhor se aplica ao termo trabalho. A *práxis* era o domínio da vida ativa em que o instrumento era o discurso, a própria palavra. O exercício da palavra era a atividade significativa para o homem grego livre, que só podia viver como filósofo ou político, entregue à contemplação ou à ação política.

O *labor*, trabalho voltado para as necessidades do corpo, era realizado, segundo Perrot (1988), citada por Oliveira (1999 p.59), pelos escravos e pelas mulheres, numa marcada divisão sexual do trabalho; tanto as mulheres escravas quanto as consideradas livres eram responsáveis pela manutenção das atividades referentes ao espaço doméstico, como: a comida dos homens, o cuidado com as

crianças, a busca de água e a lavagem de roupas. No ano 310 a.C., havia em Atenas 400 mil escravos(as) para 21 mil cidadãos (Menegasso 1998 p.19).

Para os gregos, trabalhar não era nenhuma honra, bem pelo contrário — “... como observou Nietzsche, (...) para os gregos, tanto o trabalho como a escravidão eram uma desgraça necessária, um motivo de vergonha, como se fossem a um só tempo uma desgraça e uma necessidade” (Carmo 1992 p.18).

Já no sistema feudal, embora os camponeses fossem chamados servos — *servus* — do latim “escravo”, não eram propriamente escravos, pois tinham família, lar e dispunham de alguma terra; porém, deviam priorizar o trabalho *para* o senhor, o que os colocava numa posição de “servidão”. Os servos não podiam ser vendidos sem a terra nem abandoná-la; nesse caso, eram capturados. Esse domínio estendia-se aos descendentes e viúvas, que, inclusive, não podiam casar-se sem a prévia autorização do senhor (Huberman 1986 p.4-12).

Os corpos confundiam-se com a terra em sua capacidade produtiva, e ambos, inclusive os corpos reprodutivos das mulheres, pertenciam ao senhor. As atividades domésticas eram divididas segundo o *status* civil das mulheres: as solteiras lavavam e teciam, as mães cuidavam das crianças pequenas, as de meia-idade se ocupavam dos adolescentes e da cozinha. De acordo com Perrot (1988), citada por Oliveira (1999 p.59), uma clara divisão de classes sociais se estabelecia entre as próprias mulheres, no que diz respeito às atividades: eram as mulheres dos servos e dos camponeses as que mais trabalhavam; além de dividir as tarefas da agricultura com seus maridos, também realizavam as tarefas domésticas.

Porém, o próprio senhor do feudo não era dono da terra, ele também a arrendava de outro senhor mais acima na escala, e assim por diante, até aqueles, nobres ou cidadãos comuns, que arrendavam diretamente do rei.

A Igreja foi a maior proprietária de terras no período feudal, entre um terço e metade de todas as terras da Europa Ocidental tendo conquistado esse domínio de várias formas, entre as quais o dízimo — 10% do total da produção de qualquer coisa — que deveria ser destinado à Igreja. A aliança estava posta entre a Igreja, que prestava ajuda espiritual, e a nobreza, que fornecia proteção militar (Huberman 1986).

A unidade típica do final da Idade Média, que veio substituir a produção familiar, foi a pequena oficina, tendo um mestre como empregador e alguns aprendizes como ajudantes. O tempo de aprendizado podia durar muitos anos e era regido por acordos entre o aprendiz e seus familiares e o mestre artesão (Huberman 1986).

O mais freqüente nesse período era a produção artesanal; o ofício era a aplicação de um saber, “freqüentemente uma herança ou mesmo uma casta fechada. Nos ofícios ligados à madeira, à construção civil, nas próprias minas, onde a atividade do abate de carvão requer grande habitação⁵, nos laminadores de Ardenas ou nos chapeleiros do Aude, constituíam-se verdadeiras dinastias profissionais” (Perrot 1985 p.20-24).

Contudo, com a expansão do comércio, tornou-se necessário capital para a aquisição de matérias-primas e para a organização da venda, o que era assegurado por um mercador-fabricante, que deslocava o trabalho realizado pelos artesãos nas

⁵ Transcrição literal de tradução portuguesa.

aldeias ou nos subúrbios de cidades mercantis para os grandes centros urbanos em formação; além disso, organizava a divisão do trabalho em fases de produção — fiação, tecelagem e acabamento, por exemplo —, e ainda tratava da venda do produto (Catani 1984 p.54).

As expressões “indústria caseira ou doméstica” e “sistema de deslocação” têm sido usadas para fazer referência a essa fase inicial do capitalismo, chamada por Marx de “fase da manufatura”, por contraste com a da “maquinofatura” introduzida pela Revolução Industrial (Catani 1984 p.54). Nesse período, não existia separação entre os lugares onde se vivia e se trabalhava, bem como não havia distinção entre lazer e trabalho.

De acordo com Dobb (1977), citado por Catani (1984 p.55), nessa fase os trabalhadores ainda não estavam proletarizados, pois não se encontravam separados dos seus instrumentos de trabalho e, em muitos casos, da posse de uma pequena porção de terra. Além disso, a produção estava dispersa, descentralizada; o capitalista era um mercador que não exercia controle direto sobre a produção e não impunha sua própria disciplina ao trabalho do artesão.

Porém, o contínuo aumento do fluxo de comércio no século XVI fez com que muitos proprietários de terras fechassem os campos de produção voltada para a subsistência e passassem a investir na produção de produtos comerciáveis naquele momento.

O “fechamento dos campos” fez com que muitos camponeses e oficieiros fossem expulsos das terras onde até então tinham vivido e saíssem vagando pelas estradas como mendigos, vagabundos, ladrões, em direção aos centros urbanos em formação. Essas falanges ameaçadoras foram nomeadas pelos conservadores de

“massas”, e as partes das cidades onde elas se concentravam eram chamadas de *dark cities* – cidades escuras (Sevcenko 2001).

A figura do “mendigo” talvez seja o primeiro ancestral do desempregado, esses “mercenários”, cuja sobrevivência dependia exclusivamente do aluguel de sua força de trabalho eram proletários na medida em que representavam o contraste entre uma demanda de mão-de-obra e a existência de sujeitos que não lhe respondiam segundo as formas prescritas pelos modos dominantes de organização do trabalho (Castel 1998).

O fechamento dos campos foi acompanhado pela penetração do maquinismo, que, embora se tenha dado de forma muito irregular, desvalorizou o trabalho manufaturado, ao mesmo tempo em que os artesãos se viram impossibilitados de adquirir as novas máquinas.

Assim, indústrias proeminentes e regiões tecnicamente evoluídas contrastavam com setores em que dominavam o artesanato e a ferramenta a mão. Já no século XVI haviam sido introduzidos aperfeiçoamentos técnicos em algumas indústrias, e viam-se fábricas de papel e pólvora acionadas a energia hidráulica, além das máquinas têxteis, que tinham surgido muito mais cedo ainda. Contudo, casos assim eram relativamente isolados e se assentavam geralmente na mão-de-obra recrutada à força, em especial de deportados (Catani 1984 p.53).

Segundo Dobb (1977), citado por Catani (1984), as etapas de transição do sistema feudal para o capitalismo não foram nítidas e implicaram importantes transformações políticas no seio das classes e na política de Estado. Pode-se, contudo, distinguir duas fases importantes nessa transição:

— Na primeira, o pequeno produtor obteve sua emancipação, parcial ou completa, das obrigações feudais que sobre ele pesavam.

— Na segunda foi separado de sua propriedade, dos próprios meios de produção: sua porção de terra, seu gado e seus utensílios agrícolas ou de artesanato.

Às mudanças sociais e tecnológicas em processo — o êxodo rural, a formação das populações urbanas e a impossibilidade de competição entre a produção manufatureira e a industrial — aliou-se a explosão populacional ocorrida no final do século XVIII. “Ao se iniciar o século XIX, a pobreza atingia grande parcela da população⁶” (Castel 1998 p.281), completando, assim, um quadro decisivo para o surgimento do excedente de mão-de-obra indispensável para a formação do capitalismo industrial.

Contudo, força de trabalho disponível não significa *força de trabalho suficientemente disciplinada para os propósitos de acumulação do capital*. “Um dos aspectos da preparação histórica do capitalismo consistiu em impor à força de trabalho a obrigação de se assalariar continuamente. Com esse objetivo usaram-se mecanismos não só econômicos, mas também repressivos, nomeadamente as leis contra a vadiagem” (Bernardo 2000 p.68).

Foram necessários tempo e força para obrigar a mão-de-obra, acostumada a controlar o seu processo de trabalho no exercício dos ofícios, a se submeter à regularidade dos horários e dos ritmos, ao respeito pela ordem e pela hierarquia, à economia dos gestos e das palavras, à fixidez do corpo (Perrot 1985).

⁶ Em Paris, um relatório do governo estima que, em 1836, o número de “indigentes” (“desempregados”) é de um para doze habitantes. Buret fez cálculos complicados a partir da mortalidade nos hospitais e chegou à relação de um para 4,2 habitantes em Paris e de um para nove no conjunto do país (Castel 1998 p.300).

Para tanto, o corpo se tornou um dos alvos principais e passou a ser investido e trabalhado detalhadamente em seus gestos, atitude, rapidez, por meio de métodos que possibilitavam um controle minucioso e realizavam uma sujeição constante de suas forças, impondo uma relação docilidade-utilidade (Foucault 1987 p.118).

2.1.2. O processo de domesticação da mão-de-obra.

A implantação de um sistema de produção que passou a almejar o excedente, e não mais a subsistência, solicitou amplas e profundas modificações, não apenas na atitude diante do trabalho, mas também nos diferentes setores da sociedade.

Para Max Weber — *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* —, um dos elementos centrais que teria funcionado como um organizador da maneira de agir com afinidade ao modo econômico necessário para a consolidação do capitalismo foi o pensamento ético-religioso da doutrina e da conduta exigida pelo protestantismo (Catani 1984).

A concepção cristã medieval considerava o trabalho uma verdadeira maldição, devendo desenvolver-se apenas na medida em que o homem dele necessitasse para a sua sobrevivência, não sendo aceito, jamais, como um fim em si mesmo. Essa concepção não atribuía ao trabalho nenhum mérito ou significado capaz de conduzir o homem à salvação individual. Pregava, inclusive, que, se o indivíduo pudesse livrar-se do trabalho em virtude de suas riquezas e dedicar-se integralmente à vida contemplativa e à oração, tanto melhor (Catani 1984 p.15).

Na tradição judaica, o trabalho também é encarado como uma labuta penosa à qual o homem está condenado pelo pecado. A Bíblia o apresenta como castigo, um meio de expiação do pecado original. Por haverem perdido a inocência do paraíso, Adão é condenado a ganhar seu pão com o suor de seu rosto, e Eva é condenada às dores do parto (Albornoz 2000 p.51).

Contrapondo-se à concepção cristã de trabalho, a Reforma Protestante, no século XV, criou a valorização moral do trabalho como meio de salvação do homem e, também, como forma de permitir a associação lucro/trabalho, até então concebida

como usura pela Igreja Católica. Assim, as profissões puderam ser vistas como “vocação”, e o trabalho abnegado deslizou do campo da “punição” para o da “virtude”.

Lutero, apesar de continuar afirmando que o trabalho era uma consequência da queda do homem, repetindo São Paulo, acrescentava que todo aquele capacitado para trabalhar tinha o dever de fazê-lo e que “quem não trabalha não deve comer” (Albornoz 2000 p.50-56).

No luteranismo, o termo “vocação” passa a significar, praticamente, sinônimo de “profissão”. O homem é chamado por Deus não apenas para que tenha uma atitude contemplativa, mas sim para cumprir sua providência neste mundo por meio de seu trabalho e de sua profissão (Catani 1984 p.17).

Com o calvinismo, a consideração de que apenas por intermédio do trabalho e da profissão se rendem honras e glórias a Deus acentuou ainda mais a valorização religiosa da atividade profissional. Com a valorização positiva do trabalho, está também presente no espírito calvinista uma valorização positiva da riqueza gerada por esse trabalho (lucro), que deve ser reinvestida, servindo assim de estímulo para a criação de novas formas de trabalho (Catani 1984 p.17-18).

Essa concepção religiosa foi fundamental para tirar o trabalho do lugar de expiação e culpa, posicionando-o enquanto possibilidade de prazer pelo cumprimento de uma realização “missionária”. Porém, outros elementos estavam presentes no horizonte histórico, e traziam uma visão de mundo que favoreceria o desenvolvimento de uma nova concepção para as atividades humanas.

As grandes certezas do mundo medieval estavam quebradas — a Terra gira em torno do Sol e o mar não leva ao fim do mundo —, e os filósofos iluministas exaltavam o domínio do homem sobre a natureza graças à ciência e a técnica.

As sínteses do protestantismo e alguns aspectos do pensamento dos filósofos iluministas possivelmente exerceram influência recíproca na composição de idéias como a exaltação da liberdade individual e o poder do homem sobre a natureza graças à ciência e ao trabalho. Como resultado, “o trabalho, longe de escravizar o homem, surgiu como expressão do indivíduo, da personalidade, da capacidade criadora do próprio homem e, enfim, de sua própria liberdade” (Albornoz 2000).

Porém, o domínio sobre a natureza por meio das ciências e das técnicas estendeu-se sobre a própria natureza humana. O corpo, expressão primeira dessa natureza, foi então submetido a um extenso processo de controle, por meio de métodos e técnicas “científicas” que atravessaram as diferentes instâncias das sociedades ocidentais: escolas, prisões, hospitais, indústrias.

No que tange ao trabalho, o taylorismo e o fordismo foram de grande importância, pois fundamentavam, desde um ponto de vista “científico”, as bases teóricas que justificavam a aplicação das técnicas disciplinares na indústria.

A obra “*Os Princípios da Administração Científica*” de Taylor (1865-1915), publicada em 1911, marcou o surgimento do “taylorismo”, um modelo de trabalho fundamentado “cientificamente”. Nele, Taylor apresentava e justificava, num paradigma positivista, a execução do processo de trabalho pela estrita separação entre as tarefas de **concepção** e de **execução**. A gerência, a concepção e o controle foram separados da execução, constituindo instâncias diferenciadas e instaurando, a

partir do processo de trabalho, relações sociais hierárquicas. Além disso, a mecanização induzia à organização do trabalho como uma máquina sequencial e lógica, fragmentando cada operação no menor movimento possível.

A produção se dividiu, e o processo de trabalho se articulou, por um lado segundo suas fases, estágios ou operações elementares e, por outro, segundo os indivíduos que o efetuavam. Para tanto, operacionalizou-se um complexo princípio de quadriculamento individualizante visando distribuir os indivíduos num espaço em que se pudesse isolá-los e localizá-los. Foi preciso arranjar o aparelho de produção de modo que os corpos fossem dispostos no espaço segundo os “postos” que fixavam, ao mesmo tempo em que demarcavam as ligações operatórias; além disso, indicavam os valores na hierarquia e propiciavam uma maior economia de tempo (Foucault 1987 p.124-126).

O controle sobre o corpo, por meio do domínio sobre os tempos e espaços, constituiu a égide sobre a qual o taylorismo se desenvolveu. “Importava extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis, o que significava intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável, ou como (...) se pudesse tender a um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência” (Foucault 1987 p.131).

Vários efeitos atingiram simultaneamente o conteúdo e a organização do trabalho, entre eles a fragmentação dos antigos ofícios. “No final do séc. XIX (1896)

havia 856 profissões diferentes; em 1909, 15.000. Os velhos ofícios fragmentaram-se em segmentos distintos confiados a “especialistas” ou “técnicos” (Perrot 1985).

Aperfeiçoando a técnica taylorista, em 1913, em Detroit, Henry Ford criou a esteira rolante (Bihr 1998 p.39), elevando ao máximo o aproveitamento da lógica seqüencial. A data simbólica inicial do fordismo é o ano de 1914, quando Ford estabeleceu o dia de oito horas e 5 dólares (Harvey 1989 p.121).

Enquanto para Taylor o que estava em jogo era o desenvolvimento de um modelo de trabalho científico, altamente eficiente na sua capacidade de produzir em grande quantidade e com melhor qualidade, para Ford a produção em massa significava poder de consumo em massa, ou seja, os trabalhadores teriam acesso a bens que antes não tinham, originando assim uma sociedade mais justa e democrática.

O argumento econômico de que o taylorismo propiciaria produtos em quantidade e acessíveis “a todos” esconde um argumento mais sutil: essa divisão do trabalho propicia também a expropriação do saber; o “fazer” é repetitivo, destituído de sentido e desconectado tanto da concepção como do resultado final. Ou seja, “... a função disciplinar da fábrica é o que predomina” (Perrot 1985).

O novo sistema de trabalho estendeu seu domínio para além dos muros das fábricas e separou também o espaço/tempo de vida do espaço/tempo de trabalho. Os espaços destinados para atividades recreativas, como os clubes, as colônias de férias, as agremiações, etc., surgiram como forma de estender o controle sobre os operários e mantê-los longe dos sindicatos (Perrot 1985).

A configuração das cidades como hoje presenciamos, com lugares de trabalho e moradia distintos e distantes, aconteceu no decorrer da industrialização, durante o século XX. Concreta e simbolicamente, a vida humana foi cindida em tempos e espaços opostos, dissidentes, em que um não apenas não comporta o outro, como também o exclui: trabalho e vida pessoal. Essa concepção de vida e trabalho pode ser bem sintetizada através da máxima: “*Trabalho e vida pessoal não se misturam*”.

Enquanto o iluminismo reconhecia a existência de um sujeito individual, uno e livre, as técnicas utilizadas na indústria e aplicadas diretamente sobre o corpo concentraram as condições necessárias para fazer esse mesmo sujeito cindido e controlado, sem, contudo, abolir seu ideal de “liberdade”. Inclusive, de liberdade de trabalhar, contemplando assim os preceitos religiosos do protestantismo.

Estavam dadas as condições necessárias para que o sujeito da economia “deixasse de ser o Estado, para ser o indivíduo, concorrendo com outro indivíduo, livre para fazer o que bem entendesse, sendo que os eventuais desequilíbrios econômicos seriam ajustados por uma ‘mão invisível’” (Catani 1984 p.64).

O autor dessa idéia, o economista Adam Smith (1723-1790), enxergou no *trabalho humano e individual a fonte de toda riqueza social*. Frente ao mercantilismo, sistema adequado ao Estado absolutista, que assumia o papel centralizador de toda economia, Smith propôs um modelo no qual o Estado deveria retirar-se do cenário econômico e assumir apenas o papel de árbitro ou polícia. Esse modelo constituiu o corpo doutrinário e político do liberalismo (Catani 1984 p.64).

Um contraponto para essa compreensão é encontrado nos trabalhos de Karl Marx (1988 p.146). Para esse pensador, o trabalho, no sistema capitalista, pode ser considerado uma mercadoria, já que é possível trocá-lo por dinheiro. Porém, uma

mercadoria peculiar, já que é o trabalho que produz o excedente a ser acumulado pelo sistema. No espaço de um dia, uma semana ou um mês de trabalho, o trabalhador produz muito mais do que seu salário, e a diferença entre o valor do que produz e o valor de seu salário é a *chamada mais-valia, que, apropriada pela classe capitalista, é a substância de toda a sua riqueza* (grifo próprio) (Catani 1984 p.42).

Assim, “se os trabalhadores trabalham por um **salário**, e é o capitalista proprietário não só do capital, mas também do trabalho, é absurdo falar do trabalho separadamente do capital” (grifo próprio) (Marx 1988 p.148). O dinheiro só se transformará em capital se o valor final de um produto for maior do que o custo da matéria-prima somado ao custo da mão-de-obra aplicada sobre ela. Ou seja, é o lucro, ou a mais-valia, que transforma dinheiro em capital e trabalho em mercadoria.

Porém, Marx (1988 p.142) influenciado por vários pensadores, entre eles Hegel — *A Fenomenologia do Espírito* —, considerou que o trabalho, em sua gênese, é um processo entre o homem e a natureza, no qual, pela própria ação, o homem media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.

Hegel, citado por Albornoz (2000 p.62-66), concederia ao trabalho, à atividade prática material, uma dimensão que até então ninguém percebera tão claramente: *é graças ao trabalho, enquanto cria, que o homem se produz a si mesmo*. A atividade produtiva deveria ser, portanto, um processo por meio do qual o indivíduo se re-conheceria, ampliando assim sua autoconsciência como sujeito.

A produção do objeto pelo homem deveria ser acompanhada de um processo de “autoprodução”, ou seja, ao produzir, o homem se transforma, se reconhece e é reconhecido. A relação entre homens e objetos por meio do trabalho criaria também a relação entre os homens.

Contudo, no sistema capitalista o trabalho deixou de representar, prioritariamente, essa via de acesso à subjetivação, para, transformado em mercadoria, ser regido por uma nova relação muito peculiar: *o salário*.

A relação salarial comporta um modo de remuneração, ou compra, da força de trabalho, — o salário — que comanda amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operários e de sua família. É uma forma de *disciplina* do trabalho, que serve para regulamentar o ritmo da produção, e o quadro legal que estrutura a relação de trabalho, isto é, o contrato de trabalho e as disposições que o cercam (grifo próprio) (Castel 1998 p.417-419).

Após um primeiro período no qual as técnicas disciplinares incidiram diretamente sobre o corpo; num segundo momento o salário tornou-se fundamental como método menos físico, porém igualmente eficiente, de disciplina. “A remuneração deixou de ser a retribuição pontual por uma tarefa, e passou a determinar horários, produção e assegurar direitos, como o acesso a subvenções extratrabalho (doenças, acidentes, aposentadoria)” (Castel 1998).

Segundo Castel (1998 p.416-18), a constituição da relação salarial envolveu complexos fatores, sendo que foi a industrialização que a impulsionou, já que existia fracamente na sociedade pré-industrial.

Os assalariados constituíram a grande maioria da população classificada como economicamente ativa nos grandes centros urbanos nas últimas décadas do século XX, sendo vinculado a eles o *estatuto de “trabalhador”* (Castell 1998). As pessoas que se pensavam ferreiro, sapateiro, cozinheira, carpinteiro, etc., passaram a se pensar “operários”, *trabalhadores que deixavam de se reconhecer e de ser*

reconhecidos pelo seu “saber-fazer”, passando a ser identificados pelo nome da empresa ou pessoa para quem trabalhavam.

As perdas que essa operação representou, inclusive da autonomia que o ofício propiciava, foram compensadas por uma inscrição correspondente a um lugar no social e um estatuto associado a ele: *para o homem, o lugar de assalariado e o estatuto de trabalhador/provedor; para a mulher, o lugar de esposa e o estatuto de mãe.*

Dessa forma, criou-se uma cultura na qual apenas *uma das variantes do trabalho*, o trabalho assalariado ou *emprego*, foi associada aos valores positivos, tais como idoneidade, segurança, competência, confiabilidade, etc. Esses valores, somados às garantias sociais propiciadas pela relação salarial, possivelmente se potencializaram para funcionarem como técnicas disciplinares que conduziram com êxito a sociedade industrial até meados dos anos 60.

2.2. A crise do emprego como paradigma do trabalho.

A partir dos anos 60/70, vários fatores anunciaram o esgotamento do taylorismo como modelo predominante, muito embora ele continue coexistindo tanto com modelos anteriores como posteriores. O aprofundamento das origens e dos motivos da crise instalada no mundo do trabalho seria impossível aqui, dadas a complexidade e a diversidade dos campos envolvidos para o seu entendimento.

É possível citar apenas alguns dos fatores mais representativos, que segundo Antunes (1999 p.29-32) são:

- O surgimento de excesso de capacidade de produção, principalmente em países como Alemanha e Japão, levando à perda de lucratividade dos concorrentes.
- O aumento do preço da força de trabalho conquistado durante o período de pós-guerra.
- A autonomia do setor financeiro, graças a complexas inter-relações existentes entre liberalização e mundialização dos capitais.

Esses fatos, somados à expansão da tecnologia, contribuíram grandemente para a configuração de um quadro de recessão do capital e crise do trabalho, que conduziu à necessidade de organizar a produção de maneira diferente do que vinha sendo feito até então.

A nova forma de organização do trabalho — **reestruturação produtiva, acumulação flexível, ou toyotismo** — surgiu como resposta à crise capitalista dos anos 70, porém seu início aconteceu bem antes, no Japão. após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse novo modelo há uma reaproximação entre planejamento e execução; o trabalho é realizado em células ou pequenos grupos regulados pelos próprios trabalhadores e não mais em linha de montagem, ou seja, a noção de “*postos*” é substituída pelo conceito de “*trabalho em equipe*”. Dessa forma, busca-se estimular o envolvimento do profissional com o trabalho, já que ele mesmo passa a ser responsável pelo planejamento e pela execução. Porém, ao mesmo tempo se reduz de forma significativa a pirâmide hierárquica e o número de funcionários necessários para o desempenho da mesma tarefa.

São considerados qualificados para ocupar os novos cargos aqueles que se mostrem capazes “de adaptação à intensificação do ritmo de trabalho e às demandas dos clientes, disposição para ser competitivo, amabilidade, equilíbrio, capacidade de adaptação às novas situações, etc., enfim, ‘a nova qualificação’ valoriza as competências individuais” (Segnini 2000 p.202-203), ao mesmo tempo em que enfatiza o trabalho em grupo, como se este pudesse apresentar no resultado final a somatória das competências individuais.

Pela primeira vez na história, houve aumento da produção com diminuição de postos de emprego, comprovando que o trabalho não é uma quantidade fixa que se reparte entre os trabalhadores disponíveis e que a intensidade e a complexidade do trabalho podem aumentar, fazendo com que a demanda por mão-de-obra diminua. “Nos últimos 100 anos, a produtividade do trabalhador médio norte-americano aumentou cinco vezes” (Bernardo 2000 p.75).

A queda brusca na utilização do trabalho humano foi uma das consequências mais significativas para a sociedade. Esse fato vem resultando no desemprego progressivo de milhões de trabalhadores sem perspectiva de se reempregarem.

Além do desemprego, a nova reestruturação produtiva tem desencadeado não só um conjunto heterogêneo de conteúdos de trabalho e de formas de contratação, mas também um novo tipo de divisão, que afeta os trabalhadores mundialmente e em cada país. De um lado, um grupo de trabalhadores qualificados, bem pagos e estáveis; de outro, a ampliação de redes de subcontratação, com as empresas terceirizando parte de sua produção e estabelecendo contratos provisórios e flexíveis (Neves 2000 p.180) e, por fim, um vasto setor marginalizado e condenado às formas mais degradadas de trabalho (Bernardo 2000 p.84).

Paci (1992), citado por Dedecca (1996a p.8) considera que as condições de atividade podem ser mais bem tratadas a partir de quatro grandes estratos:

- ***Produtivo-protegido:*** formado pelos setores produtivos centrais da sociedade.
- ***Reprodutivo-protegido:*** dominado pelas atividades do Estado e do serviço público.
- ***Produtivo-não-protegido:*** caracterizado pelas atividades dos pequenos negócios, base da economia informal.
- ***Reprodutivo-não-protegido:*** constituído pelas atividades de subsistência, ou, segundo as palavras do autor, *marginal*.

Nos últimos vinte anos, a crescente dominância dos estratos protegidos vem sendo invertida, ao mesmo tempo em que o trânsito positivo entre estratos está cada vez mais inviabilizado e, dada a longa duração do desemprego, antigos contingentes de ex-assalariados estão sendo jogados nos estratos não-protegidos (Dedecca 1996a).

Devido as transformações ocorridas no interior dos mercados de trabalho, em 1992, o IBGE propôs uma ampliação do termo “trabalho”:-

- a) Ocupações remuneradas em dinheiro, mercadorias ou benefícios — moradia, alimentação, roupas, etc. — na produção de bens e serviços.
- b) Ocupações remuneradas em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico.
- c) Ocupações sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvidas durante pelo menos uma hora na semana; em ajuda a membro da unidade domiciliar, conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; como aprendiz ou estagiário.
- d) Ocupações desenvolvidas, pelo menos uma hora por semana, na produção de bens e na construção de edificações e benfeitorias, para uso próprio ou de pelo menos um membro da unidade domiciliar (Bruschini 2000 p.14).

Esse novo conceito tem como favorável o fato de inserir no campo do trabalho aqueles considerados desempregados, mas que na realidade, mesmo sem vinculação institucional, se encontram ocupados nas mais variadas tarefas, “bicos”, e outros trabalhos, muitos deles de natureza afetiva, como cuidar de crianças, idosos, educação, etc., ainda que em tempo parcial ou transitoriamente.

Alguns autores denominam esse processo como “informalização” e outros, como “precarização” dos mercados de trabalho. Independentemente do termo adotado, parece ser inquestionável que uma massa crescente de trabalhadores apresenta alta vulnerabilidade na sua condição de atividade (Dedecca 1996a p.12).

O reconhecimento das diversas atividades recém-surgidas é fundamental para o processo de integração dessas atividades nos processos sociais e posterior legitimação, como a inclusão nos benefícios da seguridade social, diminuindo assim a condição de vulnerabilidade, já que o desempregado é, muitas vezes, assim

denominado tão somente devido à ausência de vínculo institucional entre ele e seu trabalho, e não devido à falta de ocupação ou atividade.

O problema para os trabalhadores que se encontram nessa condição é que, além da exclusão dos benefícios, as atividades desenvolvidas geralmente não funcionam nem como via para inserção social nem para identificação enquanto classe ou categoria, nem tampouco os recursos financeiros obtidos resultam representativos para a manutenção material e, quando se trata de homens, para a manutenção do lugar de provedor familiar.

Gorz (1987 p.90) refere-se aos “*não-empregados*” para falar das pessoas que já perderam a expectativa de reempregar-se e buscam alguma forma de ocupação que lhes possibilite certo rendimento. Bihr (1998 p.58) chama de “*operário massa*”, e para Offe (1987 p.90), trata-se do “*neoproletariado*”. “A única coisa certa, para eles, é que não se sentem pertencer à classe operária *nem a nenhuma outra*. Não se reconhecem na categoria de *trabalhador* nem naquela, sua simétrica, de *desempregado*” (Gorz 1987 p.90).

Assim, como alternativa para nomear esse novo grupo, Antunes (1999 p.101-106) sugere a ampliação da noção de “classe trabalhadora” para “classe-que-vive-do-trabalho”, possibilitando, dessa forma, abertura para a construção de uma nova identidade de classe, não mais apoiada na identificação com o maquinário ou a tarefa, mas sim; com o ato do trabalho, seja ele qual for; não mais o “trabalho-emprego”, mas o “trabalho-vida”.

Compreendida dessa maneira, a situação de desemprego prolongado emerge como uma possibilidade para a expressão de novas formas de

trabalho; ainda que de modo improdutivo no que tange à extração da mais-valia ou lucro, essas novas expressões mantêm-se como eixo organizador das atividades cotidianas, da relação com o corpo e com o intelecto e da relação com os outros na rede social e familiar.

Não mais o trabalho institucionalizado como emprego, “mas o trabalho retomado na sua dimensão essencial da potência humana, que produz relações, que desenvolve os processos sociais, produzindo subjetividades coletivas, o que é comumente chamado de produção de cultura” (Negri 1993 p.41).

O trabalho, tal como foi cunhado pelo fordismo/taylorismo, ocupou os tempos e espaços do cotidiano individual de tal forma que a vida estava determinada pelos diferentes momentos do trabalho — ingresso/início/passado, promoção/meio/presente e aposentadoria/fim/futuro —, denotando uma idéia de vida e trabalho sobrepostos, bem como de vida voltada exclusivamente para o trabalho. Assim sendo, podia-se pensar um ciclo de existência sobreposto ao ciclo dos tempos no trabalho, trabalho este que se coadunava com a idéia de emprego (Grisci 1999 p.8).

Essa forma racional organizava a vida em função do trabalho, e ainda separava o trabalho em manual e intelectual. O sistema taylorista neutralizava a atividade mental dos operários (Dejours 1992 p.18), o corpo dócil e disciplinado teve seu tempo cronometrado — desde as idas ao banheiro durante o horário de trabalho até a data da aposentadoria —, e seu espaço de circulação cuidadosamente demarcado. Um corpo sem mente, despersonalizado, cuja existência estava condicionada ao selo de uma empresa.

Esse tipo de trabalho — emprego assalariado — é apenas uma das formas possíveis de expressão do trabalho. A idéia de perda da centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas, sustentada por diversos autores (Offe 1985; Gorz 1992), parece ser fruto de uma confusão entre diminuição de emprego e diminuição de trabalho, entendendo-se aí o trabalho como estritamente produtivo e industrial. Se há regressão do emprego assalariado, não se pode fazer a mesma afirmação quanto às diferentes atividades de trabalho, que continuam a ocupar uma posição determinante nas sociedades contemporâneas (Hirata 1998 p.22).

Se, por um lado, a situação de “desemprego prolongado” muitas vezes representa trabalho exaustivo e com diversos pontos negativos que já foram explicitados, devemos considerar também que essa mesma situação devolveu o tempo livre ao trabalhador habituado a ter seu tempo cronometrado; deu-lhe, ainda, a diversidade de espaços onde antes estava o espaço condicionado da linha de montagem ou a “estrada” de trabalho, abrindo possibilidades de expressões e atividades até então restritas pela modalidade “emprego”, surgindo assim ***“uma força de trabalho à deriva de qualquer controle de tempo ou espaço, nômade, à procura de novos espaços de expressão e vida”*** (Negri 1997).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Relações de Gênero.

O termo “*gênero*” surgiu nos anos 70, nos estudos das feministas americanas, e tinha como objetivo, naquele momento, a ruptura com a concepção organicista que explicava as diferenças entre os homens e as mulheres. O vocabulário disponível para fazer referência às diferenças sexuais, até aquela época, era a palavra “sexo” — feminino ou masculino —, fortemente vinculada ao determinismo biológico.

A abordagem inicial de gênero era basicamente descritiva, porém rapidamente foram questionadas as noções de universalidade e de essência, até então presentes na categoria “mulher”, de matriz branca, heterossexual e burguesa, na qual muitos sujeitos femininos não se reconheciam (Meyer 1998 p.16).

Tais questionamentos conduziram diferentes abordagens em torno do tema, que, segundo Scott (1995 p.4), podem ser resumidas em três posições teóricas.

- A primeira relacionando gênero às origens do patriarcado.
- A segunda situada no seio de uma tradição marxista e procurando um compromisso com as críticas feministas.
- A terceira fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês — Foucault, Derrida, etc. —, e as teorias anglo-americanas das relações de objeto – psicanálise inglesa⁷.

Resguardadas as polêmicas advindas das diferentes filiações teóricas, a evolução dessas discussões foi consensual quanto a restringir o uso da palavra “sexo”

⁷ Para aprofundar-se sobre o histórico das diferentes abordagens teóricas utilizadas nos estudos de “gênero”, ver o texto de Joan Scott “Gênero: Uma Categoria Útil Para a Análise Histórica”. Recife: SOS Corpo; fevereiro 1995.

à identidade biológica, “reservando **‘gênero’ para o campo da construção social dos sujeitos como masculino ou feminino**” (grifo próprio) (Louro 1996 p.9).

Há que se considerar que outros elementos como classe, etnia, religião, idade, etc., também compõem os diferentes sujeitos, atravessando a pretensa unidade de cada pólo — masculino/feminino —, e que gênero se constitui juntamente com essas categorias.

Apesar disso, gênero é tido como o “*primeiro modo de dar significado às relações de poder*”, **porque a relação hierarquizada com base na diferença sexual antecede e atravessa todas as outras relações sociais** (grifo próprio) (Louro 1996 p.14).

Para Scott (1995), gênero implica quatro elementos inter-relacionados:

— O primeiro refere-se aos *símbolos culturalmente disponíveis* que evocam representações múltiplas e freqüentemente contraditórias, como, por exemplo, Eva e Maria, ou Maria e Madalena como símbolos de mulheres na tradição ocidental cristã. As oposições binárias repousam na idéia de oposição e identidade; ao mesmo tempo em que os dois pólos se opõem, há embutida a afirmação de que cada pólo é idêntico a si mesmo. Nessa lógica, a mulher é o oposto do homem, o não-homem ou o homem a quem falta algo, sendo que todas as mulheres são iguais entre si, o mesmo acontecendo com os homens.

— O segundo elemento aponta para a existência de *conceitos normativos plantados tanto pela religião quanto pela ciência* ou pelos sistemas de educação ou jurídico e que, de modo geral, cercam os indivíduos, circunscrevendo-os a uma suposta “normalidade”. A história posterior é escrita como se essas posições normativas revelassem o produto de um

consenso social, e não de conflitos investidos de interesses e poderes. O objetivo da pesquisa histórica nesse contexto é destruir a noção de fixidade, desengessar as oposições — masculino x feminino, velho x jovem, negro x branco, etc. — propiciando a percepção do caráter temporal, cultural e relacional.

— Ao se desconstruir a noção de fixidade e a aparente atemporalidade da representação binária dos gêneros, tornar-se-á necessário incluir a noção do político, tanto quanto das instituições e organizações sociais.

— Por fim, o rompimento com os estereótipos binários promove a emergência de diferentes sujeitos ou subjetividades, que tanto influenciam quanto são influenciados pela dinâmica das relações cotidianamente renovadas.

Dessa forma, entende-se que a construção social do sujeito, masculino ou feminino, envolve as noções de “relação” (social), “multiplicidade” e “diferença” (Meyer, 1998 p.16). “Relação social significa contradição, antagonismo, luta pelo poder e resistência a considerar que os sistemas dominantes são totalmente determinantes” (Hirata e Kergoat 1998). As representações de homem e mulher estão de tal modo relacionadas que, ao mudar uma, a outra necessariamente também mudará.

A “multiplicidade” toma em consideração a existência de diferentes grupos étnicos, religiosos, as diferenças geracionais e outras particularidades inerentes aos diferentes sujeitos, que conduzem a uma multiplicidade de subjetividades mutantes no tempo e dinâmicas no espaço.

O processo de construção de subjetividades convive com a imposição de determinados modelos culturais hegemônicos — estratégias que são orientadas pelo controle dos desejos e das vontades —, em que se objetiva moldar, regular. Todavia, o processo de subjetivação não é visto como destino inexorável de serialização de indivíduos, porque comporta simultaneamente a possibilidade de reapropriação, subentendendo que os sujeitos são agentes aos quais se permitem escolhas que, embora não sejam ilimitadas, abrem espaço para a construção de algo, pois, contrariamente às normas do controle, levam à reconquista do potencial da autonomia criativa (Matos 2000 p.18-19).

Partindo dessa compreensão, as diferenças são evidentes, estejam elas no tempo histórico, na regionalidade, na anatomia, na condição social, na etnia ou na idade, etc., devendo não apenas ser reconhecidas como também preservadas e respeitadas.

Embora a reivindicação de “igualdade” entre homens e mulheres tenha feito parte da história da militância feminista⁸, hoje está claro que se trata de uma reivindicação de igualdade de acesso a bens e serviços, de paridade de tratamento, e não visa, obviamente, negar as diferenças borrando a multiplicidade de subjetividades.

Cabe aqui, no entanto estabelecer algumas considerações sobre a categoria “gênero” e o termo “**sexualidade**”. Este último surgiu tardiamente, no início do século XIX, e *foi estabelecido em relação a fenômenos que cobriam tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do*

⁸ Para aprofundar-se sobre o polêmico processo histórico envolvendo a discussão “*igualdade x diferença*” ver sobre o “*Caso Sears*”, em Scott J. “Deconstructing equality-versus-difference: or, the uses of poststructuralist theory for feminism”. *Feminist Studies*.14 (1), 1988.

comportamento. Referia-se à instauração de um conjunto de regras, em parte tradicionais e em parte novas, apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas, como também remetia ao modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos e sonhos (Foucault 1984 p.9-10).

Assim, enquanto o uso da palavra “*sexo*” pode ser vinculado à **identidade biológica**, a expressão “*sexualidade*” pode ser entendida como uma experiência historicamente singular por meio da qual os indivíduos são levados a reconhecer-se como **sujeitos de uma sexualidade** (Foucault 1984 p.10), ocupando a categoria “*gênero*” o lugar de “elemento constitutivo das **relações sociais** fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (Scott 1995 p.11).

Assim, no contexto deste trabalho estarão em interação e diálogo dois campos:

- As colaborações trazidas pelos conceitos do pós-estruturalismo francês, notadamente as contribuições de Michel Foucault sobre sujeito, discurso e poder.
- As elaborações tecidas pelas feministas marxistas, que deram especial atenção ao mundo do trabalho, tanto do trabalho produtivo quanto do reprodutivo, e preferiram a expressão “relações sociais de sexo” ao termo “gênero”.

3.1.1. Divisão sexual do trabalho

O surgimento da palavra “gênero” foi facilitado pelo idioma inglês que já traz dicionarizado *gender* com um sentido relacionado à diferença sexual. O mesmo não ocorre na língua francesa, bem como na portuguesa e na espanhola; o dicionário não traz essa acepção (Louro 1996 p.9), possibilitando abertura para outras expressões.

Enquanto o termo “gênero” surgiu nos estudos americanos, nos estudos franceses a expressão “relações sociais de sexo” foi escolhida para fazer referência à construção social dos sexos. Embora os dois termos sejam frequentemente utilizados como sinônimos, são altamente polissêmicos e referem-se ao contexto histórico, social e cultural no qual surgiram (Kergoat 1996 p.24).

Assim, temos:

— **“Gênero”** enquanto o “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (Scott 1995 p.11).

— **“Relações sociais de sexo”** remetendo à perspectiva teórica marxista, que enfoca a divisão social e sexual do trabalho como motor da desigualdade (Oliveira 1999 p.68).

Em seus trabalhos, Kergoat (1996 p.25) afirma que a aproximação da expressão “relação social” — fato da cultura — com a palavra “sexo” — percebido como fato da natureza — tem um efeito detonador, interrogativo, subversivo, que não encontra correspondente no termo “gênero”. Além disso, associa a expressão “relações sociais de sexo” com “divisão sexual do trabalho” de tal modo que as duas expressões se tornam indissociáveis, constituintes de um mesmo sistema (Kergoat 1996 p.19).

No seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas ao mesmo tempo relacionadas uma à outra. As exigências da análise levam-nos a atribuir à primeira o nome de produção e à segunda o de reprodução. Compreendidas dessa forma, produção e reprodução são indissociáveis. Não se pode pensar uma sem a outra; uma é a condição da outra (Haicault e Combes 1986 p.24-25).

As relações sociais organizam, denominam e hierarquizam as divisões da sociedade: privado/público, produção/reprodução, ficando a divisão social do trabalho entre os sexos, como ponto organizador das relações sociais de sexo (Kergoat 1996 p.24).

Anterior ao processo de industrialização, “enquanto as tarefas caseiras e profissionais eram realizadas em simultâneo, no seio do mesmo universo doméstico, a divisão sexual do trabalho existia, porém não era vista como uma desigualdade. O homem e a mulher trabalhavam às vistas um do outro, e ambos de maneira igualmente exaustiva. As mulheres realizavam parte do trabalho produtivo e os homens também faziam alguns serviços da casa, preparando a lenha, fabricando utensílios, etc.” (Prost 1992 p.41-42). O dia de trabalho era de até 16 horas, e crianças a partir de 3 anos trabalhavam como adultos (Dejours 1996 p.16). Famílias inteiras precisavam trabalhar exaustivamente para sobreviver miseravelmente.

Nos primeiros estágios de desenvolvimento tecnológico, a divisão dos ofícios e dos empregos repartiu os sexos e as idades segundo uma hierarquia em que intervinham não apenas as noções de trabalho simples ou complexo, mas também uma outra, mais sutil, de trabalho apropriado, de papel específico, conveniente, até mesmo de estatuto. *“Ao homem, a madeira e o metal. À mulher, o tecido e o*

vestuário”. Essa síntese incisiva, formulada por delegado operário em 1867, exprime toda uma visão de existência (Perrot 1985).

Isso quer dizer que “a divisão sexual do trabalho, que designa prioritariamente os homens para a produção e as mulheres para a reprodução, é anterior ao modo de produção capitalista; contudo, o advento do capitalismo subverte não apenas as condições da produção de bens, mas também as condições da produção de seres humanos” (Haicault e Combes 1986 p.270).

Com a industrialização e com a consolidação do sistema capitalista, surgiu um importante elemento que não se encontrava presente nas sociedades agrárias pré-industriais: a captação financeira. Era preciso organizar formas para lidar com esse recém-surgido componente, de modo a favorecer o sistema e direcionar a mão-de-obra masculina para a indústria.

A forma encontrada parece ter sido uma dupla operação: ao mesmo tempo em que a captação financeira foi fortemente associada à masculinidade, com a mesma intensidade foi excluída dos atributos normativos da feminilidade.

Ser homem tornou-se sinônimo de ser provedor, ou seja, ter condições para sustentar mulher e filhos, o que, para os mais pobres, significava submeter-se ao assalariamento. “O sucesso dessa estratégia consistiu no fato de transformar o *trabalho assalariado* — um dos princípios do sistema — em padrão de masculinidade” (Matos 2000 p.42).

O lugar social atribuído à mulher manteve-se associado à maternidade, ao trabalho doméstico e às atividades expressivas de sentimento, ressaltando-se a gratuidade de tais tarefas como expressão de amor e desprendimento. “A mulher deve ser meiga, passiva, devotada a servir aos outros, capaz de realizar duas jornadas e

vários tipos de tarefas simultaneamente” (Duran 1987); porém, sua identidade familiar está sustentada moralmente mesmo quando ela está desempregada (Sarti 1997 p.56), já que é o trabalho doméstico e gratuito, vinculado à maternidade, que lhe assegura o lugar socialmente reconhecido de “mulher”. Aos trabalhos tradicionalmente reservados às mulheres correspondem baixos salários não tanto porque são efetuados por mulheres, mas porque são uma extensão das atividades consideradas *naturais*, gratuitas, efetuadas pelas mulheres (Kartchevsky-Bulport 1986 p.19).

Refletir sobre a divisão sexual do trabalho nos coloca diante do fato de que essa forma de divisão se articula por interpenetração com outras formas de divisão (Lopes 1996b p.80), que utilizam outros critérios como classe, raça ou etnia, idade e nacionalidade e que são trançados juntamente com a divisão sexual do trabalho a fim de ordenar várias subdivisões que irão definir quem faz o que, quando, onde e por quanto.

Porém, essa trama de relações é dinamizada pelo componente sexual. Toda relação social é sexuada, enquanto que as relações sociais de sexo são atravessadas por outras relações sociais. Sendo assim, as relações de classe, por exemplo, imprimem conteúdo e direção concreta às relações sociais de sexo. Ao inverso, as relações de sexo são analisadas como emprestando conteúdos específicos às outras relações sociais (por exemplo, a norma da “virilidade”, tão presente no meio operário masculino) (Kergoat 1996 p.23).

A divisão sexual do trabalho foi e é um importante organizador do mundo do trabalho, e esse mundo não pode ser concebido de forma transcendental ao mundo social. Ao contrário, existem vigorosas alianças entre ambos, as quais, por meio de

práticas particulares, criam e recriam sistemas simbólicos estruturados de forma objetiva na realidade social (Fonseca 1996 p.70).

3.1.2. Contribuições da teoria pós-estruturalista.

A discussão sobre gênero aconteceu num momento histórico — décadas de 60 e 70 —, de mudança do paradigma positivista para o literário, ou da chamada “virada lingüística”, quando o redimensionamento do conceito de linguagem assumiu um lugar central.

“Fundamentando-se, sobretudo, nas obras de Jaques Derrida e Michel Foucault, as estudiosas e os estudiosos (de gênero) enfatizaram a centralidade da linguagem na construção, manutenção e transformação do social. (...) *A linguagem é a instância em que se constroem os sentidos que atribuímos ao mundo e a nós mesmos*, o que equivale a dizer que a linguagem produz aquilo que reconhecemos como sendo o real ou a realidade, ao mesmo tempo que produz os sujeitos que aí estão implicados” (Meyer 1998 p.17), bem como é produzida por eles.

Essa abordagem desloca o foco de análise da mulher dominada para a construção relacional entre os sexos, em grupos e/ou sociedades localizadas e datadas (Meyer 1996 p.43), postulando, assim, homens e mulheres como *sujeitos*.

A palavra *sujeito* para Foucault (1988 p.2), conforme citado por Meyer (1996 p.46) tem dois significados: “*submetido a outro por meio do controle e da dependência, e, atado à sua própria identidade pela consciência ou conhecimento de si mesmo*” (grifo próprio). Com essa compreensão, Foucault rompe com a noção de sujeito unitário, racional, homogêneo e centrado, proposto pelo pensamento iluminista, contrapondo um sujeito diluído e pulverizado, resultante de relações múltiplas e contraditórias estabelecidas nas redes sociais.

Para sermos capazes de incorporar as complexas articulações que constituem os diferentes sujeitos assim “descentralizados”, torna-se necessário pensarmos o poder também como uma rede complexa.

O poder não é um objeto natural, mas construído historicamente. Existem formas de exercício dos poderes diferentes do Estado e a ele articuladas de maneiras variadas; a mecânica do poder se faz presente por toda a sociedade. É o diagrama de um poder que não atua a partir do exterior, mas trabalha o corpo, manipula seus elementos, organiza o espaço, controla o tempo, vigia e produz conhecimento por meio do registro contínuo. Enfim, produz comportamentos, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade industrial, capitalista (Machado 1996 p.xvii).

Foi esse tipo específico de poder que Foucault chamou de disciplina ou poder disciplinar, “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade (....)” (Machado 1996 p.xvii).

Contudo, os dispositivos de sexualidade não são apenas do tipo disciplinar, isto é, não atuam unicamente para formar e transformar o indivíduo (....). Eles também se realizam pela regulação das populações, por um poder que age sobre a espécie humana que considera o conjunto com o objetivo de assegurar sua existência (Machado 1996 p.xxii).

As questões referentes a nascimento, morte e reprodução estão ligadas *não apenas a um poder disciplinar que atua sobre o indivíduo*; essas delicadas questões da humanidade são alvos também de um *bio-poder* que age sobre as massas

informando e propagando as condutas “corretas”, “higiênicas”, “saudáveis”, produzindo modelos de comportamento (Machado 1996).

A construção discursiva de um “padrão” bipolar de comportamento — masculino ou feminino — baseado no emparelhamento com o sexo biológico — homem ou mulher — é, portanto, um efeito da ação de diferentes poderes atuando individualmente sobre os corpos — disciplinar — e, concomitantemente, sobre os grupos — bio-poder.

Contudo, a mecânica do poder deve ser diferenciada da dominação; enquanto nesta última as relações são fixas e assimétricas, inviabilizando qualquer possibilidade de resistência, “o poder se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas” (Machado 1996); “são ações exercidas constantemente entre os sujeitos, e *que supõem formas de resistência e contestação não polarizadas*” (grifo próprio) (Louro 1996).

Rigorosamente falando, “o” poder não existe; existem práticas, mecanismos ou dispositivos de poderes (Machado 1996 p.xvi) a que nada ou ninguém escapa, disseminados pelas relações sociais e exercidos a partir de inúmeros pontos, em meio a relações desiguais e móveis (Foucault 1985 p.89). Os poderes não mais se encontram em algum ponto específico da estrutura social, possibilitando desse modo resistências, rupturas e mudanças cotidianas.

Assim, “o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 1985 p.89). Esse poder que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos — seu corpo — e se situa no nível do próprio corpo social penetrando, a vida cotidiana,

pode, por isso mesmo, ser caracterizado como micropoder ou subpoder (Machado 1996 p. xii).

Assim, as mesmas relações de poder que produzem representações dicotomizadas e estanques para o feminino e para o masculino abrem espaço para, por meio do discurso, possibilitar a construção e a implementação de novos significados e expressões. “Esses processos de significação construídos pelo discurso produzem e sancionam o que, numa determinada sociedade ou grupo, é aceito como verdade” (Meyer 1996 p.47).

Enquanto discurso, gênero está implicado na constituição e na operação de símbolos, de doutrinas, de instituições e de organizações sociais e políticas, bem como nos processos de construção das subjetividades (Meyer 1996 p. 49). “São os sistemas de representação social que constroem os ‘lugares’ nos quais indivíduos e grupos se posicionam (ou são posicionados), e a partir dos quais podem falar (ou podem ser falados), uma vez que esses sistemas providenciam respostas para questões acerca de ‘quem sou eu?’ ou ‘o que posso ser?’, ou ainda ‘quem pode dizer o que, acerca de quem, a quem, em que circunstâncias?’” (Matos 2000).

“Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (Foucault 1985 p.96).

3.1.3. Masculinidade-s e divisão sexual do trabalho.

A discussão referente à masculinidade surgiu a partir dos anos 70, nos Estados Unidos, por iniciativa dos homens negros e gays (Gagnon e Parker 1994), sendo que posteriormente, nos anos 80, a discussão foi ampliada, abarcando homens e mulheres, e, sob a perspectiva de gênero, buscou-se perceber a diversidade de vozes masculinas (Piscitelli 1998 p.153).

No início da década de 90, Connel (1995) abordou as masculinidades no marco da sociologia política, propondo quatro padrões principais de masculinidade vigentes na ordem de gênero: a masculinidade hegemônica, a subordinada, a cúmplice e a marginalizada.

A masculinidade hegemônica seria aquela ligada à legitimidade do patriarcado, que garante a dominação dos homens e a subordinação das mulheres. Nessa configuração, o homem tem sua masculinidade avaliada por sua capacidade de prover materialmente aliada a distanciamento emocional, prontidão sexual, força, coragem, resistência física, etc., construindo assim um imaginário de poder e invulnerabilidade permanentes.

A prontidão sexual é um elemento importante desse discurso, de tal modo que encontra respaldo até nos dicionários de língua portuguesa, nos quais os termos “virilidade” e “masculinidade” são apresentados como sinônimos (Barbosa 1998 p.323). Em alguns contextos, virilidade e masculinidade se definem pela posse do corpo da mulher, tratado como objeto de dominação, controle e uso dos homens (Barbosa 1998 p.324), sendo que passa também a ser do homem a responsabilidade de prover materialmente esse corpo.

A masculinidade subordinada refere-se à assimetria de poder entre homens, determinada por questões como etnia, opção sexual ou hierarquia institucional. As masculinidades cúmplice e a marginalizada incorporam apenas alguns elementos da hegemônica, porém não todos.

Essa proposta contribuiu para pluralizar a masculinidade, evidenciando sua multiplicidade. Todavia, estudar as masculinidades pensando em hegemônicas e subalternas denuncia a inexistência de uma complexificação equivalente no que se refere às feminilidades (Piscitelli 1998 p.154), rompendo com a construção relacional proposta pelos estudos de gênero.

Segundo Almeida (1995), citado por Costa RG. (1998 p.197), *masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis respectivamente a homens e mulheres, mas são metáforas de poder e de capacidade de ação e, como tal acessíveis a homens e mulheres*. Isso significa que as masculinidades são não apenas construções históricas, relacionais e culturais, como também *construções discursivas*, e, por isso, podem ser acionadas de maneiras distintas, dependendo da situação em questão.

A masculinidade normativa pode ser entendida como uma construção discursiva ideal e, justamente por isso, impossível de ser atingida ou mantida por muito tempo, exercendo poder controlador sobre homens e mulheres.

As masculinidades, tanto quanto as feminilidades, são constituídas e constantemente re-constituídas nas relações estabelecidas entre *homens e homens, homens e mulheres, e mulheres e mulheres*. “Enfatizar o caráter relacional é dizer que os estudos sobre sujeitos concretos devem considerar as percepções sobre masculino e feminino como dependentes, ao mesmo tempo em que são constitutivas das relações sociais” (Costa RG. 1998 p.187).

Considerando, portanto, o caráter relacional das construções discursivas sobre o feminino e o masculino, tanto o trabalho como o desemprego assumem representações distintas para homens e mulheres.

Para o homem, o trabalho sob a forma de emprego formal e institucionalizado assumiu nas sociedades modernas a representação de via de acesso a um lugar no campo social. Enquanto que, para a mulher, a garantia desse lugar é dada pela rede familiar e pela maternidade; apesar de os rendimentos advindos do trabalho serem de suma importância para muitas mulheres, simbolicamente não é o trabalho que as insere no mundo social, ficando esse acesso vinculado ao exercício da maternidade e a um lugar na rede familiar.

“Para o homem, a perda do emprego o atinge naquilo que o faz homem, privando-o das referências fundamentais de sua identidade social, a de trabalhador/provedor/pai de família. A ausência do provedor masculino significa uma perda que atinge o grupo familiar ‘como um todo’, deixando-o sem sua base de sustentação moral” (Sarti 1997 p.56).

Além de atuar como provedores, aos homens ficam destinados “os trabalhos perigosos, e, se eles fazem esse trabalho, é também porque eles estão convencidos de que têm que ser homens com ‘H’ maiúsculo e que não devem ter medo nem de trabalho sujo, nem de trabalhos implicando insalubridade e periculosidade. As empresas utilizam e exploram para seus fins produtivos essa virilidade socialmente construída” (Hirata 2000 p.30-31). Isso faz com que operários homens, por exemplo, aceitem trabalhar em condições penosas e insalubres. Evidentemente, quando necessário, tal resistência desaparece e as mulheres podem então executar tarefas (consideradas) pesadas ou insalubres (Lopes 1996a p.58).

Para Gaulejac e Léonetti (1994), citados por Santos (2000), o emprego confirma a auto-imagem, fixa um lugar social e traz dignidade; o salário é o sedimento que permite viver conforme o grupo. Para o homem, a perda do emprego não é apenas a perda do dinheiro no fim do mês, mas a perda de um lugar na rede social e de uma identidade associada a esse lugar. Muito embora os autores acima não estejam referindo-se em particular ao sexo masculino, essas afirmações podem ser aludidas à masculinidade.

Essa construção da masculinidade está atrelada a uma certa concepção de poder, justamente a concepção que considera o poder como algo negativo, centralizado, essencialmente como repressão, violência, coerção. A essa concepção Foucault (1996) opõe, ou acrescenta, uma concepção positiva e plural de poder(es) que, além de ter caráter relacional, ainda não pode existir senão em função de pontos de resistência.

Dessa forma, surge a idéia dos poderes *como sendo essencialmente relacionais e não mais central e unilateral, pelo pólo dominante sobre o dominado* (Meyer 1996 p.43). “As correlações de poder têm um caráter estritamente relacional, elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência (...) móveis e transitórios que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos” (Foucault 1985 p.91-92). É na dinâmica de tais relações de poder que se produzem os saberes e se estruturam os campos possíveis de ação dos sujeitos.

“Trata-se, nessa referência, de perceber que as subjetividades são históricas e não naturais (...) e olhar para as “masculinidades” desde uma perspectiva das relações de gênero implica em romper com a crença numa essência “identitária”

masculina de caráter abstrato e universal, desnaturalizando as representações cristalizadas no imaginário social e abrindo espaço para a des-hierarquização e o surgimento de novas subjetividades” (Rago 1998 p.93-98).

Não há dúvida de que também os homens se estão descobrindo profundamente estrangeiros para si mesmos, ocultos que estavam numa interpretação que os elevava à categoria de deuses (Rago 1998 p.95)...ou demônios.

3.2 Efeitos das transformações dos mercados de trabalho considerando a divisão sexual do trabalho.

No Mundo.

As descontinuidades ou rupturas presentes nos novos modelos de organização e produção do trabalho revelam diferenças marcantes na forma como as pessoas estão sendo empregadas ou desempregadas, considerando suas especificidades de raça/etnia, credo, condição de imigração, escolaridade, geração (idade), local de moradia, gênero, etc.

A cada uma dessas condições corresponderiam análises específicas, contudo, genericamente, o que observamos ao finalizar o século é que “os países semi-periféricos⁹ têm uma participação crescente na geração do excedente mundial de mão-de-obra” (Pochmann 2001 p.87), e ainda, nessas nações, os grupos com menor renda são os mais atingidos.

Considerando a divisão sexual do trabalho, desde 1970, no mesmo período em que se iniciou um processo de precarização do emprego, a mão-de-obra feminina, inclusive de mulheres casadas, foi grandemente incorporada ao mercado de trabalho, até mesmo em ofícios e tarefas antes considerados “masculinos”. Apesar das diferenças existentes entre países, esse fenômeno mostrou-se relevante para todas as regiões.

⁹ São considerados **países do centro capitalista**: Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Inglaterra, Espanha, Estados Unidos. **Países semi-periféricos**: Austrália, Nova Zelândia, Grécia, Portugal, Turquia, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia, Rússia, Iugoslávia, Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, China, Índia, Irlanda, Coreia, Taiwan, Egito e África do Sul. **Países periféricos**: Zaire, Tanzânia, Nigéria, Marrocos, Quênia, Gana, Etiópia, Côte d'Ivoire, Tailândia, Filipinas, Paquistão, Indonésia, Borna, Bangladesh, Peru, Colômbia, Paraguai, Bolívia, Nicarágua, Jamaica, Sri Lanka, Argélia, Serra Leoa, Gâmbia, Mauritius, Zimbábue, Botsuana, Tunísia, Bahamas, Barbados, República Dominicana, Bermuda, Trinidad e Tobago e Equador (Pochmann, 2001 p.12).

Contudo, o aumento no número de mulheres no mercado de trabalho foi correspondente à desvalorização desses trabalhos e ao rebaixamento dos salários (Kartchevsky-Bulport 1986 p.17, Hirata 1998 p.11-18, Oliveira 1999 p.51). Segundo Barbieris (1995), citada por Oliveira (1999 p.48), “quando as empresas precisam reduzir o custo do trabalho mantendo a produção num bom nível, tem sido eficaz selecionar mão-de-obra feminina, considerada mais flexível e mais dócil que a masculina, como denuncia o jornal *Manifesto*, de Milão”.

“Incontestavelmente, a análise das mudanças tecnológicas (no início dos anos 80) e da adoção de outros modelos organizacionais (em meados dos anos 90) mostra que novos campos ocupacionais foram abertos às mulheres trabalhadoras. (...) no entanto, para as empresas, a abertura de postos de trabalho às mulheres representou uma diminuição de custos, pois essa feminização implicou uma desqualificação, (...) justificando salários rebaixados e conseqüente desvalorização do emprego” (Hirata 1998 p.11-12)

As atividades mais valorizadas e que possibilitam maiores possibilidades de aprendizagem e ascensão profissional são destinadas fundamentalmente a uma pequena parcela da mão-de-obra masculina. A flexibilidade externa, como os empregos de tempo parcial e temporário facilmente dispensáveis, utiliza principalmente; a mão-de-obra feminina. A divisão sexual do trabalho parece constituir o fundamento desse aparente paradoxo da transformação atual do trabalho (Hirata 2000 p.26).

As consecutivas mudanças econômicas e tecnológicas que afetaram profundamente o mundo da produção estão, possivelmente, afetando também as construções sociais de masculinidade e feminilidade, promovendo deslizamentos e

espaços para o surgimento de novas construções. “O processo de reestruturação produtiva está deslocando (novamente) as fronteiras do masculino e do feminino, e tal processo atinge ambos os sexos” (Hirata 1998 p.16).

Contudo, desde 1995 o desemprego entre as mulheres começou a crescer e continua crescendo. Esse aumento foi maior nos países semi-periféricos — 5% de 1980 para 1998 —, e um pouco mais lento nos países centrais — 3,2% — no mesmo período (Pochmann 2001 p.94). Esse fato pode estar relacionado ao contínuo aumento das mulheres na População Economicamente Ativa, que provocaria um conseqüente aumento no número de desempregadas. Outro fator relevante pode ser a mudança nos setores responsáveis pelo desemprego. Quando a indústria foi a maior responsável pelo desemprego, os homens foram mais afetados, contudo; nos últimos cinco anos da década, a área de serviços e o comércio, reconhecidos como setores femininos, foram os que mais contribuíram para a evolução do desemprego mundial (Pochmann 2001 p.94).

O que observamos é que, por diferentes e conjugados motivos — econômicos, políticos, tecnológicos, etc. —, diferentes áreas tradicionais na geração de empregos foram dando, sucessivamente, sinais de esgotamento. Nos anos 80/90, a reorganização na utilização da mão-de-obra industrial desempregou mais os homens; nos anos 90/00, o comércio, a área de serviços, inclusive os serviços públicos, entre outros, começaram a desempregar também as mulheres.

No Brasil.

A exemplo do que vem acontecendo em outros lugares do mundo, no Brasil a queda na oferta de empregos, particularmente nos períodos de 85/90 e 90/95, afetou

negativamente muito mais os homens do que as mulheres, principalmente os homens com grau de escolaridade médio (4-7 anos), ou com mais de 40 anos, e isso se deu em razão da forte redução do emprego no setor industrial (Lavinas 2000 p.140).

Em 2000, a indústria nacional empregou o referente a 43% do que empregava quinze anos antes, em 1985. Para Maciente¹⁰, mesmo que houvesse uma expressiva melhora no crescimento da indústria, dificilmente o emprego industrial no Brasil voltaria aos patamares dos anos 80 (Clemente 2000).

Mesmo com o índice recorde de desemprego em 1999, de 21,7% entre os homens e de 17,3% entre as mulheres, o número de mulheres incorporadas ao mercado de trabalho aumentou, sendo que o segmento das mulheres com mais de 40 anos foi o que apresentou maior crescimento, 5% (Lavinas 2000).

Desde os anos 70 tem sido relevante o aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, principalmente entre as mulheres com mais de 30 anos e mães. Enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram-se estáveis, as das mulheres ampliaram-se significativamente de 1985 a 1990, atingindo aproximadamente 50% (Bruschini 2000 p.14).

A incorporação das mulheres mais velhas ao mercado de trabalho foi acompanhada por um expressivo aumento do trabalho das esposas, sugerindo que o chefe de domicílio estava afetado por recorrentes situações de desemprego de longa duração (Bruschini 2000 p.16-17, Montagner 2000 p.166). Isso quer dizer que um número maior de famílias passou a depender do trabalho da mulher para preservar, ainda que parcialmente, a renda familiar, não se observando, entretanto, melhora significativa na renda relativa da mulher que trabalha (Leone 2000 p.87).

¹⁰ Aguinaldo Maciente é coordenador do Boletim de Política Industrial do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Além dos altos índices de desemprego entre os homens, vários motivos podem ser identificados para justificar a representativa entrada das mulheres no mercado de trabalho.

A intensa queda na fecundidade liberou a mulher para o trabalho; além disso, mesmo com um nível de escolaridade superior ao dos homens, geralmente as mulheres aceitam salários menores e com maior instabilidade. Portanto, as mulheres costumam ocupar postos temporários e menos estáveis que o dos homens (Araripe 2000), mesmo estando mais bem capacitadas. Outro motivo relaciona-se à terceirização da economia, que ampliou as ocupações ligadas à expansão de serviços sociais, serviços pessoais, de apoio administrativo e comércio de mercadorias, ocupações em que as mulheres têm tradicionalmente um espaço maior de atuação (Leone 2000 p.86).

No entanto, quando se examina o ganho médio feminino em relação ao masculino, constata-se que as mulheres chegam a ganhar até 72%¹¹ dos salários dos homens e, mesmo quando conseguem ascender na estrutura hierárquica, estão sujeitas a ganhar menos do que os colegas (Bruschini 2000 p.41).

Enquanto um grupo de homens maduro e de média e baixa escolaridade foi *segregado* do mercado de trabalho, aqueles que permaneceram, de modo geral, usufruem funções mais qualificadas e condições de trabalho mais estáveis do que as das mulheres. “Os homens são colocados nos postos mais perigosos e que requerem maior esforço físico, porém têm maior acesso à dinâmica de promoção formal (ligada à capacitação) ou informal” (Andrade 1997 p.29).

¹¹ Jornal Folha de S. Paulo, 04/07/2002.

As mulheres foram incorporadas em maior quantidade, “destinadas a postos de menor risco, porém realizando tarefas de atenção pessoal e com menos possibilidades de promoção” (Andrade 1997 p.29-30), enfim, as atividades menos qualificadas e mais precarizadas, dando continuidade às formas de *discriminação* já conhecidas.

Existem, entretanto, contradições que podem ser apreendidas no Censo Demográfico/Mão-de-Obra de 1980 e 1991, em que podemos observar que, no interior das ocupações técnicas, científicas e artísticas, houve um aumento relativo da mão-de-obra-feminina que variou de 142% no jornalismo a 300% no grupo de juízas (Bruschini 2000 p.35). Segundo Lavinias (1997), citada por Leone (2000 p.94), vários estudos mostram, ainda, a crescente participação das mulheres em ocupações de direção e planejamento que eram antes privilégios dos homens.

Contudo, apesar das importantes exceções encontradas no grupo de maior escolaridade e, portanto nas classes sociais mais abastadas, nos grupos de menor escolarização a mão-de-obra masculina e a feminina não são utilizadas da mesma maneira. As fronteiras da “masculinidade” e da “feminilidade” são relativamente móveis e parecem em certa medida depender das exigências do sistema produtivo de cada período histórico (Lopes 1996a p.60).

No período de 92/95, começou a ser observada uma queda nas taxas relativas de emprego entre as mulheres mais jovens (10/24 anos) e mais velhas (60 ou mais). Dado o padrão de crescimento sistemático que vinha ocorrendo, essa tendência mostrou-se inusitada (Wajnman e Rios-Neto 2000 p.68).

No início de 1996, assistiu-se a uma mudança de padrão importante: a taxa de desemprego das mulheres não só ultrapassou a dos homens, mas também passou a

descrever uma trajetória ascendente, enquanto a dos homens foi descendente (Lavinias 2000 p.142). A rápida elevação da participação feminina no desemprego brasileiro foi de 31,8% em 1980 para 48,3% em 1998 (Pochmann 2001 p.94).

Uma das hipóteses é que o número de mulheres que regularmente ingressam no mercado mantém um fluxo considerável e não tende ao decréscimo (Lavinias 2000 p.147); ou seja, segundo Lavinias (1998), citada por Leone (2000 p. 86), o aumento da participação feminina tem sido tão intenso, apesar dos problemas de geração de emprego dos anos 90, que, além de aumentar a ocupação, tem também elevado o desemprego das mulheres. Além disso, o setor de comércio e serviços, maior empregador de mão-de-obra feminina, atingiu, em 1999, um certo teto do ponto de vista da expansão da oferta de empregos (Lavinias 2000 p.150).

O aumento do desemprego entre as mulheres pode estar revelando também; que, mediante a restrição de vagas para os trabalhos considerados masculinos, os homens passaram a aceitar e realizar os trabalhos “femininos”. Assim, a expressão “feminização” pode ser utilizada também para expressar a representativa ampliação que o tipo de trabalho considerado “feminino” sofreu nos últimos anos na sociedade ocidental, independentemente do sexo de quem o executa.

O mundo do trabalho, então, se vê confrontado com o difícil desafio de nomear e “valorar” trabalhos que antes eram considerados femininos, destituídos dos vínculos legais característicos dos empregos, exercidos gratuitamente ou informalmente, em grande parte representativos ou extensivos da esfera doméstica.

3.3 Efeitos do desemprego sobre a saúde considerando a divisão sexual do trabalho.

No processo histórico da relação da saúde com o trabalho, o desemprego surgiu associado à idéia de doença. “Se alguém manifestasse alguma queixa decorrente das condições de trabalho, era demitido, construindo assim para o trabalhador uma representação social da doença fundada no medo da perda do emprego, na vergonha de ser demitido, na fraqueza e na negatividade da virilidade em não *poder sustentar a família*” (grifo próprio) (Oliveira 1999 p.58).

As pesquisas sobre os efeitos do desemprego na saúde da população apontam diferentes resultados considerando sexo, raça, idade, classe social, grau de instrução e estado civil. Contudo, tais efeitos mostram-se mais severos para a saúde quando se trata de homens jovens ou em idade produtiva.

Estão presentes evidências de que o desemprego é um indicador de risco para o aumento do consumo de álcool, cigarro e outras drogas, particularmente em homens jovens, o mesmo não acontecendo com as mulheres (Hammarstrom 1994). Entre eles, o efeito do desemprego prolongado é mais severo naqueles com menor grau de instrução (Herd 1994) e entre os negros (Broman 1995).

Numa pesquisa qualitativa, Willott e Griffin (1997) exploraram modelos de discursos sobre a construção da masculinidade em 36 homens desempregados há mais de seis meses. As entrevistas revelaram dois significativos objetos do discurso da identidade masculina: *prover financeiramente a família e consumir álcool publicamente*. Muitos homens ainda têm como referência a divisão sexual do trabalho e se sentem pressionados por não poder prover materialmente a mulher e os filhos. Beber publicamente em grupos de homens foi apontado como um ato

originalmente associado à masculinidade e capaz de restituir os traços masculinos abalados pelo desemprego.

Para Whitehead (1997 p.420-429), a análise dos dados obtidos em sua pesquisa revelou que o homem é considerado “respeitável” quando pode prover sua família ou tem condições econômicas para constituir uma. Ele chama de “masculinidade fragmentada” aquela que é atingida pela falta de poder aquisitivo ou pelo baixo status sóciopolítico, considerando que essa situação coloca os homens em condições para o adoecimento, já que, a fim de resgatar a auto-imagem, tenderão a apresentar comportamentos como excessiva coragem, sexualidade impulsiva, beber publicamente, violência, etc., que os fragilizam sob os mais diferentes aspectos: social, emocional e orgânico.

Surgidos nesse contexto, a ingestão de álcool e drogas, o tráfico de drogas, a bandidagem e a violência emergem como importantes alternativas para a retomada de um lugar social identificado como masculino.

Na proposição feita por Dejours (1986 p.11), a saúde não é algo estável, mas algo que muda o tempo todo, pois “é antes de tudo uma sucessão de compromissos com a realidade, são compromissos que se assumem e que se mudam, se reconquistam, se redefinem, que se perdem e que se ganham”.

“A saúde enquanto questão humana e existencial é uma problemática compartilhada indistintamente por todos os segmentos sociais. Porém, as condições de vida e de trabalho qualificam de forma diferenciada a maneira pela qual as classes e seus segmentos pensam, sentem e agem a respeito dela. Isso implica que, para todos os grupos, ainda que de forma específica e peculiar, a saúde e a doença envolvem uma complexa interação entre os aspectos físicos, psicológicos, sociais e

ambientais da condição humana e da atribuição de significados” (grifo próprio) (Minayo 1994 p.13).

Portanto, as mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho questionam frontalmente as construções tradicionais da divisão sexual do trabalho e repercutem fortemente na compreensão e na percepção de saúde, constituindo um dos pontos sensíveis e possíveis de abertura para novas percepções e subjetividades.

4. MÉTODO: A PESQUISA QUALITATIVA.

Pode-se definir método como o caminho para chegar a determinado fim, e método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento (Gil 1994 p.27). Portanto, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador (Minayo 2000 p.22).

Do ponto de vista histórico, a pesquisa qualitativa surgiu na Antropologia de maneira mais ou menos espontânea, pois os pesquisadores perceberam que muitas informações sobre a vida dos povos não podiam ser quantificadas e precisavam ser interpretadas; em seguida, os estudos qualitativos foram utilizados e desenvolvidos pelos sociólogos em seus trabalhos sobre a vida em comunidades (Triviños 1987 p.120).

Assim, a pesquisa qualitativa está associada à pesquisa social, e ambas vêm carregadas de “ênfases e interesses mais amplos do que seu campo específico, sofrendo, enquanto atividade intelectual, das limitações e contradições, dos interesses específicos da sociedade e das ‘questões consagradas’ de cada época histórica” (Minayo 2000 p.25).

Dessa forma, podemos dizer que a pesquisa qualitativa não pode ser definida de forma estática ou estanque. Ela só pode ser conceituada historicamente e entendendo-se todas as contradições e conflitos que permeiam seu caminho. Além disso, é mais abrangente que o âmbito específico de uma disciplina, pois a realidade se apresenta como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas do conhecimento e também ultrapassa os limites da ciência (Minayo 2000 p. 27).

Gurvitch (1955), citado por Minayo (2000 p. 28), denomina a região mais visível dos fenômenos sociais de “morfológica, ecológica, área concreta”, e comenta que esse nível permite uma expressão adequada por meio de equações, gráficos e estatísticas. O mesmo autor, porém, admite que a partir daí se torna difícil trabalhar com números, uma vez que caminhamos para o universo de significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores. Embora essas camadas sejam interdependentes, a escolha do tipo de metodologia deve contemplar a natureza do problema a ser estudado.

Sendo assim, os dados quantitativos pré-existentes obtidos pelos institutos de pesquisa — IBGE e Seade/Dieese — informam os índices de emprego e desemprego, bem como confirmam dados como maior empregabilidade das mulheres, maior índice de desemprego entre os homens e diminuição de rendimentos.

Todavia, atrás dessa realidade expressa em números existe uma outra, vivida no dia-a-dia pelas pessoas que produzem esses números. Partindo da realidade desvelada pelos dados quantitativos, esta pesquisa buscou uma aproximação com a realidade percebida, vivida, elaborada ou re-elaborada pelos homens desempregados.

Para tal aproximação, a metodologia qualitativa foi considerada como indicada, já que “é entendida como aquela capaz de incorporar a questão do *significado* e da *intencionalidade* como inerentes *aos atos, às relações e às estruturas sociais*, sendo estas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (Minayo 2000 p.10).

A realidade, assim compreendida, comporta uma dimensão da subjetividade que considera as particularidades inerentes a cada indivíduo inserido em seu contexto social. “A pesquisa de metodologia qualitativa implica em considerar o sujeito de

estudo: *gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe, com suas crenças, valores e significados*. Implica também em considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação” (Minayo 2000 p.22).

“Hoje, a questão do homem enquanto ator social ganha corpo e faz emergirem, com toda a sua força, as ciências sociais que se preocupam com os *significados*. Trata-se de uma ênfase própria do nosso tempo em que se fortifica a introspecção do homem, a observação de si mesmo e se ressaltam questões antes passadas despercebidas. Isso não nos leva a menosprezar o método quantitativo, mas colocá-lo como um dos elementos da compreensão do todo” (Minayo 2000 p. 31).

“É preciso aceitar que o sujeito das ciências sociais não é neutro ou então se elimina o sujeito no processo de conhecimento. Da mesma forma, o ‘objeto’ dentro dessas ciências é também sujeito e interage permanentemente com o investigador” (Minayo 2000 p.35). Em decorrência dessa compreensão, o pesquisador não fica fora da realidade que estuda, à margem dos fenômenos aos quais procura captar seus significados, (...) o pesquisador atua no meio onde se desenrola a pesquisa (...) ao mesmo tempo em que está marcado por seus traços culturais peculiares, sua interpretação e busca de significados da realidade que investiga, não pode fugir às suas próprias concepções do homem e do mundo (Triviños 1987 p.121).

A questão da objetividade é então colocada em outro nível. Dada a especificidade das ciências sociais, a objetividade não é realizável, mas apenas possível a objetivação que inclui o rigor no uso de instrumental teórico adequado (Minayo 2000 p. 35).

Dessa forma, a participação do pesquisador na própria pesquisa não pode ocorrer de forma aleatória; deverá ser disciplinada e orientada por princípios e estratégias gerais. Muito embora sua atividade esteja marcada por seus traços culturais, e sua interpretação não possa fugir às próprias concepções de homem e de mundo, o valor científico de seus achados estará no modo como faz a descrição do que observa (Triviños 1987 p. 121).

Assim, este trabalho “tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento-chave, pois é no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a linguagem qualitativa” (Minayo 2000), estando entre seus objetivos a transformação da realidade que estuda e a rejeição da neutralidade do saber científico (Triviños 1987 p.125-126).

4.1. Objetivos.

Este estudo objetivou investigar a compreensão de trabalho e emprego com homens desempregados há mais de um ano e os efeitos desse tipo de desemprego sobre a concepção da divisão sexual do trabalho. Como os homens desempregados estão organizando o cotidiano, como dividem as tarefas diárias e o que pensam a respeito desses arranjos?

Assim, as questões centrais deste trabalho podem ser assim formuladas:

- Qual o lugar ocupado pelo trabalho, e qual o lugar ocupado pelo emprego, nas subjetividades de homens “desempregados” há mais de um ano?
- Como estão organizando no cotidiano as fronteiras entre trabalho masculino e trabalho feminino, mediante as mudanças do mercado de trabalho?

4.2. População de Estudo.

A população objetivada por este estudo foi de quinze homens, sendo seis moradores do município de Diadema (SP), e nove moradores do município de São Bernardo do Campo (SP).

Os referidos municípios foram escolhidos por serem representativos de um espaço geográfico onde, no decorrer dos anos 70 e 80, desenrolou-se um importante movimento operário conduzido pelos trabalhadores das indústrias metalúrgicas. Sendo assim, acredita-se que, a população abordada por este estudo partilhou ou ainda compartilha, de forma direta ou indireta, um espaço político de reflexão e crítica sobre o trabalho.

Foram realizadas dezoito entrevistas; contudo, três delas ocorreram com mulheres trabalhadoras que não constaram desta análise devido às limitações impostas pelo tempo. As entrevistas com as mulheres pretendiam averiguar a compreensão relacional das construções de gênero entre homens desempregados e parceiras trabalhadoras.

A quantidade de sujeitos (quinze) foi definida pelo critério de saturação, ou seja, a partir do momento em que o conteúdo discursivo do entrevistado não acrescentou elementos marcadamente diferentes dos obtidos nas entrevistas anteriores.

Os entrevistados foram identificados na demanda que busca os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT), que são unidades da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert). Essas unidades de atendimento ao trabalhador têm entre seus objetivos efetuar o cadastro de empregadores e desempregados, para posterior encaminhamento.

Os usuários do serviço foram abordados grupalmente, enquanto aguardavam atendimento, e informados sobre os objetivos gerais da pesquisa e os critérios para participação na mesma.

Entre os objetivos, foi-lhes ressaltado que se tratava de uma pesquisa voltada para o estudo do desemprego prolongado entre homens casados, sendo ainda explicitado, em linguagem de senso comum, que essa situação constitui um fenômeno contemporâneo sobre o qual se têm poucas informações ou conhecimentos. Buscou-se dessa forma justificar a realização da pesquisa, bem como a seriedade com a qual seriam tratadas as informações coletadas.

Foram entrevistados individualmente apenas aqueles indivíduos que manifestaram expressamente o desejo de participar, já que na pesquisa qualitativa a qualidade da interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial.

Assim, além da delimitação da área geográfica e da disponibilidade por parte do entrevistado, foram estabelecidos os seguintes critérios para participação na pesquisa:

- Sexo: masculino.
- Idade: produtiva, entre 20 e 50 anos.
- Estado civil: casado.
- Desemprego prolongado: há mais de um ano sem vínculo empregatício legal, independentemente de desenvolverem atividades ou ocupações eventuais ou sistemáticas com fins de sobrevivência.

Mediante a escolha de determinada população, pode-se questionar “em que condições esses indivíduos representam o grupo e em que medida o indivíduo fala por si mesmo” (Minayo 2000 p.113). Para que o caráter histórico e específico das

relações sociais seja revelado numa entrevista, torna-se necessário que os depoimentos sejam contextualizados em *classe, geração, sexo, filiações diferenciadas, etc.* Cada ator social se caracteriza por sua participação, no seu tempo histórico, num certo número de grupos sociais, informando, assim, uma “subcultura” que lhe é específica e que tem relações diferenciadas com as demais culturas (Minayo 2000 p. 113).

Dessa forma, a aceitação dos discursos individuais como possível representante de um grupo pôde ser contemplada por meio do estabelecimento de critérios voltados para os determinantes das relações sociais.

4.3. Locais de Estudo.

A Secretaria do Estado e Relações do Trabalho — Sert —, estabeleceu parcerias com cinco das sete prefeituras da região do ABC: São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Ribeirão Pires e Mauá. Nesses municípios existem postos de atendimento, que, além de cadastrar empregadores e desempregados, preocupam-se também com a recolocação profissional. Para tanto, são oferecidos cursos de atualização ou capacitação, financiamento para pequenos negócios através de bancos do Estado, atenção especial aos portadores de deficiências, e outros serviços voltados para o estímulo à autonomia e à melhoria do acesso ao mercado de trabalho.

Nos meses de março e abril/2001, foram realizados dois encontros com a diretora do PAT-Diadema, o primeiro com o objetivo de apresentar o projeto de pesquisa em questão e o segundo para obter o parecer sobre a realização das entrevistas. Dado o parecer favorável, foram realizadas três entrevistas de pré-teste com usuários da referida unidade.

No mês de setembro/2001, foi realizado um encontro com a coordenadora do Sert na região do ABC e com a diretora do PAT do município de São Bernardo, a fim de apresentar o projeto de pesquisa e obter autorização para a realização das entrevistas em todas as unidades do ABC.

4.4. Tipo de Estudo.

A caracterização de uma pesquisa pode ser realizada quanto a: a) objetivos gerais; b) procedimentos utilizados; e c) forma como se desenvolveu no tempo.

Quanto aos *objetivos gerais* deste trabalho, podemos caracterizá-lo como exploratório, pois teve como finalidade principal “esclarecer, desenvolver e/ou modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil 1994 p.44).

Quanto aos *procedimentos técnicos* adotados, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, pois:

a) O critério para *escolha dos sujeitos* obedeceu à espontaneidade dos entrevistados, e a *quantidade* foi determinada pela saturação do conteúdo discursivo com relação ao tema pesquisado. “O estudo de caso pode ser uma pessoa, uma família, uma comunidade, um conjunto de relações ou processos ou mesmo uma cultura. (...). Não existe limite inerente ou intrínseco ao objeto de estudo e os dados que se podem obter a seu respeito são infinitos; exige-se do pesquisador certa dose de intuição para perceber quais dados são suficientes para se chegar à compreensão do objeto” (Gil 1991 p.121).

b) A *coleta de dados* foi feita por meio de procedimentos flexíveis — entrevista semi-estruturada e diário de campo —, passíveis de ser adaptados no transcorrer da coleta. “É importante lembrar que, no estudo de caso qualitativo, nem as hipóteses nem os esquemas de inquisição estão aprioristicamente estabelecidos; a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda no assunto” (Triviños 1987 p.134).

c) *A forma de tratamento aplicada ao material obtido* foi a análise do discurso, por meio de categorizações derivadas do campo conceitual referencial da divisão sexual do trabalho.

Segundo Gil (1994 p.79), o estudo de caso se “fundamenta na idéia de que a análise de uma ou algumas unidades de determinado universo possibilita a compreensão, ainda que parcial, da generalidade do mesmo ou, pelo menos, as bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa” (Gil 1995 p.79).

Com relação ao procedimento no tempo, caracterizou-se como um estudo transversal, já que se limitou a uma única entrevista com cada um dos sujeitos abordados.

Sendo assim, pelo método adotado buscou-se proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca dos efeitos do desemprego prolongado entre homens casados e em idade produtiva. Caracterizou-se, portanto, como um **Estudo de Caso, Exploratório e Transversal**.

4.5. Pré-Teste.

No mês de abril/2001, foram realizadas três entrevistas individuais e abertas com homens que se encontravam dentro dos critérios estabelecidos por esta pesquisa no PAT-Diadema. Dessa forma, pretendeu-se estabelecer uma aproximação com a realidade cotidiana que auxiliasse na posterior elaboração do roteiro de entrevista semi-estruturada.

Foi utilizada uma única questão de caráter descritivo solicitando aos entrevistados que relatassem as atividades realizadas na semana anterior, desde a segunda-feira até o domingo, especificando aquelas que são rotineiras e as eventuais.

Quanto a essas três entrevistas, os tópicos considerados relevantes foram:

- O relato espontâneo de passagem pelo sistema carcerário.
- O relato de atividades religiosas aos sábados como marco diferenciador do dia-a-dia.
- A realização de tarefas domésticas sem, contudo, considerar tais atividades como “trabalho”, mas sim como “necessidades impostas pelo desemprego e pela sobrevivência”.

4.6. Instrumentos de coleta.

Foram estabelecidos como instrumentos de coleta um diário de campo (Anexo IV-a) e um roteiro de entrevista individual e semi-estruturada (Anexo IV-b).

A princípio, foi realizada uma conversa inicial, sem gravação, a fim de familiarizar os entrevistados com os procedimentos e os objetivos da entrevista, bem como obter o Termo de Consentimento (Anexo III). Somente após esse momento deu-se início à gravação. Acredita-se que dessa forma foram propiciadas as condições para um clima de confiança entre o entrevistador e o entrevistado, possibilitando um aprofundamento nas questões a ser abordadas.

O registro das informações representa uma parte importante para a pesquisa qualitativa, já que elas podem vir seguidas de reflexões e comentários críticos do entrevistador, e esses dados podem constituir parte importante para a compreensão das respostas obtidas na entrevista. “Sob cada comportamento, atitude, idéia, existe um substrato que não podemos ignorar se quisermos descrever o mais exatamente possível um fenômeno” (Triviños 1987 p.155).

Desse modo, para que fossem preservadas as considerações não gravadas, bem como as observações gerais sobre o local, o entrevistado e o próprio entrevistador, além de outros possíveis elementos não verbalizáveis, as entradas em campo foram acompanhadas por um diário de campo (Anexo IV-a).

Optou-se também pela entrevista individual e semi-estruturada (Anexo IV-b) porque essa forma de abordagem, “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (Triviños 1987 p.146).

Kahn & Cannel (1962 p. 52), citados por Minayo (2000 p. 107), oferecem a seguinte definição para “entrevista de pesquisa”: “Conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a esse objetivo”.

Assim, a entrevista como fonte de dados secundários ou qualitativos pode fornecer informações sobre “fatos, idéias, crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir, maneiras de atuar; conduta ou comportamentos, razões de determinadas crenças, etc.” (Minayo 2000 p. 108).

Para Minayo (2000), a entrevista é um instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais, porque a fala pode revelar condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e ao mesmo tempo tem a magia de transmitir, por intermédio de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócioeconômicas e culturais específicas. “A inter-relação no ato da entrevista contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências e a linguagem do senso comum, e é a condição *sine qua non* do êxito da pesquisa qualitativa” (Minayo 2000 p. 124).

Contudo, deve-se considerar que a entrevista é uma forma de interação social assimétrica, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil 1994 p.113). “A entrevista não é apenas um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma *situação de interação* na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador” (Minayo 2000 p. 114)

Esse fato pode representar alguma desvantagem, como o falseamento de respostas ou, ainda, a influência, mesmo que subjetiva, do entrevistador sobre as respostas do entrevistado. Considerando os fatores mencionados, buscou-se dar à elaboração das questões uma abordagem flexível, de modo a suscitar o tema sem direcionar o entrevistado.

— A primeira questão proposta foi descritiva geral, referiu-se às formas de organização do indivíduo no tempo presente e nos espaços de circulação — público e privado — e foi elaborada desta forma:-

▶ *“Descreva as suas atividades durante a semana e no fim de semana”.*

Essa questão é de fundamental importância, já que a constituição do sujeito se dá por meio de sua relação com os diferentes tempos, nos espaços possíveis e na abertura de novos espaços.

— A segunda questão foi do tipo explicativa mediata e teve como objetivo resgatar a representação que o trabalho tem tido ao longo do tempo na organização da vida pessoal.

▶ *“O que o trabalho tem representado para você? Quais foram os empregos/trabalhos que você teve até hoje? Existe diferença entre emprego e trabalho?”.*

— A terceira e a quarta questões foram de caráter explicativo e exploraram as possíveis reorganizações das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho impostas pela condição de desemprego.

▶ *“Existe diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher?”.*

▶ *“É diferente um homem estar desempregado de uma mulher estar desempregada? Por quê?”.*

— A quinta questão foi aberta e teve como objetivo propiciar um espaço para o entrevistado se manifestar livremente, tecendo considerações sobre a condição de desemprego, fazendo perguntas, ou mesmo aliviando possíveis desconfortos surgidos no decorrer da entrevista.

► “*Você gostaria de dizer mais alguma coisa?*”.

Contudo, como veremos na análise do discurso, essa questão foi relevante, pois ofereceu abertura para a expressão de percepções e sentimentos que dificilmente seriam abordados com uma questão semidirigida.

No decorrer das entrevistas, mostrou-se necessária a realização de algumas mudanças na forma de elaborar a segunda e a quarta questões (Anexo IV-c). O processo de pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques; ela se desenvolve em interação dinâmica, retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de maneira que a coleta de dados num instante deixa de ser tal e é análise de dados, e esta, em seguida, é o veículo para nova busca de informações (Triviños 1987 p.137).

Assim, a partir da sétima entrevista foram realizadas as alterações seguintes:

— Questão número 2:

- Foi inserido um terceiro termo que se apresentou com frequência nas sete primeiras entrevistas:- *serviço*.

- O subitem “*quais empregos ou trabalhos você já teve?*” foi excluído, pois estava conduzindo a entrevista para um aprofundamento no processo de histórico de vida que fugia ao objetivo da mesma.

A questão número 2 ficou assim elaborada:

► “*O que o trabalho tem representado para você? Existe diferença entre: emprego, trabalho e serviço?*”.

— A questão número 4 foi desmembrada em quarta e quinta questões, pois estava sendo interpretada com dubiedade pelos entrevistados, e passou a ser elaborada da seguinte forma:-

► *”Quando a mulher está desempregada e o homem está trabalhando, como fica a vida desse casal? Quem cuida da casa? Quem paga as contas? E a vida afetiva?”.*

► *”Quando a situação inverte, o homem fica desempregado e a mulher está trabalhando, como fica a vida desse casal? Quem cuida da casa? Quem paga as contas? E a vida afetiva?”.*

Podemos entender que a entrevista semi-estruturada parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (Triviños 1987 p.146).

4.7. Análise do Discurso do Sujeito Coletivo — DSC.

Foi escolhida a Análise do Discurso como referencial teórico para compreensão dos processos constitutivos dos discursos. A Análise do Discurso, enquanto um ramo da lingüística apresenta inúmeras subdivisões ou “escolas” que correspondem às disciplinas de referência: Antropologia, Psicologia, Sociolingüística, etc.

Considerando as diferentes subdivisões ou escolas, existem aquelas que consideram que “o objetivo básico da *Análise do Discurso* é realizar uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos produzidos nos mais diferentes campos: religioso, filosófico, jurídico e sóciopolítico; (...) buscando compreender o modo de funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção social do sentido” (Minayo 2000 p.211). Esse é um ramo da Análise do Discurso que se ocupa em estudar como, por meio de quais processos textuais e sociais, o significado é adquirido ou, como mudam os significados.

Este trabalho, no entanto, está voltado para registrar e analisar o que as pessoas pensam. “Parece claro — mas isto muitas vezes, na prática da pesquisa qualitativa, não é levado em conta — que, antes de se aventurar a entender *por que* um dado conjunto de sujeitos pensa de determinado modo sobre um dado tema, é preciso que o pesquisador qualitativo saiba *o que* esse dado conjunto de sujeitos sociais pensa sobre o tema” (Lefèvre e Lefèvre 2000).

Dessa forma, a leitura proposta por este trabalho buscou mais o realçar dos significados explicitamente verbalizados do que compreender os mecanismos — psicológicos ou sociológicos —, de construção dos significados.

A proposta do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) busca *resgatar o discurso como signo de conhecimentos dos próprios discursos* (Lefèvre e Lefèvre 2000 p.19). O que se busca fazer é reconstituir, com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeça, tantos discursos-síntese quantos se julgue necessários para expressar uma dada “figura”, ou seja, um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno. O DSC é, assim, uma estratégia metodológica com vistas a tornar mais clara uma dada representação social e o conjunto das representações que conforma um dado imaginário (Lefèvre e Lefèvre 2000 p.19).

Segundo Schutz (1964 p.266), citado por Minayo (2000 p.113), cada ator social *experimenta e conhece* o fato social de forma peculiar. É a constelação das diferentes informações individuais vivenciadas em comum por um grupo que permite compor o quadro global das estruturas e das relações.

5. ORGANIZAÇÃO DOS DADOS E FORMULAÇÃO DO DSC.

5.1. Contextualização e dados objetivos.

A análise foi baseada no discurso de quinze entrevistas realizadas com homens, gravadas e transcritas integralmente, sendo seis moradores do município de Diadema e nove de São Bernardo do Campo.

Foram selecionadas três entrevistas para ser anexadas, devido à relevância que apresentaram. A entrevista número 2 (Anexo V-a), com um homem de 33 anos, vigia de profissão, que, ao ser atingido pelo desemprego de longa duração, optou por cuidar de crianças — seis —, filhos de vizinhos. Essa entrevista revela de forma enfática as transformações em processo na divisão sexual do trabalho, quando o homem, além de fazer os serviços da casa, vê-se impelido a realizar tarefas tradicionalmente consideradas femininas como forma de garantir a subsistência.

A entrevista número 5 (Anexo V-b) foi realizada com um homem de 29 anos, o único entre todos os entrevistados de cor negra, sendo também o único com nível universitário incompleto — Direito. Muito embora esta pesquisa não tenha se dedicado a estudar os diferentes preconceitos presentes no mercado de trabalho, essa entrevista pode ser ilustrativa da limitação do mercado de trabalho imposta aos afro-descendentes ao acesso às funções ou cargos mais elevados.

A sexta entrevista (Anexo V-c) sugere ser representante de um grupo de homens que no decorrer do desemprego prolongado é atingido pela separação conjugal, com conseqüente afrouxamento do vínculo familiar e risco de perder a moradia. A percepção revelada pelo entrevistado é de falta de perspectiva futura restando-lhe como alternativas o envolvimento com formas ilegais de “trabalho”, ou, tornar-se um morador de rua.

Além das três entrevistas ilustrativas, por meio dos dados objetivos obtidos com o diário de campo, foi possível compor um perfil do grupo quanto a: idade média, escolaridade média, profissão, ocupações atuais, renda atual, renda pretendida para o próximo emprego e renda no último emprego, conforme segue abaixo.

Total de entrevistados: 15 homens — 6 de Diadema, 9 de São Bernardo.

Tempo médio de desemprego: 35 meses ou, aproximadamente **3 anos**.

Média de idade: 36 anos, todos casados entre 6 meses e 20 anos.

Cor auto-referida: A maioria de cor branca/parda, um negro e um mestiço japonês.

Escolaridade: 80% entre a 4^a. série completa e o primeiro grau completo; porém, há alguns casos de semi-alfabetização e um superior incompleto.

Cargos mais exercidos no último emprego: metalúrgico, na construção civil, em serviços gerais.

Média do último salário: R\$ 490,00.

Renda média pretendida: R\$ 350,00.

Renda média atual: R\$ 320,00.

Origem da renda atual: vendedor ambulante, cuidador de crianças, catador de papelão, minicomércio, pedreiro, porteiro, pintura de autos, aposentadoria da mulher, vendas de artesanato.

5.2. Organização das entrevistas em temáticas.

Para proceder à análise do discurso foram estabelecidos ‘temas’ a ser investigados, totalizando cinco temas com uma ou mais questões cada um.

Tema 1: Trabalho x Emprego.

Questão a) O que o trabalho representa para você?

Questão b) Existe diferença entre trabalho e emprego?

Tema 2: Divisão Sexual do Trabalho.

Questão a) Existe diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher?

Questão b) É diferente um homem estar desempregado e uma mulher estar desempregada? Por quê?

Tema 3: Divisão Sexual do Trabalho Vivida no Cotidiano.

Questão a) Depois que você ficou desempregado, quem tem feito os serviços da casa?

Tema 4: Divisão Sexual do Trabalho e Vida Sexual.

Questão a) Depois que você ficou desempregado, como ficou a vida afetiva e íntima com a sua esposa?

Tema Final: Considerações Finais Tecidas Livrementemente pelo Entrevistado.

5.3. Formulação do Discurso do Sujeito Coletivo.

A proposta do Discurso do Sujeito Coletivo busca resgatar o discurso como signo de conhecimentos dos próprios discursos, por meio da reconstituição de partes de discursos individuais que se repetem ou se relacionam, para expressar uma dada “figura”, ou seja, um dado pensar ou a representação sobre um fenômeno (Lefèvre e Lefèvre 2000 p.19).

O DSC é, assim, uma estratégia metodológica com vistas a tornar mais clara uma dada representação social e o conjunto das representações que conforma um dado imaginário (Lefèvre e Lefèvre 2000 p.19).

Para formular os discursos referentes aos temas, foram selecionados os trechos de cada entrevista pertinentes ao tema em questão. Esses trechos, chamados expressões-chave, foram reunidos num único quadro (Anexo VI-a).

Cada uma das expressões-chave foi desmembrada em uma ou mais idéias centrais, considerando o conteúdo explícito das falas. As idéias centrais foram agrupadas a partir da analogia que apresentaram entre si, dando origem aos discursos do sujeito coletivo (Anexo VI-b).

Alguns temas apresentaram-se mais homogêneos, resultando em um único DSC, ou seja, os entrevistados não apresentaram divergências quanto ao conteúdo explicitado nas idéias centrais referentes àquele tema. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a questão “a” do tema 1: *“O que o trabalho representa para você?”*.

Outros temas - como, por exemplo, a questão “a” do tema 2: *“Existe diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher?”* - apresentaram-se heterogêneos, originando até quatro DSC, o que indica a presença de compreensões diferentes e, às vezes, antagônicas dos entrevistados sobre o tema em questão.

5.3.1. Tema 1: Trabalho x Emprego

Questão a) O que o trabalho representa para você?

DSC único

*O trabalho é tudo; sem trabalho um homem ou uma mulher se torna **ninguém**. É uma necessidade que assegura a sobrevivência, e pode possibilitar uma vida melhor: com mais conforto para mim e para a família, um futuro melhor; e, também, mais progresso social. O trabalho possibilita manter a família unida e criar os filhos. Não importa o que a pessoa faça, o importante é que se ocupe, e no dia do pagamento tenha o seu dinheiro.*

O trabalho dá identidade, porque trabalhando a pessoa tem a oportunidade de mostrar o que sabe; além disso, dignifica o homem, porque trabalhando você sempre tem um jeito de vencer os obstáculos e as dificuldades.

Além disso, você trabalhando (empregado) tem garantido o seu lugar no social, o lugar de quem tem salário. Graças ao seu salário você pode fazer muitas coisas, desde contrair dívidas - fazer crediário -, até casar-se. Trabalhando você tem garantidos a honra, a dignidade, o respeito e a liberdade.

O trabalho ainda é expressão de saúde, e também é servir.

*Hoje, conseguir um emprego seria como acertar na Mega-sena ou na loto, porque a idade está ficando alta e a escolaridade, baixa. Muito embora trabalhar seja um **direito** do cidadão.*

O desemprego é uma derrota; ninguém aceita, tem horas em que você se olha e se sente um traste: conhece tantas coisas, é formado em tanta coisa, e praticamente não vale nada, se sente um inválido.

Questão **b) Existe diferença entre trabalho e emprego?**

DSC 1

Não há diferença entre emprego e trabalho; um depende do outro e ambos são necessários. O importante é ter registro em carteira, o salário garantido no fim do mês, e aposentadoria no futuro. Se a carteira fica parada isso prejudica a gente, porque parece que a pessoa ficou todo aquele tempo sem trabalhar.

DSC 2

O emprego é o salário garantido, é mais social, mais leve e estável; é para quem estudou, por exemplo: o cara trabalha num banco ou com computador. Além disso, tem convênio e aposentadoria, ou, se sair tem o fundo de garantia. Geralmente há um envolvimento maior por parte de quem está empregado com a finalidade de manter o emprego, no entanto; nem sempre quem está empregado trabalha. Tem emprego em que você trabalha só pela sobrevivência, já, existem outros, em que você sente satisfação naquilo que faz.

O serviço ou o trabalho é o exercício prático de um saber, quer dizer, para executar tem de saber mesmo; tem de ter uma certa capacidade prática, são os atos em si. Tanto aqueles que criam algo como também pode ser mais braçal, sujeira mesmo, carregar pau, pedra. Você faz em curto prazo; bico, por exemplo, é trabalho, mas não é emprego.

O trabalhador é alguém que está provisoriamente na função, “tapa-buraco”; amanhã se não precisarem mais, ele é descartado. Agora, o empregado é mais do que um trabalhador, além de trabalhador, ele é uma pessoa reconhecida pelo emprego.

Contudo, hoje em dia você nunca sabe se está garantido, a instabilidade é generalizada, de tal forma que, mesmo quem está empregado, se sente inseguro quanto à continuidade do seu emprego. A única solução hoje em dia é cada um montar a sua empresinha.

5.3.2. Tema 2: Divisão Sexual do Trabalho.

Questão a) *Existe diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher?*

DSC 1

Hoje em dia não tem diferença nenhuma, um faz o que o outro faz. A mulher também tem direito e luta; quando a pessoa, homem ou mulher, precisa, e não quer que os filhos passem necessidade, tem de correr atrás. As mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os homens, porém, ainda são discriminadas, pois às vezes trabalham mais e ganham menos.

DSC 2

Tem diferença sim, as mulheres não poderiam fazer serviços pesados, como trabalhar em obras, porque não têm força física e esse tipo de trabalho as prejudicaria fisicamente; além disso, ficariam expostas devido à roupa (saia). Para as mulheres, deveriam ser destinados os serviços mais leves, como escritório e as tarefas da casa. Contudo, como o mercado de trabalho e as circunstâncias exigem, as mulheres têm trabalhado em serviços pesados, ajudando o marido na construção da própria casa, ou, em trabalhos insalubres, como limpeza de esgotos, principalmente quando empregadas pelas frentes de trabalho das prefeituras.

DSC 3

Tem diferença sim, atualmente as mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os homens, porém, quando trabalham fora são mais dedicadas, inteligentes, e têm maior facilidade para aprender do que os homens, por isso estão mais bem encaixadas no mercado. Porém, são menos reconhecidas, pois ganham menos e têm menos poder na hora das decisões. Dessa forma, não existe diferença no conteúdo do trabalho, porém há diferença no status dentro da empresa.

DSC 4

Os serviços pesados e braçais, que exigem força física, deveriam ficar destinados apenas aos homens, que, no entanto, devem também saber fazer de tudo, inclusive os serviços da casa para os momentos de necessidade, ou, para ajudar a esposa. Contudo, os homens não devam fazer esses serviços como obrigação cotidiana, pois, os vizinhos falam bastante: “Olha o M., tinha Cheque-Ouro, Mastercard e agora tá pondo roupa no varal!”.

Questão *b) É diferente um homem estar desempregado e uma mulher estar desempregada? Por quê?*

DSC 1

Não há diferença, a sociedade foge tanto do homem como da mulher desempregada, e os dois sofrem igualmente, principalmente se tiverem filhos para sustentar. A responsabilidade pelas despesas da casa pode ser dos dois; contudo, hoje em dia o importante é que pelo menos um dos dois (o marido ou a mulher) esteja trabalhando.

DSC 2

A palavra de Deus diz que o homem deve ser a cabeça da casa; portanto, eu tenho de sustentar minha família, mulher, filhos, e as despesas da casa. Quando eu trabalhava, mantinha a casa, as despesas, as contas, tudo eu bancava.

O ideal hoje em dia é que os dois trabalhem; porém, a mulher não tem a obrigação de sustentar o marido nem a casa, ela geralmente ganha menos que o homem, e é para as despesas pessoais dela: uma roupa, arrumar o cabelo, sapatos, passeios, etc., que mulher gosta de andar arrumada. O que a mulher ganha é para resolver os problemas dela, o salário do homem é para a família.

Se a mulher fica desempregada o orçamento familiar não fica comprometido, bem como ela não é atingida moralmente, já que não fica desocupada, pois volta a fazer as atividades da casa. O problema da mulher desempregada é que, se o homem ganhar pouco, ela vai ficar dependente dele até para comprar uma calcinha, um sutiã.

Para o homem o desemprego é uma derrota, a gente se sente humilhado e inferiorizado, principalmente se precisar dos rendimentos da mulher para se manter. A gente sempre aprendeu a se sustentar, desde a época em que saiu da casa da mãe; então, a mulher sustentando o homem fica meio difícil de aceitar, eu

gostaria de estar trabalhando e ela em casa. Essa situação (a mulher trabalhando e o homem em casa) acaba prejudicando até a própria saúde, a questão psicológica, a gente se sente mal perante a gente mesmo. Além disso, a própria mulher reclama bastante e a sociedade também acha que a gente está explorando ela, e, quando demora a encontrar emprego, dizem que é acomodação. É como se em vez de cabeça da casa a gente tivesse se tornado a cauda.

5.3.3. Tema 3: Divisão Sexual do Trabalho no Cotidiano.

Questão única: *Depois que você ficou desempregado, quem tem feito os serviços da casa?*

DSC 1

Lavar, passar e cozinhar, eu não faço, não. Não por ser trabalho de mulher, mas é que fica difícil a gente aprender essas coisas, e até o momento eu nunca precisei, entendeu? A responsabilidade pela realização dos serviços da casa é dela, porque sempre foi ela quem fez. Ela trabalhou em alguma coisinha antes de casar, e depois não trabalhou mais; então fica difícil para ela arranjar emprego. Agora também tem o menino, e não compensa pagar para alguém cuidar, então ela cuida da casa. Além disso, eu nunca fiquei parado de tudo, sempre fazendo uns biquinhos.

DSC 2

Eu faço alguma coisa, mesmo assim quando ela briga, mas eu não gosto, não é preconceito, não, é que eu não gosto mesmo! Posso até levar e buscar as crianças na escola, e ficar com elas, isso aí tudo bem, eu gosto, mas dos serviços de casa, eu não gosto mesmo.

DSC 3

Ajudo um pouco nas coisas mais pesadas, lavar um quintal, uma janela, na manutenção da casa (parte elétrica, etc.). Cuido também das crianças, até levar no médico sou eu quem faz isso. Minha esposa trabalha e procura manter as contas o máximo em dia pra não deixar a família em dificuldade, e também faz a maioria das coisas da casa, ela tem obrigação né? Algumas coisas que ela não consegue dar conta, então a gente é obrigado a ajudar, mas não é direto.

DSC 4

Eu faço (ajudo) as coisas da casa, sei fazer quase tudo (menos lavar, ou passar, ou cozinhar) porque aprendi quando estava no quartel (ou quando morei sozinho), e porquê minha mulher sempre trabalhou; hoje o que sustenta a casa é mais o trabalho dela.

Então, não é se gabando, mas hoje em dia todo homem tem que saber lavar uma louça, um quintal, cuidar dos filhos, o básico né? O resto a mulher completa.

Não muda nada no homem, você é o mesmo homem, não cai nada pedaço de você não, nada, nada, nada. Porém, fazer isso freqüentemente, é desagradável para um homem. Os vizinhos falam bastante se vêem um homem pondo roupa no varal, mas não vou mentir, eu agora estou até cuidando de criança (seis) para ganhar um pouquinho.

5.3.4. Tema 4: Desemprego e Relação Afetiva do Casal

Questão única: *Depois do desemprego, como ficou a relação entre você e sua esposa?*

DSC 1

Mudou tudo, ela teve que ir trabalhar e logo depois pediu a separação. Agora eu soube que ela tem um namorado.

DSC 2

Mudou muito, os dois trabalhando as coisas ficam bem melhores. Quando eu tinha dinheiro, e ela trabalhava só para ela, o relacionamento era bom; agora é briga, eu fico nervoso, ela também, um acusa o outro. Homem desempregado com mulher e filho, a coisa é feia demais! Mulher nenhuma agüenta homem desempregado dentro de casa. Minha mulher já está perdendo a paciência, falando até em se separar, ela acha que eu não faço esforço.

Além do desgaste psicológico, sexualmente fica muito a desejar, não há interesse por parte da mulher; a mulher evita o homem, acho que é por causa do desemprego, é a natureza da mulher. Ainda bem que a gente não paga aluguel, se pagasse tava tudo acabado mesmo, não só o casamento, mas a vida também.

DSC 3

Ficou péssimo, deixei minha esposa no interior com a mãe dela, é muito estranho ficar longe dela e dos meus filhos pra tentar arrumar serviço morando aqui com meu irmão.

DSC 4

Não mudou ainda. Nós dois somos evangélicos - ou trabalhamos juntos -, isso ajuda bastante, se não fosse isso a gente já tinha se separado porque mulher nenhuma agüenta homem desempregado dentro de casa. Não é fácil, mas eu acredito que o desemprego não possa causar mais desavença do que já causou. Ela sabe da dificuldade, sabe como as coisas estão difíceis, mas já vi muita gente perdendo a família por causa do desemprego.

5.3.5 Tema Final: Considerações Gerais.

Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

DSC único

O que está maltratando este país são as leis, que exigem coisas que não foram dadas para a sociedade. Eles querem experiência, ou exigem escolaridade; até para trabalhar de faxineiro, tem que ter segundo grau. Muito tempo sem registro na carteira também é problema, parece que você virou doente, ou aleijado, um inválido mesmo; ou então, eu acho que eles pensam que você andou preso.

*Mas é o seguinte, hoje em dia as firmas não registram mais, você trabalha três meses e vai embora; depois que as coisas foram terceirizadas ficou assim; **tem até lugares que não me pegaram porque eu sou casado e tenho filhos.***

O governo tinha que fazer alguma coisa, aumentar o salário mínimo, baixar os juros dos bancos, que hoje estão 22%, 23%, para os empresários poderem fazer mais empréstimos. Tinha também que liberar um pouco do imposto que ele cobra das empresas, que tá muito alto, e as empresas estão indo embora por causa disso.

Eu trabalhei de vigia numa farmácia, que agora no lugar dos vigias, tem seis câmeras filmadoras; lugares que atendiam no balcão, e agora só pelo site www., quer dizer, quem trabalhava lá, foi mandado embora!

Com a globalização a coisa mudou muito, e continua mudando, em um ano ou dois, fica tudo diferente, e o povo tá perdido, a gente não tá sabendo pra onde ir, nem como viver.

O que se comenta por aí, é que daqui pra frente todo mundo vai ter seu pequeno negócio, sua micro-empresa. Mas vender pra quem, se ninguém tem emprego? Aí, ficam falando isso e aquilo da

criminalidade; mas uma mãe, um pai acorda e o filho não tem o que comer vai roubar mesmo, vai matar, e tudinho!

*Convite para o que presta você não acha, mas para o que não presta, é só sair na esquina. **Já vi colegas meus, que trabalharam junto comigo, caíram nesse desemprego como eu estou, e hoje, eles estão na cadeia...***

6. ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO — DSC

A análise foi feita a partir da articulação do conteúdo das entrevistas com dois importantes elementos em relação aos temas trabalho e à divisão sexual do trabalho:-

— Foram analisadas **as concepções de emprego e trabalho**, considerando a atual configuração do mercado de trabalho, que favorece ou restringe o acesso de determinados grupos populacionais.

— Foram analisados alguns **processos de trabalho – conteúdo e contexto** –, que em interação com a dinâmica do mercado, repercutem na divisão sexual do trabalho, conferindo-lhe diferentes sentidos ou interpretações.

6.1. Os mercados de empregos e o trabalho.

Os homens entrevistados podem ser considerados sujeitos emergentes de um processo de desemprego estrutural que, embora seja mundial, seu efeito mais intenso se faz sentir nas regiões e países mais periféricos.

A região do ABC paulista foi fortemente exposta ao desemprego devido as políticas econômicas adotadas nos últimos 20 anos, entre elas a exposição à competição internacional. Como efeito, houve uma eliminação maciça de empregos de todo tipo, especialmente da indústria de transformação, da construção civil e da indústria metalúrgica, setores que absorviam, principalmente, uma população masculina com baixo e médio nível de instrução.

Gorz (1987 p.90) referiu-se aos “*não-empregados*” para falar das pessoas que já perderam a expectativa de reempregarem-se e buscam alguma forma de ocupação que lhes possibilite algum rendimento. Bihr (1998 p.58) chama de “*operário massa*”, e para Offe (1987 p.90), trata-se do “*neoproletariado*”.

“Hoje conseguir um emprego seria como acertar na Mega Sena ou na loto, porque a idade está ficando alta e o grau de escolaridade é baixo” (Tema 1a - DSC único).

“Esses ‘não-trabalhadores’ não são produzidos pelo capitalismo e marcados pelo selo das relações capitalistas de produção; são produzidos pela crise do capitalismo e pela dissolução, sob efeito de técnicas produtivas novas, das relações sociais de produção capitalistas” (Gorz 1987 p.87).

Entre as “novas técnicas” de organização da produção estão a terceirização, a subcontratação de mão-de-obra e a externalização de partes do processo produtivo, que simplificam as tarefas e limitam as ocupações que anteriormente se encontravam

presentes no interior da grande empresa (Pochmann 2001 p.23). Segundo Sennet (2001 p.22), o setor da força de trabalho americana que mais tem crescido é o das pessoas que trabalham para agências de emprego temporário.

“Hoje em dia é o seguinte, as firmas não registram mais, você trabalha três meses e vai embora, depois que as coisas foram terceirizadas, ficou assim”. (Tema 5 - DSC único).

“Os desempregados de longo prazo só conseguem encontrar trabalho em profissões sem estabilidade de emprego, nem seguridade social. No melhor dos casos poderão laborar no quadro da terceirização” (Bernardo 2000 p.83). Esses contratos temporários não garantem um vínculo empregatício, também, não propiciam nenhuma identificação entre o trabalhador e a tarefa, ou entre os próprios trabalhadores. Tudo é rápido, efêmero, passageiro.

Os homens entrevistados, embora se considerem legalmente desempregados, na prática não se encontram desocupados, pois, exercem atividades variadas, desde vendas ambulantes, bicos como pedreiro ou pintor, até cuidador de crianças. Essas atividades, além de diversificadas, são passageiras, de modo geral simples, sem perspectiva de evolução ou aprendizagem, inviabilizando a identificação entre o trabalhador e a tarefa em execução. “Não se coloca mais para o trabalhador a questão de se identificar com o seu trabalho ou com sua função no processo de produção” (Gorz 1987 p.86).

Considerando as condições de atividade, Paci (1992), citado por Dedecca (1996a) aponta para quatro setores: *Produtivo-protegido*, *Reprodutivo-protegido*, *Produtivo-não-protegido*, *Reprodutivo-não-protegido*¹². Nos últimos 20 anos, a crescente dominância dos estratos protegidos vem sendo invertida, ao mesmo tempo em

¹² As definições de cada uma das referidas condições encontram-se na p. 32.

que o trânsito positivo entre estratos está cada vez mais inviabilizado e, dada a longa duração do desemprego, antigos contingentes de ex-assalariados estão sendo jogados nos estratos não-protegidos (Dedecca 1996a).

Alguns autores denominaram este processo como “informalização” e, outros, “precarização” dos mercados de trabalho. Independentemente do termo adotado, parece ser inquestionável que uma massa crescente de trabalhadores apresenta alta vulnerabilidade da sua condição de atividade (Dedecca 1996a p.12).

Assim, mais do que o desemprego, observa-se a “precarização” do trabalho como um processo central comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. “A busca da flexibilização e da administração participativa, passou a exigir a mobilização de competências não apenas técnicas, mas também, sociais e culturais, que pegam no contrapé a cultura profissional tradicional de uma maioria de assalariados” (Castel 1998 p.519-26).

“Até para trabalhar de faxineiro tem que ter 2º. Grau. (...) Eu trabalhei de vigia numa farmácia, que agora no lugar dos vigias tem seis câmeras filmadoras, tem também, lugares que atendiam no balcão, e agora só pelo site www.. Quer dizer, quem trabalhava lá, também foi mandado embora”. (Tema 5 - DSC único).

A consciência de estar vivendo num mundo, em pleno processo de transformação, vem acompanhada do sentimento de ausência de referenciais possíveis.

“Com a globalização a coisa mudou muito e continua mudando, o povo tá perdido, a gente não tá sabendo para onde ir nem como viver” (Tema 5 - DSC único).

A configuração do atual mercado de trabalho, e o sentimento de estar perdido podem justificar, ainda que parcialmente, o fato de esses homens estarem procurando

um emprego com salário médio de **R\$ 350, 00**, muito próximo ao valor dos rendimentos atuais obtidos com os bicos – **R\$ 320,00**. A busca de um emprego não aparece direcionada para a quantia em dinheiro que podem vir a ganhar, mas principalmente pela segurança propiciada pelo contrato trabalhista, com estabilidade de vencimentos, e direitos como: fundo de garantia, aposentadoria e os auxílios-doença.

“Não há diferença entre trabalho e emprego, um depende do outro e ambos são necessários. O importante é ter registro em carteira, o salário garantido no final do mês e aposentadoria no futuro. Se a carteira fica parada isso prejudica porque parece que a pessoa ficou todo aquele tempo sem trabalhar”. (Tema 1b - DSC 1).

Outros benefícios, como o décimo terceiro salário e as férias, parecem ter saído do horizonte desses desempregados, bem como a antiga intenção de “progredir”, conquistando salários melhores do que os anteriores, ou aperfeiçoando-se naquilo que sabem fazer.

Para Gorz (1987 p.9), a palavra “trabalho”, hoje em dia, designa praticamente apenas uma atividade assalariada. Os termos trabalho e emprego tornaram-se equivalentes: o trabalho não é mais alguma coisa que se **faz**, mas algo que se **tem**.

*“O trabalho é tudo, sem trabalho um homem ou uma mulher se torna **ninguém**. É uma necessidade que assegura a sobrevivência, e pode possibilitar uma vida melhor: com mais conforto para mim e para a família, um futuro melhor; e, também, mais progresso social. O trabalho possibilita manter a família unida e criar os filhos. Não importa o que a pessoa faça, o importante é que se ocupe e, no dia do pagamento, tenha o seu dinheiro”* (Tema 1a- DSC único).

Assim, os desempregados preferem a condição de assalariado à de autônomo, mesmo que isso, além de resultar em menores rendimentos atuais, ainda revele uma perda representativa em relação ao último salário de empregado.

Para esse grupo de desempregados, a média do último salário de três anos atrás foi de **R\$ 490,00**, sendo que atualmente, almejam um emprego com salário médio de **R\$ 350,00**. Esse fato foi considerado “normal” pelos entrevistados, que se referiram à diminuição de rendimentos enquanto uma realidade, mesmo para aqueles que se encontram empregados, e que nada há para ser feito diante disso. “Os assalariados preferem aceitar uma grande diminuição dos salários reais a perder os empregos” (Bernardo 2000 p.23).

Todavia, apesar da ênfase depositada sobre o trabalho como sinônimo de emprego, os entrevistados revelaram a rica polissemia contida na palavra “**trabalho**”.

1) Segundo Albornoz (1986), é possível achar na palavra “*trabalho*” a significação de **realizar uma obra de reconhecimento social**, o trabalho como expressão de um saber, **em que o criador pode reconhecer-se em sua obra**. A origem dessa concepção remonta desde a antiguidade grega, contudo, se encontra presente também nos escritos de Marx (1988). Marx, influenciado por diversos pensadores, entre eles Hegel — *A Fenomenologia do Espírito* —, considerou o trabalho, em sua gênese, um processo entre o Homem e a Natureza, no qual, pela própria ação o homem media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza.

“O serviço ou trabalho é o exercício prático de um saber quer dizer, para executar tem de saber mesmo, tem de ter uma certa capacidade prática; são os atos em si”.(Tema 1b – DSC 2). *“O trabalho dá identidade, porque trabalhando a pessoa tem a oportunidade de mostrar o que sabe”* (Tema 1a - DSC único).

Hegel, citado por Albornoz (2000), concederia ao trabalho, à atividade prática material, uma dimensão que até então, ninguém havia percebido tão claramente: *é graças ao trabalho, enquanto cria, que o homem se produz a si mesmo*. A atividade produtiva seria, portanto, um processo através do qual o indivíduo se re-conheceria

ampliando, tanto sua autoconsciência como sujeito, como estabelecendo e desenvolvendo sua relação com outros homens.

2) A associação entre “**trabalho**” e “**servir**”, remete à palavra hebraica “**leawod**”, que significa trabalho, e tem também a conotação de servir (Arendt 1989 p.119). A presença dessa associação no discurso dos entrevistados revela a influência do pensamento cristão na atualidade.

“(....) O trabalho também é servir”. (Tema 1a - DSC único).

3) O trabalho como **honra, dignidade, liberdade**; um espaço privilegiado de conhecimento, re-conhecimento e realização, tal como, a compreensão proposta pela Reforma Protestante, e reinvestida pelo Iluminismo, quando o trabalho, longe de escravizar o homem, passou a ser visto como a condição de sua liberdade.

“O trabalho dignifica o homem porque trabalhando você tem sempre um jeito de vencer as dificuldades e os obstáculos. (...). Trabalhando, você tem garantida a honra, a dignidade, o respeito e a liberdade” (Tema 1a - DSC único).

Contrapondo-se à concepção cristã de trabalho, a Reforma Protestante no século XV criou a valorização moral do trabalho, como meio de salvação do homem e, também, como forma de permitir a associação lucro/trabalho, até então concebida como usura pela Igreja Católica. Assim, as profissões puderam ser vistas como ‘vocação’, e o trabalho abnegado deslizou do campo da “punição” para o da ‘virtude’.

4) Todavia, a essas compreensões pode-se somar uma outra, a do **trabalho bruto, braçal, feito a mando de terceiros, e provisório**, bastante parecido com o

trabalho escravo, ou “esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável” (Albornoz 2000 p.8-9).

“O trabalho também pode ser mais braçal, sujeira mesmo: carregar pau, pedra; você faz em curto prazo, bico, por exemplo, é trabalho, mas não é emprego” (Tema 1b – DSC 2).

Assim, a rica polissemia presente na palavra “trabalho”, remete às diferentes construções históricas realizadas sobre compreensões possíveis para o ato do trabalho, e que, na atualidade, convivem lado a lado, mescladas de valores positivos e negativos. A figura do “trabalhador” emerge no discurso dos entrevistados revelando o lugar subjetivo ocupado atualmente por esse termo.

“O trabalhador é alguém que está provisoriamente na função, é um ‘tapa-buraco’, amanhã, se não precisarem mais, ele é descartado”. (Tema 1b - DSC 2).

“O neoproletariado pós-industrial, sem estatuto e sem classe, ocupa os empregos precários de ajudantes, tarefeiros, operários de ocasião, substitutos. Para ele é impossível investir-se em ‘seu’ trabalho, identificar-se com ‘seu’ emprego, o trabalho deixa de ser uma atividade ou uma ocupação principal, para se tornar um tempo morto à margem da vida, onde se está ‘ocupado’ em ganhar algum dinheiro” (Gorz 1987 p.89).

Como forma de enfrentar essa realidade, os desempregados voltam suas expectativas para o emprego, como se pudesse ser depositada nele, a esperança de solução.

*“O empregado é mais do que **um** trabalhador; além de trabalhador, **ele é uma pessoa reconhecida por estar empregada**”.* (Tema 1b - DSC 2).

“Emprego é o salário garantido, é mais social, mais leve e estável, é para quem estudou, por exemplo; o cara trabalha num banco,

ou com computador. Além disso, tem convênio e aposentadoria, ou, se sair, tem o fundo de garantia” (Tema 1b - DSC 2).

*“Além disso, quando você está trabalhando (empregado), **tem garantido o seu lugar no social, o lugar de quem tem salário. Graças ao seu salário, você pode fazer muitas coisas, desde contrair dívidas – fazer crediário –, até casar**”* (Tema 1a - DSC único).

O emprego aparece como um paraíso, é a garantia de um lugar social, pleno de direitos e liberdades, porém reservado às pessoas que tiveram acesso à escolarização em grau diferenciado, o que, obviamente, exclui o próprio grupo de entrevistados. Além disso, nem mesmo a idealização depositada sobre o emprego é capaz de anular a percepção da insegurança e da instabilidade presentes no mundo do trabalho.

“Hoje em dia você nunca sabe se está garantido, a instabilidade é generalizada de tal forma que, mesmo quem está empregado, se sente inseguro quanto à continuidade do seu emprego”.(Tema 1b - DSC 2).

Ainda assim, o emprego é preferido às demais variantes de trabalho. Para compreendermos melhor a ênfase depositada sobre o emprego, é necessário lembrar que a consolidação da “relação salarial é o resultado de um longo processo que envolveu complexos fatores e foi fortemente impulsionada pela industrialização” (Castel 1998 p.416-18).

“Formalizando, dir-se-á que uma relação salarial comporta um modo de remuneração da força de trabalho, o salário – que comanda amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operários e de sua família -, uma forma da *disciplina* do trabalho que regulamenta o ritmo da produção e o quadro legal que estrutura a relação de trabalho, isto é, o contrato de trabalho e as disposições que o cercam” (grifo próprio) (Castell, 1998 p.419). Os assalariados constituíram a grande maioria da população

classificada como economicamente ativa dos grandes centros urbanos nas últimas décadas do século (Castell 1998).

Esse processo histórico explica, ainda que parcialmente, o lugar ocupado pelo emprego: *eixo*, em torno do qual esses homens aprenderam a disciplinar as próprias vidas, a organizar o tempo; e, a partir do qual, encontram um lugar no mundo. Muito embora os homens entrevistados reconheçam e exerçam na vida cotidiana, modalidades diversas de trabalho que extrapolam a relação salarial, não conseguem legitimar a prática dessas possibilidades como trabalho.

“Com a globalização a coisa mudou muito e continua mudando, em um ano ou dois, fica tudo diferente, e o povo tá perdido, a gente não tá sabendo pra onde ir, nem como viver” (Tema final – DSC único).

Atualmente há reconhecidamente, um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associadas uma “utilidade” social e um reconhecimento público (Castel 1998 p.529). Estar deslocado de qualquer lugar socialmente *reconhecido* implica uma desfiliação, ou seja, uma ruptura em relação às redes de integração primária. “Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e assegurar sua proteção” (Castel 1998 p.50-51).

Para o homem, o emprego garante não apenas uma filiação - assalariado – ele também é um estatuto, o de provedor; pois é a partir do lugar de assalariado e provedor que o homem é reconhecido como homem. “O sucesso dessa estratégia consistiu no fato de transformar o *trabalho assalariado* — um dos princípios do sistema — em padrão de masculinidade” (Matos 2000 p.42).

O emprego afirma o status de masculinidade ao homem; o desemprego gera o sentimento de abandono, falta de referência e medo da miséria, que faz com que os homens compulsivamente mantenham com o trabalho uma relação mediada pelo emprego (Matos 2000 p.42).

“Para o homem o desemprego é uma derrota, a gente se sente humilhado e inferiorizado, principalmente se precisar dos rendimentos da mulher para se manter” (Tema 2b - DSC 2).

Os homens entrevistados reconhecem a participação das mulheres no orçamento doméstico e no mercado de trabalho, porém associam essa participação às características “naturais” atribuídas ao sexo feminino e valorizadas positivamente. O aumento da participação das mulheres chefes e cônjuges na atividade econômica nas décadas de 80 e 90 ter sido geral, independentemente da presença e do número de filhos na família” (Leone 2000 p.86-90).

“Atualmente as mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os homens, porém, quando trabalham fora são mais dedicadas, inteligentes, e têm maior facilidade para aprender do que os homens; por isso, estão mais bem encaixadas no mercado,” [continua] (Tema 2 – DSC 3).

A aplicação da perspectiva de gênero na análise do mercado de trabalho implica a incorporação de uma série de dimensões, incluindo os hiatos ocupacionais (segregação), e os hiatos de rendimentos (discriminação) (Rios-Neto, 2000 p.59).

Isso quer dizer que, as transformações ocorridas no mercado de trabalho, continuam propiciando a já conhecida *discriminação* das mulheres, que freqüentemente desenvolvem todo tipo de trabalho, inclusive aqueles tradicionalmente considerados masculinos, e de modo geral recebem menos do que os homens.

[continuação] *“embora elas sejam menos reconhecidas, ganhem menos, e tenham menos poder na hora das decisões”* (Tema 2 – DSC 3).

Enquanto isso um grupo de homens, principalmente de baixa e média escolaridade, é cada vez mais *segregado* do mercado e se vê confrontado com a difícil tarefa de manter-se no lugar de provedor familiar.

“Eles querem experiência, ou exigem escolaridade; até para trabalhar de faxineiro, tem que ter segundo grau. Muito tempo sem registro na carteira também é problema, parece que você virou doente, ou aleijado, um inválido mesmo; ou então, eu acho que eles pensam que você andou preso. Mas é o seguinte, hoje em dia as firmas não registram mais, você trabalha três meses e vai embora, depois que as coisas foram terceirizadas ficou assim; tem até lugares que não me pegaram porque eu sou casado e tenho filhos” (Tema final – DSC único).

Mediante a reduzida possibilidade de encontrar um lugar reconhecido na sociedade e na família, o espectro do “vagabundo” ronda esses desempregados.

“Convite para o que presta você não acha, mas para o que não presta, é só você sair na esquina. Já vi colegas que trabalharam junto comigo, caíram nesse desemprego como eu estou, hoje eles estão na cadeia” (Tema final – DSC único).

“Uma parte considerável da economia informal relaciona-se com o crime organizado” (Bernardo 2000 p.17). “Sem poder contar com mecanismos eficientes de distribuição de renda, e com o poder público descomprometido, não restaram alternativas a mais de um terço da população, condicionada à situação de miserabilidade reconhecida, envolvida no mundo da prostituição, violência, crime, drogas, entre outras formas de vida e de trabalho” (Pochamann 2001 p.25).

Paralelo à construção da relação salarial foi construído o paradigma negativo do vagabundo enquanto um discurso e um instrumento do poder. A sociedade “salarial” se consolidou e foi intensamente reforçada por meio de argumentos morais e legais que

apregoavam o vínculo empregatício como sendo necessário e aliado do trabalhador, inclusive nos direitos e nas reivindicações, e a falta do mesmo, como representante da “vagabundagem” (Castel 1998 p.128-136).

Contudo, a situação que estamos vivendo em relação ao trabalho/desemprego é inédita nos últimos cinquenta anos. Os discursos e as técnicas utilizados durante o século para “convencer” os trabalhadores a se converter em empregados, ainda vigoram, só que não há mais lugar para todos. Estamos vivendo o reaparecimento de uma sociedade de “trabalhadores sem trabalho”, conforme Hannah Arendt (1983) evocava, ou de **empregados sem emprego**.

6.2. Os processos de trabalho e a divisão sexual do trabalho.

Para importantes autores, entre eles Gorz (1987) e Offe (1985), o fato de estarmos vivendo uma consecutiva supressão de empregos, encontra-se na origem da idéia de perda da centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas.

“Tal posição é fruto de uma confusão entre diminuição de emprego e diminuição de trabalho, é também consequência de uma concepção extremamente restritiva de trabalho – entendido, este, como de caráter produtivo e industrial –, excluindo, por exemplo, toda a esfera da produção doméstica. Se há regressão do emprego assalariado, não se pode fazer a mesma afirmação quanto à atividade real de trabalho” (Hirata, 1998 p.22).

Assim, podemos pensar que, o ato do “trabalho” é muito mais abrangente do que o trabalho assalariado, e que nesse amálgama de atividades, estão imersos complexos processos articulados, por um lado, com a dinâmica da divisão sexual do trabalho, e, por outro, com um mercado de trabalho mais ou menos oficial.

O conteúdo do trabalho feminino, por exemplo, não é determinado a partir de suas exigências técnicas e de conhecimento, e sim por sua posição no *ranking* de (des)valorização ocupacional no mercado (Fonseca 1996 p.71). Dessa forma, um trabalho pode ter o caráter feminino ou masculino do seu conteúdo redefinido, por exemplo, pela remuneração. Um trabalho realizado “no lar” pode ser portador de um conteúdo desvalorizado e feminino; porém, esse mesmo trabalho realizado num avião, perde sua gratuidade, e tem seu conteúdo feminino relativizado.

A ideologia capitalista leva em consideração, não o sentido e a natureza de uma atividade, mas apenas sua remuneração assalariada; isso faz com que se considere como “desprezível” a atividade da mulher “do lar”, e como “nobre”, essa mesma atividade

quando realizada para terceiro em troca de um salário, em um avião, numa creche ou num restaurante (Gorz 1987 p.15).

Os processos de trabalho são imanentes ao próprio trabalho e se inter-relacionam com a divisão sexual, constituindo planos dinâmicos no tempo e no espaço. Assim, *o conteúdo do trabalho, e o contexto no qual ele se desenvolve; incluindo como contexto, a existência e a forma de remuneração*; foram alguns dos processos de trabalho considerados pelos homens entrevistados, ao serem questionados sobre a divisão sexual do trabalho.

Trabalho: conteúdo e divisão sexual.

Quanto ao conteúdo do trabalho, há uma tendência de estender a naturalização do corpo biológico para o trabalho, considerando-o como “naturalmente feminino”, ou “masculino”.

“As mulheres não poderiam fazer os serviços pesados, como trabalhar em obras, porque não têm força física, e esse tipo de trabalho as prejudicaria fisicamente; além disso, ficariam expostas devido à roupa (saia). Para as mulheres deveriam ficar os serviços leves, como escritório, e as tarefas da casa”. (Tema 2a – DSC-2). “Os serviços pesados e braçais, que exigem força física, deveriam ficar destinados apenas aos homens”. (Tema 2a – DSC-4).

O tempo verbal, - “deveriam” -, já é um indicador de que, na realidade, as coisas não estão se processando dessa maneira. “Há uma idéia de que a virilidade e a feminilidade têm relação com o trabalho, são formadas (também) pelo trabalho, que têm um papel estruturador e dão forma ao trabalho, qualificando-o como feminino ou masculino” (Hirata 2000 p.30).

“Contudo, como o mercado de trabalho e as circunstâncias exigem, as mulheres têm trabalhado em serviços pesados, ajudando o marido na construção da própria casa, ou, em trabalhos insalubres, como limpeza de esgotos; principalmente, quando empregadas pelas frentes de trabalho das prefeituras” (Tema 2a - DSC 2).

Dessa forma, a interdição do conteúdo de certos trabalhos, sob o argumento de proteger o corpo biológico da mulher, é reconhecida pelos homens desempregados como um *modelo* de vida, e, como tal, pouco possível de ser seguido atualmente. Esse modelo convive com outras construções discursivas que, em maior ou menor grau, distam daquilo que foi preconizado pela tradição.

“Hoje em dia não tem diferença entre trabalho de homem e de mulher, um faz o que o outro faz. A mulher também tem direito e luta; quando a pessoa, homem ou mulher, precisa, e não quer que os filhos passem necessidade, tem de correr atrás”. (Tema 2a - DSC-1).

Já, com relação ao homem, não há restrições quanto ao conteúdo dos trabalhos; ele não apenas pode fazer qualquer trabalho como também deve saber-fazer qualquer coisa.

*“Os serviços pesados e braçais, que exigem força física, deveriam ficar destinados apenas aos homens, que, no entanto, devem também **saber fazer** de tudo, inclusive os serviços da casa* (Tema 2a - DSC 4). *Quando eu estava no quartel (ou na Marinha, ou morei sozinho), eu fazia tudo, aprendi lá”*. (Tema 3 – DSC 4).

Chama a atenção que, o aprendizado do homem para trabalhos considerados femininos não se tenha dado com figuras femininas de referência, mas sim nas Forças Armadas, ou sozinhos. Daí talvez o imperativo: “homem tem que saber-fazer de tudo”,

que coaduna com a idéia da masculinidade normativa na qual o homem é “valorizado por sua capacidade de ação, praticidade, objetividade, força e iniciativa” (Matos 2000 p.42), e independência. Assim, é possível para o homem reforçar sua masculinidade, mesmo quando realiza trabalhos considerados femininos, desde que não haja uma saturação de conteúdos femininos.

“Eu faço (ajudo) as coisas da casa, sei fazer quase tudo (menos lavar, ou passar, ou cozinhar), porque aprendi quando estava no quartel (ou morando sozinho), e porque minha mulher sempre trabalhou; hoje quem sustenta a casa é ela. Então, não é se gabando, mas hoje em dia todo homem tem de saber lavar uma louça, um quintal, cuidar dos filhos, o básico né? O resto a mulher completa”. (Tema 3a - DSC-4).

Para o homem, o problema aparece quando há uma somatória de conteúdos marcadamente diferentes e todos caracterizados como femininos. Assim, os homens que referiam “saber fazer tudo” lavavam e cozinham **ou** passavam e limpavam a casa, etc. Dessa forma, o homem deve saber fazer os serviços domésticos (alguns ou quase todos) para, em momentos de necessidade, por exemplo, quando a mulher trabalha fora, ajudar; ou, quando mora sozinho, ter autonomia.

Esse discurso não afeta a construção da masculinidade normativa, e ainda, tem o particular efeito de desobrigar o homem da responsabilidade sobre as atividades cotidianas da casa, que continua sendo da mulher.

Trabalho: contexto e divisão sexual.

Há ainda uma segunda condição para a realização dos trabalhos domésticos por homens: *ao conteúdo não saturado desses trabalhos, deve-se somar o contexto eventual de realização.*

“Só que, os homens não devem fazer os serviços da casa como obrigação cotidiana, senão os vizinhos falam bastante:- ‘Olha o M., tinha Cheque Ouro, Mastercard e agora tá pondo roupa no varal pra sobreviver!’” (Tema 2a - DSC 4). *“...Mas não vou mentir, eu agora, estou até cuidando de criança (seis) para ganhar um pouquinho”* (Tema 3a - DSC- 4).

Ao assumir os trabalhos domésticos cotidianamente, o homem não põe em questão sua virilidade.

“Não, não muda nada, você é o mesmo homem, não cai nada, pedaço de você, não, nada, nada, nada!” [continua] (Tema 3 – DSC 4).

A **virilidade** pode ser entendida como uma construção discursiva que autoriza e legitima *o desejo ou a disposição para o ato sexual*, identificando a origem para tal, no vigor e energia característicos da natureza do corpo biológico do homem. Essa dimensão da sexualidade, segundo os homens entrevistados, não é atingida pela realização das tarefas domésticas.

[continuação] *“Mas a hora que você fala: Tô lavando roupa, aí os vizinhos: ‘Olha o M., tinha Cheque Ouro, Mastercard e agora tá pondo roupa no varal pra sobreviver!’”* (Tema 3 – DSC 4).

A **masculinidade** compreendida a partir do olhar de gênero, ou seja, como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e um organizador do poder (Scott 1995 p.11); fica fortemente abalada mediante a realização de tarefas consideradas femininas. Ao fazê-las, o homem revela para a sociedade e para si mesmo, que perdeu, não os impulsos ou desejos sexuais característicos da sua “natureza”; mas sim, o poder aquisitivo e, com ele, a capacidade

de prover sua família, se autodestituindo, assim, do lugar socialmente construído para o homem.

A expressão “*sexualidade*”, *estabelecida para fazer referência a fenômenos que cobriam tanto os mecanismos biológicos da reprodução, como as variantes individuais ou sociais do comportamento* (grifo próprio) (Foucault 1984 p.9-10); comporta tanto o termo “virilidade” quanto “masculinidade”.

Portanto, é importante ressaltar que, a realização das tarefas domésticas atinge os homens em uma das dimensões da sexualidade, a masculinidade normativa, entendida enquanto um papel social de gênero.

Talvez esse fato justifique a existência de outros discursos paralelos que preferem, em maior ou menor intensidade, evitar a execução dos trabalhos domésticos, mesmo por homens desempregados.

*“Ajudo um pouco nas coisas mais pesadas, lavar um quintal, uma janela, na manutenção da casa (parte elétrica, etc.). Cuido também das crianças, até levar no médico sou eu quem faz isso. Minha esposa trabalha e procura manter as contas o máximo em dia para não deixar a família em dificuldade, e também faz a maioria das coisas da casa; ela tem obrigação né? **Algumas** coisas que ela não consegue dar conta, então, a gente é obrigado a ajudar, mas não é direto”.* (Tema 3 – DSC 3).

“Eu faço alguma coisa, mesmo assim quando ela briga, mas eu não gosto, não é preconceito não, é que eu não gosto mesmo. Posso até levar e buscar as crianças na escola, e ficar com elas; isso aí tudo bem, eu gosto, mas dos serviços de casa eu não gosto mesmo”. (Tema 3 – DSC 2).

Podemos observar nesses discursos que, o cotidiano da casa é território da mulher, muito embora o cuidado com os filhos tenha se apresentado desvinculado do

trabalho considerado doméstico, e esteve presente em vários grupos discursivos, mesmo nos mais resistentes às tarefas domésticas.

Apesar de desempregados, muitos homens conseguem continuar sustentando, ainda que parcialmente, as despesas da casa, utilizando esse fato como argumento para justificar o não envolvimento com os trabalhos domésticos e reassegurando, assim, o lugar de provedores.

“Lavar, passar e cozinhar eu não faço não. Não por ser trabalho de mulher, mas é que fica difícil a gente aprender essas coisas, e até o momento eu nunca precisei, entendeu? ... Além disso, eu nunca fiquei parado de tudo, sempre fazendo uns biquinhos” (Tema 3 – DSC 1).

Para ser provedor, não basta conseguir ganhar dinheiro, é preciso também que a finalidade dos rendimentos esteja voltada para as despesas da família; dessa forma, a remuneração obtida a partir das atividades desenvolvidas, deve ser disponibilizada para a manutenção da casa.

“A palavra de Deus diz que o homem deve ser a cabeça da casa; portanto, eu tenho que sustentar minha família, mulher, filhos, e as despesas da casa. Quando eu trabalhava, eu mantinha a casa, as despesas, as contas, tudo eu que bancava” (Tema 2b - DSC 2).

Embora fosse conveniente que os dois — homem e mulher — trabalhassem, o homem deveria ser o provedor exclusivo ou o principal, enquanto os rendimentos da mulher não deveriam fazer parte oficial do orçamento doméstico, tendo como objetivo subsidiar as despesas pessoais, evitando assim, que a mulher dependesse do dinheiro do homem.

“O ideal hoje em dia é que os dois trabalhem; porém, a mulher não tem a obrigação de sustentar a casa, nem o marido; ela geralmente

ganha menos do que o homem, e é para as despesas pessoais dela: uma roupa, arrumar o cabelo, sapatos, etc. Que mulher gosta de andar arrumada. O que a mulher ganha é para resolver os problemas dela, o salário do homem é para a família. Se a mulher fica desempregada, o orçamento familiar não fica comprometido, bem como ela não é atingida moralmente, pois não fica desocupada já que volta a fazer as atividades da casa. O problema da mulher desempregada é que se o homem ganhar pouco ela vai ficar dependente dele até para comprar uma calcinha, um sutiã” (Tema 2b – DSC-2).

Quando se examina o ganho médio feminino em relação ao masculino, constata-se que as mulheres ganham até 72% dos salários dos homens e, mesmo quando conseguem ascender na estrutura hierárquica, estão sujeitas a ganhar menos do que seus colegas (Bruschini, 2000 p.41).

Esse discurso é bastante enunciativo quanto ao lugar que *deveria* ser ocupado pelos rendimentos da mulher e quanto à expectativa de que esse valor de fato é, e deve ser, inferior à remuneração do homem, impossibilitando sua disponibilização para as despesas de uma família. No entanto, muitos homens admitiram que, desde que ficaram desempregados, é o dinheiro da esposa que tem sustentado a casa.

“Minha esposa trabalha e procura manter as contas o máximo em dia para não deixar a família em dificuldade, e também, faz a maioria das coisas da casa”. (Tema 3a - DSC 3).

“Minha mulher sempre trabalhou; hoje o que sustenta a casa é mais o trabalho dela”. (Tema 3a - DSC 4).

Aos trabalhos tradicionalmente reservados às mulheres correspondem baixos salários, não tanto porque são efetuados por mulheres, mas porque são uma extensão

das atividades consideradas *naturais*, gratuitas, efetuadas pelas mulheres (Kartchevsky-Bulport, 1986 p.19).

“As mulheres são menos reconhecidas, pois ganham menos, e têm menos poder na hora das decisões. Dessa forma, não existe diferença no conteúdo do trabalho de homens e mulheres, porém há diferença no status dentro da empresa”. (Tema 2a – DSC 3).

Há um conteúdo subjetivo implícito no trabalho realizado pela mulher que equaliza gratuidade, ou menores rendimentos, menos *status* ou poder, e maior expressão dos afetos. A mulher ganha menos ou nada, porque faz por amor; assim, reivindicar melhores remunerações implicaria enfraquecer ou negar a presença do elemento afetivo. Esse conteúdo subjetivo estende-se dos trabalhos realizados dentro de casa para os de fora de casa. “A mulher deve ser meiga, passiva, devotada a servir aos outros, capaz de realizar duas jornadas e vários tipos de tarefas simultaneamente” (Duran 1987); porém, sua identidade familiar está sustentada moralmente mesmo quando ela está desempregada (Sarti 1997 p.56), já que é o trabalho doméstico e gratuito, de preferência vinculado à maternidade, que lhe confere um lugar na rede social.

Assim, quando desempregada, a mulher padece pela falta de dinheiro para si ou para os filhos, se os tiver; porém, não é destituída do lugar socialmente reconhecido de mulher.

Já para o homem, o espaço sentido como sendo da esfera do privado é o local de trabalho: “trabalhador antigo de casa”. Com o desemprego, algo é arrancado do trabalhador, além das condições imediatas de sobrevivência na forma de salário (Rosa, 1994 p. 65).

“Para o homem o desemprego é uma derrota; a gente se sente humilhado e inferiorizado, principalmente se precisar dos rendimentos

da mulher para se manter. A gente sempre aprendeu a se sustentar, desde a época em que saiu da casa da mãe; então, a mulher sustentando o homem, fica meio difícil de aceitar. Eu gostaria de estar trabalhando, e ela em casa. Essa situação (a mulher trabalhando e o homem em casa) acaba prejudicando até a própria saúde, a questão psicológica, a gente se sente mal perante a gente mesmo. Além disso, a própria mulher reclama bastante, e a sociedade também acha que a gente está explorando ela, e quando demora a encontrar emprego, dizem que é acomodação. É como em vez de cabeça da casa, a gente tivesse se tornado a cauda”. (Tema 2b - DSC 2).

As relações de trabalho são também relações de poder, e não só de produção; como tais, produzem o modo de ser do trabalhador. O trabalhador jamais é reduzido a essas forças, há sempre nas situações e práticas conflituosas reações de resistência; contudo, o ser moral do trabalhador se constitui no interior de relações de poder que se materializam em relações de trabalho. O trabalhador toma esses modos de ser como próprios, e vê-se destituído dos mesmos quando desempregado (Rosa 1994 p. 65-70).

Dessa forma, a situação de desemprego não é um estado de não-trabalho, mesmo porque esses homens estão trabalhando ainda que informalmente, mas, um processo de desterritorialização do universo em que se reconheciam, e eram reconhecidos como homens.

Esse processo de desterritorialização promovido pelo desemprego atinge não somente a relação com o trabalho, mas também o espaço da própria casa, identificado como sendo o “território da mulher” e onde os homens não encontram lugar nos espaços e tempos do cotidiano familiar.

“Mulher nenhuma agüenta homem desempregado dentro de casa!” (Tema 4 – DSC 3 e 4).

Assim, como trabalho produtivo e trabalho reprodutivo mantêm entre si estreita relação, desemprego e vida afetiva são as duas faces de uma mesma situação. “A proporção das rupturas conjugais é de 24% para os indivíduos que têm um emprego estável, de 31,4% para as situações de trabalho instável, e de 38,7% para as pessoas que estão desempregadas há mais de dois anos” (Castel 1998 p.533).

“Depois do desemprego mudou tudo, ela teve que ir trabalhar, e logo depois pediu a separação. Agora eu soube que tem um namorado”. (Tema 4 –DSC-1).

“Mudou muito [o relacionamento com a mulher]; quando eu tinha dinheiro, e ela trabalhava só para ela, o relacionamento era bom. Agora é briga! Eu fico nervoso, ela também, um acusa o outro. (...). Minha mulher já está perdendo a paciência, falando até em se separar, ela acha que eu não faço esforço. Além do desgaste psicológico, sexualmente fica muito a desejar, não há interesse por parte da mulher, a mulher evita o homem, acho que é por causa do desemprego, deve ser natureza da mulher. Ainda bem que a gente não paga aluguel, se pagasse tava tudo acabado mesmo, não só o casamento, mas a vida também”. (Tema 4 – DSC-2).

Além de colocar em risco a estabilidade afetiva e familiar, o desemprego ainda atinge a garantia de ter uma moradia fixa. “Uma das conseqüências sociais mais graves do desemprego de longa duração é pôr em risco a possibilidade de ter um lugar de residência. Se isso suceder, fica definitivamente afastada qualquer esperança de assalariamento, mesmo que precário” (Bernardo 2000).

“Ficou péssimo [o relacionamento com a mulher], eu tive que levar minha esposa para ficar com a mãe dela no interior. É muito estranho ficar longe dela e dos meus filhos para tentar arrumar serviço morando aqui com meu irmão” (Tema 4 – DSC-3).

Os homens que referiram que a relação afetiva não foi atingida pelo desemprego, relatam trabalhar junto com a esposa ou praticar alguma religião junto. O fato de desenvolverem alguma atividade, pela qual ambos manifestam apego, parece diminuir a tensão estabelecida pelo desemprego, embora, não assegure tranquilidade.

*“Não mudou **ainda** [o relacionamento conjugal]. Nós dois somos evangélicos – ou, trabalhamos juntos –, isso ajuda bastante, se não fosse isso, a gente já tinha se separado porque mulher nenhuma agüenta homem desempregado dentro de casa. Não é fácil, mas eu acredito que o desemprego não possa causar mais desavença do que já causou. Ela sabe das dificuldades, sabe como as coisas estão difíceis, mas já vi muita gente perdendo a família por causa do desemprego”. (Tema 4 – DSC 4).*

Assim, neste capítulo pretendeu-se estabelecer uma discussão sobre os processos de trabalho – conteúdo e contexto – considerados a partir da divisão sexual do trabalho. Devido à complexidade dessa discussão, os principais elementos foram resumidos em três quadros esquemáticos, apresentados nos anexos VII, VIII e IX, que estarão sendo utilizados também para a discussão no próximo capítulo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Considerando como referência o campo discursivo tradicional da divisão sexual do trabalho, que designa os homens para a produção e as mulheres para a reprodução, foram identificados três campos discursivos:

- Discursos que coincidiram a prática cotidiana com o que é preconizado pela divisão sexual do trabalho.
- Discursos que se mostraram discordantes entre a prática cotidiana a divisão sexual do trabalho.
- Discursos que romperam com a divisão sexual do trabalho na teoria e na prática.

1º) Discursos coincidentes entre a prática cotidiana e a divisão sexual do trabalho.

Foram discursos cujas temáticas se apresentaram superpostas, ou, coincidentes com o discurso tradicional da divisão sexual do trabalho e à prática, tal como está sendo vivida no cotidiano. Foram representativos desse campo:

- A responsabilidade pela organização e realização cotidiana dos serviços da casa, que continua sendo um atributo da mulher, ainda que, variando em diferentes intensidades.
- O desemprego na vida do homem representando um rompimento com as redes básicas de socialização, caracterizando uma situação de perda do lugar “masculino” com conseqüentes sentimentos de fracasso e humilhação.

Os quadros a seguir apresentam resumidamente esses campos discursivos:

QUADRO 2
Diferença entre desemprego de homem e de mulher
considerando os processos de trabalho

Questão	Gênero	Processos de trabalho	
		<u>Status</u>	<u>Rendimentos</u>
<i>Existe diferença entre o homem desempregado e a mulher desempregada?</i>	Para a mulher	O desemprego não atinge a mulher moralmente, pois ela não fica desocupada, já que tem os serviços da casa.	Não há diferença, a sociedade foge dos dois, e, ambos sofrem; principalmente se tiverem filhos para sustentar.
	Para o homem	O desemprego também não significa desocupação (vai fazer bicos), porém representa derrota, humilhação e fracasso, principalmente se depender do dinheiro da mulher para seu sustento.	

QUADRO 3
Realização dos serviços da casa

Questão	Gênero	
	Para o homem	Para a mulher
<i>Depois que você ficou desempregado, quem faz os serviços da casa?</i>	Não faz nada porque não sabe e acha difícil aprender, só gosta de ficar com os filhos.	Faz tudo porque sempre fez, não trabalha fora.
	Faz algumas atividades da casa quando a mulher ‘briga e xinga’, porém, realiza espontaneamente alguns cuidados com os filhos, como levar e buscar na escola.	Trabalhando fora ou não, é responsável pelos trabalhos da casa.
	Ajuda nas coisas mais pesadas da casa (consertos, lavar quintal ...) e nos cuidados cotidianos com os filhos, incluindo banho e alimentação.	Contribui com parte ou total do orçamento doméstico e é responsável pela organização total e realização – às vezes parcial - dos serviços da casa.
	Aprendeu as tarefas domésticas nas Forças Armadas ou quando morou sozinho e ajuda sempre que necessário, sob orientação da mulher. Realiza os cuidados cotidianos com os filhos e também os eventuais, como levar ao médico.	

Assim, tanto para o trabalho, como para o desemprego, existem representações distintas que são atribuídas para o homem ou para a mulher e, extrapolam a questão da remuneração, atingindo as subjetividades.

2º) Discursos discordantes entre a prática cotidiana e a divisão sexual do trabalho.

O segundo campo discursivo apresentou discursos que, apesar de coincidentes com o que é preconizado pela divisão sexual do trabalho, se mostraram discordantes da prática cotidiana de vida.

Foram discursos que buscavam fazer a manutenção de um modelo, mesmo diante das evidências de que esse modelo está em funcionamento apenas no plano discursivo, sendo que, na prática, estão em ação outras formas de se conduzir pela vida. Esses discursos eram identificados pelos entrevistados como se estivessem vivendo fora dos padrões estabelecidos e aceitos socialmente. Foram expressivos desse campo:

— Os limites quanto ao conteúdo do trabalho feminino: as mulheres *não deveriam* fazer trabalhos considerados masculinos – pesados.

— A diferença entre o valor e o destino dos rendimentos da mulher e do homem: as mulheres *deveriam* ganhar menos do que os homens, e, a responsabilidade financeira pelas despesas da casa deveria ser prioritariamente do homem.

Os menores rendimentos da mulher *justificariam* que esse valor não fosse disponibilizado para as despesas da família, mas apenas para as despesas pessoais, contudo; é desse pequeno valor que as famílias têm tirado boa parte do sustento. Cabe então a pergunta: as mulheres ganham menos do que quem, se elas estão sustentando, senão totalmente, a maior parte das despesas da casa?

Talvez; *atualmente* essas mulheres ganhem menos do que os seus parceiros ganhavam *algum tempo* antes, quando eles estavam empregados. O discurso dos menores rendimentos da mulher parece estar sustentado num passado recente, quando esses homens tinham rendimentos, não apenas superiores aos das mulheres, como também mais altos do que conseguem obter hoje tanto no mercado formal como no informal.

QUADRO 1
Diferença entre trabalho de homem e de mulher
considerando os processos de trabalho

Questão	Gênero	Consideração quanto aos processos de trabalho	Consideração quanto aos campos discursivos
<i>Existe diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher?</i>	Para a mulher	<u>Quanto ao conteúdo do trabalho</u> a) Na prática, não, as mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os homens. b) Na teoria, sim, as mulheres não deveriam fazer serviços pesados.	Discordância entre a vida prática e a divisão sexual do trabalho.
		<u>Quanto ao status no trabalho</u> Sim, as mulheres têm menos poder, embora às vezes trabalhem mais e melhor.	Manutenção entre a prática e a divisão sexual do trabalho.
		<u>Quanto aos rendimentos</u> a) Na teoria, a mulher deve ganhar menos do que o homem e pode ajudar nas despesas, porém não deve sustentar a casa. b) Na prática, a mulher sustenta parcial ou totalmente a casa, independentemente de quanto ganha.	Discordância entre a prática e a divisão sexual do trabalho.
	Para o homem	<u>Quanto ao conteúdo</u> Não tem diferença, o homem pode fazer tudo que a mulher faz.	Manutenção entre a prática e a divisão sexual do trabalho.
		<u>Quanto ao status</u> O homem pode ajudar a mulher; porém não deve assumir sistematicamente os serviços da casa, pois denotaria falta de poder aquisitivo e perda de masculinidade, embora não de virilidade.	
		<u>Quanto aos rendimentos</u> a) Na teoria, ambos podem ser responsáveis pelas despesas da casa, desde que o homem seja o principal provedor. b) Na prática, a mulher tem sido a principal provedora.	Discordância entre a vida prática e o preconizado.

3º) Rompimento discursivo e prático com a divisão sexual do trabalho.

O rompimento discursivo referiu-se a uma separação realizada no mundo do trabalho considerado feminino: os cuidados com a casa e os cuidados com os filhos. Enquanto os cuidados com a casa foram reforçados como sendo de responsabilidade da mulher (Quadros 1 e 3), os cuidados com os filhos, em diferentes intensidades, estão sendo realizados pelos homens, e até mesmo citados como motivo de “orgulho”.

Essa constatação sugere que, os cuidados com os filhos estão deixando de ser um atributo exclusivo da mulher para se inserir no campo das masculinidades como exercício de paternidade.

QUADRO 3
Realização dos serviços da casa

Questão	Gênero	
	Para o homem	Para a mulher
<i>Depois que você ficou desempregado, quem faz os serviços da casa?</i>	Não faz nada porque não sabe e acha difícil aprender, só gosta de ficar com os filhos.	Faz tudo porque sempre fez, não trabalha fora.
	Faz algumas atividades da casa quando a mulher “briga e xinga”, porém realiza espontaneamente alguns cuidados com os filhos, como levar e buscar na escola.	Trabalhando fora ou não, é responsável pelos trabalhos da casa e pelo cuidado com os filhos.
	Ajuda nas coisas mais pesadas da casa (consertos, lavar quintal,...), e nos cuidados cotidianos com os filhos, incluindo banho e alimentação.	Contribui com parte ou total do orçamento doméstico e é responsável pela organização total e realização - às vezes parcial – dos serviços da casa.
	Aprendeu as tarefas domésticas nas Forças Armadas, ou quando morou sozinho, e ajuda sempre que necessário, sob orientação da mulher. Realiza os cuidados cotidianos e também os eventuais com os filhos, como levar ao médico.	

8. PALAVRAS FINAIS.

O desemprego é um dos desafios mais representativos a ser enfrentado, principalmente nas regiões menos favorecidas. Várias tentativas têm sido realizadas, e serão necessárias contribuições de diferentes áreas e formações com o intuito tanto de conter os índices de desemprego como de promover novas possibilidades de vida e trabalho.

Assim, devido à abrangência e à interdisciplinaridade do tema, serão tecidas algumas considerações voltadas mais para a questão das subjetividades e menos para as questões que envolvem a economia de mercado.

O aumento de tempo dedicado para a escolarização tem sido encorajado como atitude individual possível de ajudar aqueles que se disponham a voltar para os bancos escolares. Porém, como resultado tem se observado um aumento do nível de escolaridade e uma superqualificação da mão-de-obra, sem que isso seja acompanhado do aumento de rendimentos ou de complexidade do trabalho. As questões referentes à educação devem ser pensadas e estimuladas como pertinentes à cidadania, e não como algo que poderá resolver o problema do desemprego.

A flexibilização por meio de jornadas reduzidas para 30 horas ou *part-time* tem sido outro artifício para que mais pessoas trabalhem, ainda que, por menos tempo, e com menores rendimentos. Para alguns países desenvolvidos, pode representar uma alternativa; contudo, é pouco eficiente diante do desemprego *prolongado de uma parte representativa da população*.

Mais do que uma crise do emprego estamos vivendo um momento de mudança de paradigmas, em que se faz necessário transitarmos do emprego — fenômeno da modernidade que pode ser entendido como a contribuição do

indivíduo à produção e ao mercado —, para o resgate do trabalho como elo de ligação entre a interioridade subjetiva com a exterioridade social.

A atividade produtora de riquezas não é mais redutível ao emprego; os desempregados trabalham; o trabalho clandestino produz mais riquezas do que o dos empregados (Negri 2001 p.26). Nessa transição histórica do moderno para o pós-moderno, do fordismo ao pós-fordismo, nessa transição muda também o sujeito. Não é mais um corpo que pode ser posto para trabalhar, não é mais uma alma que pode viver independentemente de valores e paixões (Negri, 2001).

A natureza do trabalho hoje se tornou essencialmente imaterial: intelectual, autônomo e cooperativo, produtor de saber e linguagens. O lugar em que se produz o excedente já não é a fábrica, mas o conjunto de redes sociais por meio das quais essa massa de trabalhadores imateriais aprende, comunica, produz mercadorias, e faz tudo isso produzindo subjetividades (Negri 1998). A produção de riqueza depende de produção de conhecimentos, da reprodução social de processos vitais ricos em relações intelectuais e valores afetivos. A sociedade mais rica é a que consegue explorar mais os processos subjetivos de reprodução social da vida (Negri 2001).

Assim, é preciso lidar com as novas configurações do mercado não apenas como restrições, mas também como abertura para modelos alternativos de estímulo à autonomia, por meio do reconhecimento dessas novas subjetividades.

É de responsabilidade dos órgãos centrais reconhecer essas mutações e buscar possibilidades que contemplem as mudanças de competências objetivas para saberes mais subjetivos. Isso requer, além de determinação e vontade por parte das instituições competentes, a implementação de tecnologia voltada para a captação de potencialidades mais subjetivas da mão-de-obra disponível no mercado.

Os serviços de atendimento ao desempregado, de modo geral, funcionam a partir de redes integradas de computadores que acumulam dados *objetivos* sobre a escolaridade e a experiência dos desempregados, visando promover um encontro com os requisitos, igualmente objetivos, das vagas disponíveis no mercado.

Esse modelo foi eficiente para lidar com o desemprego conjuntural; contudo, ele é ineficiente diante do desemprego estrutural, no qual, mais do que de um excedente de mão-de-obra com qualificações explícitas, nos encontramos diante de mutações, tanto das novas demandas do mercado como na forma de considerar os diferentes saberes e competências acumulados.

“Os saberes da vida, os saberes empíricos, mesmo que reconhecidos, utilizados e até ensinados nas aulas, não são, geralmente, sancionados por títulos e diplomas. (...) Esses conhecimentos [reconhecidos por meio de títulos e diplomas] representam uma ínfima minoria do que cada um sabe” (Lévy e Autier 1995 p.106).

Faz-se necessário, portanto, elaborar novas formas de identificar e potencializar os saberes subjetivos não atestados por papéis, transformando-os em trabalho.

Além da utilização de tecnologia que contemple as mudanças nos códigos de trabalho, seria interessante ainda, a promoção de espaços de escuta, individual e em grupo, em que os sujeitos, atingidos pelo desemprego prolongado, possam reorganizar suas subjetividades, resgatando seus saberes e transformando-os em possibilidades de trabalho, construindo assim novos eixos de organização da vida.

O processo de desfiliação não equivale necessariamente a uma ausência completa de vínculos, mas à ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de um sentido (Castel 1998 p.536), que podem ser conjuntamente construídas.

Há então que se considerar a possibilidade de esses sujeitos reinventarem novas formas de vida e trabalho a partir de espaços de discussão e escuta, possíveis de existir nos lugares instituídos para recebê-los, e em que possam resgatar e valorizar suas habilidades, descobrindo novas potencialidades.

Não é possível aguardar por uma volta ao mundo “operário”, ao que tudo indica, esse retorno não acontecerá, o trabalho tornou-se *livre*, emancipou-se da disciplina da fábrica, “*e é preciso dizer que a força de trabalho que conhecemos, ou seja, a classe operária, lutou para recusar essa disciplina*” (Negri 1997).

“O que está maltratando esse país são as leis, que exigem coisas que não foram dadas para a sociedade.

Com a globalização a coisa mudou muito, e continua mudando, em um ano ou dois, fica tudo diferente, e o povo tá perdido, a gente não tá sabendo pra onde ir, nem como viver”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramo L, Todaro R. Género y trabajo en las decisiones empresariales. **Rev Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. 1998; 4 (7):77-96.

Alborno S. **O que é trabalho**. SP: Braziliense; 2000.

Albuquerque Junior DM. Uma história terna. In: Matos MIS. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. SP: Companhia Editora Nacional; 2000.

Andrade MAG. A saúde no trabalho de homens e mulheres: uma visão de gênero. In: Oliveira EM, Scavone L. (orgs.). **Trabalho, Saúde e Gênero na era da globalização**. Goiânia: AB; 1997:29-38.

Antunes R. **Os sentidos do trabalho**. SP: Boitempo; 1999.

Araripe S. Versatilidade feminina dribla o desemprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2000 out 23 p. B-5.

Azevedo K. São Paulo tem 850 mil desempregados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2001 jan 14 p. B-4.

Barbosa M. Periferia tem 71% dos sem-emprego de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2000 nov 4 p. B-1.

Barbosa MJS. Chorar, verbo transitivo. **Cadernos Pagu: trajetórias do gênero, masculinidades ...** Publicação do Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, SP; 1998:321-343.

Bernardo J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. SP: Boitempo Editorial; 2000.

Bühr A. **Da grande noite à alternativa**. SP: Boitempo Editorial; 1998.

Billi M. Novo emprego demora um ano em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2000 fev 18 p.16.

Boletim Epidemiológico de Aids. **Ministério da Saúde**. 1998; 1(1).

Broman C, Hamilton V-L, Hoffman W-S, Mavadt R. Race, gender and the response to stress: Autoworkers' vulnerability to long term unemployment. **American Journal of Community Psychology** 1995; 23(6): 813-842.

Bruschini C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: Rocha MIB. (org.) **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. SP: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG;

2000:13-58.

Carmo PS. do **A ideologia do trabalho**. SP: Moderna; 1992.

Castel R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes; 1998.

Catani AM. **O que é o capitalismo?** SP: Abril Cultural e Brasiliense; 1984.

Clemente I. Índice de emprego é positivo em abril. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2000 jun 20 p. B-12.

Comte M. **Três milhões de desempregados**. In: Besson JL. (org.) A ilusão das estatísticas. SP: UNESP; 1995.

Costa RG. De clonagens e paternidades: as encruzilhadas do gênero. **Cadernos Pagu: trajetórias do gênero, masculinidades ...** Publicação do Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, SP; 1998:157-199.

Costa C. de L. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu: Trajetórias do gênero, masculinidades...** Publicação do Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, SP; 1998: (11) 127-140.

Cucolo E. Homem perde mais emprego que mulher. **Folha de São Paulo**, São Paulo 2000 mar 03 p. P-12.

Dedecca CS. Desemprego e regulação no Brasil hoje. **Cadernos do Cesit**. IE. Unicamp. 1996a ago 20.

_____. Racionalização e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: Oliveira CAB.; Mattoso J.; org. **Crise e Trabalho no Brasil**. SP: Scritta; 1996 b.

_____. Desemprego no Brasil: um fenômeno heterogêneo. **Boletim Cesit**. IE, Unicamp, jul 1997.

_____. Economia brasileira: reorganização e desemprego. **Boletim Cesit**. IE, Unicamp, mar 1998.

_____. **Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado**. SP: UNICAMP. IE; 1999.

Dejours C. Por um novo conceito de saúde. **Rev Brasileira de Saúde Ocupacional**, 1986; 14 (54): 7-11 abr/maio/jun.

_____. **A loucura do trabalho**. SP: Cortez Oboré; 1992.

Dittrich, A. Psicologia organizacional e globalização: os desafios da reestruturação

produtiva. **Rev Psicologia Ciência e Profissão** 1999; 19 (1): 50-65.

Duran MA. **La jornada interminable**. Barcelona: Icaria; 1987.

Esper G. Mulheres conquistam mais vagas e ganham participação no Mercado. **Folha de São Paulo**, São Paulo 2000. out 27 p.B5.

Fonseca TMG. De mulher a enfermeira: conjugando trabalho e gênero. In: Lopes MJM., Meyer DE., Waldow VR. **Gênero & Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996: 63-75.

Foucault M. **A história da sexualidade. O uso dos prazeres**. RJ: Graal; 1984. vol 2.

_____. **A história da sexualidade. A vontade de saber**. RJ: Graal; 1985. vol 1.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes; 1987.

_____. El sujeto y el poder. **Rev Mexicana de Sociología**. 1988; L(3) jul-sept.

_____. **Microfísica do Poder**. RJ: Graal; 1996.

Gagnon JH, Parker RG. Reconcebendo a sexualidade. **Sexualidade, Gênero e Sociedade**. RJ: IMS/UERJ; 1994. I(1).

Garcia SM. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: Arilha M, Ridenti SGU, Medrado B. (orgs.). **Homens e Masculinidades: Outras Palavras**. SP: Ed. 34 Ltda; 1998. p. 31-50.

Gil AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. SP: Atlas; 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. SP: Atlas; 1994.

Gorz A. **Adeus ao proletariado – para além do socialismo**. RJ: Forense Universitária; 1987.

Grisci CLI. Trabalho, tempo e subjetividade: impactos na reestruturação produtiva e o papel da psicologia nas organizações. **Rev Psicologia Ciência e Profissão**. 1999; 19(1): 02-13.

Haicault M, Combes D. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In: Kartchevsky-Bulport et. al. **O sexo do trabalho**. RJ: Paz e Terra; 1986 p.23-44.

Hakiki-Talahite F. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: Kartchevsky-Bulport et. al. **O sexo do trabalho**. RJ: Paz e Terra; 1986 p. 95-112.

Hammarstrom A. Health consequences of youth unemployment – Review from a gender perspective. **Social Science and Medicine** 1994; 38(5): 699-709.

Herd D. Predicting drinking problems among black and white men: results from a

national survey. **Journal of Studies on Alcohol** 1994 Jan; 55(1): 61-71.

Harvey D. **A condição pós-moderna**. SP: Loyola; 1999.

Hirata H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Rev Latinoamericana de Estudios del Trabajo** 1998; 4(7): 5-27.

_____. Globalização, trabalho e gênero. In: Jerusalinsky A, Merlo AC, Giongo AL. e outros. **O Valor Simbólico do Trabalho**. PA: Artes e Ofícios; 2000. p. 21-34.

Hirata H, Kergoat D. La división sexual del trabajo: permanencia y cambio. **Rev Latinoamericana de Estudios del Trabajo** 1998; 4(7) p. 228-232..

Huberman L. **História da riqueza do homem**. RJ: Guanabara Koogan; 1986.

Kartchevsky-Bulport A. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: força em jogo nas abordagens dos especialistas. In: Kartchevsky-Bulport et. al. **O sexo do trabalho**. RJ: Paz e Terra; 1986.

Kergoat D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: Lopes LMJ, Meyer ED, Waldow RV. (orgs.). **Gênero & Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1996:19-27.

Lafer, C. A política e a condição humana. In: Arendt, H. **A condição humana**. RJ: Forense Universitária; 1989.

Lavinas L. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. **Dados Rev Ciências Sociais** 1997; 40(1).

_____. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: Rocha MIB. (org.) **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. SP: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG; 2000:139-160.

Le Doaré, H. Divisão sexual e divisão internacional do trabalho: reflexões a partir das fábricas subcontratadas de montagem. In: Kartchevsky A. (et. al.) **O sexo do trabalho**. RJ: Paz e Terra; 1986:45-61.

Lefèvre F, Lefèvre AMC, Teixeira JJV. **O Discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS; 2000.

Leite CB. **O século do desemprego**. São Paulo: LTr; 1994.

Leone ET. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: Rocha MIB. (org.) **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. SP: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG; 2000:85-110.

Lima D. Entenda o capitalismo de terceira classe do Grande ABC. **Rev Livre Mercado**

2001; XI(130). Editora Diário do Grande ABC.

Lopes MJM. Divisão do trabalho e relações sociais de sexo: pensando a realidade das trabalhadoras do cuidado de saúde. In: Lopes MJM, Meyer DE, Waldow VR. **Genêro & Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1996a: 55-62.

_____. O sexo do hospital. In: Lopes MJM, Meyer DE, Waldow VR. **Genêro & Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1996b: 76-105.

Louro G. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Rev Educação e Realidade** 1995; 20(2): 101-132.

_____. Nas redes do conceito de gênero. In: Lopes MJ, Meyer DE, Waldow VR.(orgs.). **Gênero & Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1996 p. 8-18.

Machado R. Por uma genealogia do poder. In: Foucault M. **Microfísica do Poder**. RJ: Graal; 1996.

Marx K. O Capital - Crítica da Economia Política. Livro 1: **O Processo de Produção do Capital**. v. 1. SP: Nova Cultural; 1988.

Matos MIS de. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. SP: Companhia Editora Nacional; 2000.

Menegasso ME. **O declínio do emprego e a ascensão da empregabilidade: um protótipo para promover a empregabilidade na empresa pública do setor bancário**. Florianópolis, 1998. [Tese de Doutorado do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina].

Meyer DEE. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: Lopes MJM et al (orgs.). **Gênero & Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1996.

_____. Gênero e saúde: indagações a partir do pós-estruturalismo e dos estudos culturais. **Rev Ciência e Saúde** 1998; 17(1): 13-32.

Minayo MCS. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo MCS. (org.) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes; 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. RJ-SP: Hucitec-ABRASCO; 2000.

Montagner P. Dinâmica e perfil do mercado de trabalho: onde estão as mulheres? . In: Rocha MIB. (org.) **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. SP: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG; 2000:161-167.

Negri A. **Entrevistas. Limiares do contemporâneo**. In: Rogério da Costa (org.). São Paulo: Escuta; 1993.

_____. Direita e esquerda na era pós-fordista. **Folha de São Paulo**, São Paulo 1997 jun 29 cad Mais!

_____. A feminização do trabalho. **Folha de São Paulo**, São Paulo 1998 jun 14 cad Mais!

_____. **Exílio: seguido de valor e afeto**. SP: Iluminuras; 2001.

Neves MA. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: Rocha MIB. (org.) **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. SP: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFGM; 2000:171-186.

Nuzzi V. Desempregado leva quase um ano para obter serviço. **Jornal Diário Popular**, São Paulo, 2001 jan 28.

Offe C. **Capitalismo desorganizado**. SP: Brasiliense; 1985.

Oliveira EM. Gênero, saúde e trabalho: um olhar transversal. In: Oliveira EM, Scavone L. (orgs.). **Trabalho, Saúde e Gênero na era da globalização**. Goiânia: AB; 1997:1-12.

_____. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. SP: HUCITEC-CUT; 1999.

_____. Corpos saudáveis e corpos doentes na nova organização social do trabalho. In: Rocha MIB. (org.) **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. SP: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFGM; 2000:237-256.

Perrot M. Os problemas da mão-de-obra industrial. In: Pimentel D., Costa e Silva S., Freire J., Wall K., Lima M.P. **Sociologia do Trabalho: Organização do Trabalho Industrial**. Lisboa: A Regra do Jogo; 1985:15-56.

Prates F. Desemprego vai a 10%, prevê estudo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1999 dez 14 p.6.

Pinheiro L. Crescimento de 4% não reduzirá desemprego. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1999 dez p. B-10.

_____. Estagnação cria desempregados crônicos no País. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2000 fev p. B-5.

Piscitelli A. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu: trajetórias do gênero, masculinidades ...**. Publicação do Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, SP; 1998:141-155.

Pochmann M. **O trabalho sob fogo cruzado**. SP: Ed. Contexto; 1999.

_____. O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas. In:

Bedin GA. (Org.). **Reestruturação produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações econômicas**. RGS: UNIJUÍ; 2000: 35-107.

_____. **O emprego na globalização**. SP: Boitempo; 2001.

Rago M. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu: Trajetórias do Gênero, masculinidades ...** Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP; 1998, 11:89-98.

Rosa MI. **Trabalho, subjetividade e poder**. SP: Edusp, Letras & Letras; 1994.

Santos JBF. **O avesso da maldição do Gênesis: A saga de quem não tem trabalho**. SP: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará; 2000.

Sarti CA. Os filhos dos trabalhadores: quem cuida das crianças? In: Oliveira EM, Scavone L. (orgs.). **Trabalho, Saúde e Gênero na Era da Globalização**. Goiânia: AB; 1997.

Scott J. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **SOS Corpo – Gênero e Cidadania**. Recife; 1995.

_____. Deconstructing equality-versus-difference: or, the uses of poststructuralist theory for feminis. **Feminist Studies**. 1998; 14 (1).

Segnini LRP. Desemprego, terceirização e intensificação do trabalho nos bancos brasileiros. In: Rocha MIB. (org.) **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. SP: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG; 2000:187-210.

Triviños ANB. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. SP: Atlas; 1987.

Wajnman S., Rios-Neto ELG. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: Rocha MIB. (org.) **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG – SP: Ed. 34; 2000: 59-84.

Whitehead TL. Urban low-income African American men, HIV/Aids, and gender identity. **Medical Antropology Quaterly** 1997; 11(4): 411-447.

Wickert LF. O Adoecer Psíquico do Desempregado. **Psicologia: Ciência e Profissão** 1999; 01(19): 66-75. Conselho Federal de Psicologia.

Willott S; Griffin C. “Wham Bam, Am I a Man?” Unemployed men talk about masculinities. **Feminism and Psychology** 1997; 7(1): 107-128.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Almeida MV de. **Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade.** Lisboa: Fim de Século; 1995.

Arendt H. **A condição humana.** RJ: Forense-Universitária; 1983.

Barbieris A. & Schiave. **Jornal Manifesto.** Milão; 1995 fev 10.

Barbosa M. - **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo 04/11/2000; p. B1. Barbosa AF, Campos AG, Cazzuni DH, consultores do Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos da CUT.

Bardin L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70; 1977.

Besson JL. (org.). **A ilusão das estatísticas.** SP: Unesp; 1995.

Bihl A. **Da grande noite à alternativa.** SP: Boitempo; 1998.

Comte M. Três milhões de desempregados. In: Besson JL. (org.) **A ilusão das estatísticas.** SP: UNESP; 1995

Connell L. **Masculinities.** Berkeley: University of California Press; 1995.

Demazière D. **La sociologie du chômage.** Paris: La decouverte; 1995.

Dobb M. **Capitalismo, ontem e hoje.** Lisboa: Editorial Estampa; 1977.

Duran MA. **La jornada interminable.** Barcelona: Icaria; 1987.

Forrester V. **O horror econômico.** SP: Editora da Universidade Paulista; 1997.

Foucault M. **Surveiller et Punir.** Paris: Gallimar; 1975.

Figueiredo LC. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos.** SP: Escuta; 1995.

Gaulejac V., Léonetti I. **La lutte des places: insertion et désinsertion.** Paris: Hommes et Groupes; 1994.

Gurvitch G. **Déterminismes sociaux et liberté humaine.** Paris: Presses Universitaires de France.

Harvey D. **A condição pós-moderna.** SP: Loyola; 1999.

Hegel GWF. **A fenomenologia do espírito.** SP: Vozes; 2001. v.2.

Kahn RL. & Cannell CF. **The Dynamics of Interviewing: Theory, technique and cases.** N. York: John Wiley; 1962.

Kergoat D. Des hommes, des femmes, et du travail. **Education Permanente**; 1993. 116:3.

Keynes J. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. SP: Atlas; 1982.

Kurz R. Desfecho do Masoquismo histórico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1997 jul 20 cad Mais!

Lavinas L, Matesco V. **A reestruturação produtiva nas empresas brasileiras e seu reflexo sobre a força de trabalho**. Brasília: IPEA; 1995.

Lévy P, Autier M. **As árvores de conhecimentos**. SP: Escuta; 1995.

Newman J. Gender and cultural change. In: Itzinn C, Newman J. (eds.) **Gender and organizational change: putting theory into practice**. Londres: Routledge; 1995.

Nolasco S. **O mito da masculinidade**. RJ: Rocco; 1993.

Pacheco C. **Transformações do mercado de trabalho brasileiro entre 1980 e 1995 e perspectivas futuras**. Campinas: IE/ Unicamp; 1996.

Paci M. **Il mutamento della struttura sociale in Italia**. Bologna: Il Mulino; 1992.

Perrot M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. RJ: Paz e Terra; 1988.

Pigou A. **The theory of unemployment**. London: Macmillan; 1933.

Prost A. Fronteiras e espaços do privado. In: Prost A., Vincent G. **História da Vida Privada – Da Primeira Guerra aos nossos dias**. SP: Companhia das Letras; 1992:13-115. v.5.

Salais R, Bavarez N, Reynaud B. **L'inventions du chômage**. Paris: PUF; 1986.

Schutz A. **Equality and the social Meaning Structure**. Collected Papers II. Hague. Martinus Nijhoff; 1964.

Sennet R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. .RJ: Record; 2001.

Sevcenko N. A vitória-régia do Tamisa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2001 jan 21. cad Mais!

Silva GAV. Arquitetura social: o propósito da psicologia organizacional. **Psicologia: possíveis olhares, outros fazeres**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia – 4ª. Região. Conselho; 1992.

Smith A. **La riqueza de las naciones**. Madrid: Alianza Editorial; 2001.

Stefansson, CG. Long-term unemployment and mortality in Sweden, 1980-1986. **Social Science and Medicine**. 1991; 32 (4): 419-423.

Taylor FW. **Os princípios da administração científica**. SP: Atlas; 1995.

Weber M. **E ética protestante e o espírito do capitalismo**. SP: Pioneira; 1981.

Zarifian P. **Force et fragilité du modèle japonais**. Paris; 1990 (mimeo).

ANEXO I

**Taxas Anuais Médias de Desemprego Total,
Rendimento Anual Médio e Tempo Médio Despendido na Procura de
Trabalho na Região do ABC.**

Ano	Taxa de desemprego	Rendimento anual médio	Tempo médio de procura (semanas)
1998	20,0%	R\$ 926,00	41
1999	21,4%	R\$ 871,00	47
2000	18,7%	R\$ 807,00	50

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de emprego e desemprego, com apoio do consórcio intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings - Média anual dos dados colhidos entre os meses de fevereiro e dezembro.

ANEXO II

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese e Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings – PED.

ANEXO III

Termo de consentimento livre e esclarecido para os sujeitos participantes da pesquisa.

Aceito participar da pesquisa “Efeitos do desemprego prolongado na divisão sexual do trabalho”, de autoria da aluna Luciene Jimenez, do curso de Mestrado em Saúde Pública da USP, sob a orientação do Professor Dr. Fernando Lefèvre.

Fui informado de que a pesquisa objetiva analisar as condições de vida de homens desempregados há mais de um ano e mulheres parceiras de homens desempregados, estudando as reorganizações necessárias para lidar com a nova realidade e os efeitos dessas organizações no cotidiano.

Tenho ciência de que, em concordando em participar, serei entrevistado sobre as minhas atividades cotidianas, familiares, profissionais e pessoais e de que tenho toda a liberdade de me recusar a participar da pesquisa bem como de retirar meu consentimento a qualquer momento da investigação.

Fui ainda esclarecido de que meu nome ou qualquer outra forma de identificação não serão divulgados no decorrer ou nos resultados da pesquisa, sendo-me garantida total confidencialidade dos dados.

Local, Data.

Assinatura do Orientador
Prof. Dr. Fernando Lefèvre
Tel.: (11) 3066.7718

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador
Luciene Jimenez
Tels.: (11) 5678.5290/9325.7717

ANEXO IV-a
INSTRUMENTOS DE COLETA
Diário de Campo

Nome da pesquisa: “Efeitos do desemprego prolongado na divisão sexual do trabalho”.

Nome do pesquisador: Luciene Jimenez.

Iniciais do entrevistado: . Idade: .

Cor auto-referida:

Último salário:

Renda mensal atual aproximada:

Fonte de renda:

Local da entrevista:

Data - (dia/mês/ano):

Hora de início:

Hora de término:

Tempo total de duração:

Observações gerais:

ANEXO IV-b

INSTRUMENTOS DE COLETA

Primeiro Roteiro para entrevista I – da primeira à sétima entrevista.

- 1 - Descreva as suas atividades durante a semana e o final de semana.
- 2 - O que o trabalho tem representado para você? Quais foram os empregos/trabalhos que você teve até hoje? Existe diferença entre emprego e trabalho?
- 3 - Existe diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher?
- 4 - É diferente um homem estar desempregado de uma mulher estar desempregada? Por quê?
- 5 - Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

ANEXO IV-c

INSTRUMENTOS DE COLETA

Segundo roteiro para entrevista II – da oitava à final.

- 1- Descreva as suas atividades durante a semana e o final de semana.
- 2- O que o trabalho tem representado para você? Existe diferença entre:- emprego, trabalho e serviço?
- 3- Existe diferença entre trabalho de homem e de mulher?
- 4- Quando a mulher está desempregada e o homem está trabalhando como fica a vida desse casal: Quem cuida da casa? Quem paga as contas? E a vida afetiva?
- 5- Quando a situação se inverte, o homem fica desempregado e a mulher está trabalhando, como fica a vida desse casal:- Quem cuida da casa? Quem paga as contas? E a vida afetiva?
- 6- Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

ANEXO V-a

Transcrição das Entrevistas

Segunda Entrevista

Diário de Campo

Data: 22 de janeiro de 2002.

Iniciais do entrevistado: M. R. N.

Idade: 33 anos.

Sexo: masculino.

Cor auto-referida: pardo.

Último salário: R\$572,00.

Renda mensal atual: R\$ 300, 00.

Fonte de renda: cuidar de crianças.

Local da entrevista: SERT-Diadema.

Hora de início: 9h20'.

Hora de término: 9h55'.

Tempo total de duração: 35'.

Observações gerais: Em alguns momentos o entrevistado se apresenta bastante gago, possivelmente em momentos que despertam maior desconforto. Essas palavras, frases ou mesmo períodos serão indicadas com **negrito**.

Transcrição segunda entrevista.

- Qual a cor que o senhor se atribui?
- Cor parda tem no meu registro de nascimento.
- Você já trabalhou registrado?
- Já sim, a minha área é de segurança, trabalhei de vigilante e trabalhei de segurança.
- O seu último salário quanto foi?
- R\$572,00.
- Como tem sido sua semana, seus dias, M.?
- Um inferno.
- Há quanto tempo você está desempregado?
- Estou desempregado há **um ano e oito meses**, um ano e oito meses ... e as coisas tá difícil com a mulher com o braço quebrado, com **dois** filhos pra criar. Primeiro lugar Deus, segundo os irmãos **da** Igreja que eu sou crente, evangélico, eles estão me dando a maior força, ao contrário, eu tava na roça. Moro aqui mesmo em Diadema, **numa** viela, não pago água, não pago luz, Graças a Deus, não pago aluguel, e **ninguém** lá paga né, aí eu também não pago não porque a Prefeitura até hoje não chegou a cobrar de nós e a gente não paga. E a gente tá vivendo pela fé.
- Há um ano e oito meses?
- É.
- Neste tempo você tem feito alguma coisa?
- Só bico. Eu **tava** fazendo um bico de segurança **na** padaria. Porque a padaria tava sendo assaltada, quatro, cinco vezes por dia, direto.
- Por dia?
- Por dia. Aí o dono da padaria, Seu Zé, não teve outro recurso aí pôs lá um segurança, aí pôs lá um segurança, no caso eu né? Aí parou assalto, acabou o serviço [riso]... é, acabou o serviço. Era direto, chegava **neguinho** lá com revólver apontava pra ele sacava o dinheiro que tinha no caixa e ia embora, aí fui trabalhar lá como segurança e deu tudo certo: neguinho chegava lá, me via, já dava área, “ih! rapaz sujou”.
- Você trabalhava armado?
- Armado, armado, e quando chegava lá eu conhecia tudo, até hoje os cara que tava lá roubando **tão** preso, **tão** preso, deu um vacilo, os home pegaram e **tão tudo** lá **enjaulado**, tudo lá enjaulado e acabou o assalto aí ele falou ô M., infelizmente você trabalhou aqui quatro meses, **tô** te pagando tudo numa boa, mas infelizmente agora acabou o serviço, eu falei “tá bom seu Zé”.
- Quanto ele te pagava?
- Ele pagava **R\$250,00** por semana. Era um bom salário, não era? Mil reais por mês. E ele fazia o máximo para me pagar porque o comércio dele é pequeno, mas pra ele viver assaltado, ele me pagava. Chegava no sábado, melhor, no domingo, domingo 1 hora da tarde ele ia e me pagava.
- Você trabalhava de segunda à segunda?
- É, de segunda à segunda, não folgava não. Aí trabalhei um tempo lá, ele pagava numa boa, isso aí, não vou falar mal do Seu Zé porque é uma pessoa excelente, mas acabou o assalto, acabou o serviço. Aí, agora eu não vou mentir, a minha

esposa tá com o braço quebrado, né?, e onde eu moro tem um pessoal lá que também trabalha e aí agora eu tô cuidando de criança.

- Ah! Você está cuidando de criança!
- Acabou também **as férias**, aí agora caiu de novo porque eu levava a criança na escola e trazia, levava e trazia, levava e trazia, aí tá de férias a criança, eu também...
- Uma criança só?
- Seis crianças, eu levava.
- É pouquinho né? [*Referindo-se aos rendimentos*].
- Moram perto da sua casa, todos no mesmo lugar?
- É, no mesmo lugar, na Vila Paulínea. Eu levava a criançada no colégio, eu voltava pra casa, quando dava 11 horas é a hora deles sair, e saía a outra também de meio-dia, aí eu ficava esperando, porque para ir em casa e voltar, eu digo não, vou esperar. Aí pegava a que saía de 11 horas e esperava a outra que saía de meio-dia. Aí voltava e a criança ficava em casa.
- Na sua casa?
- É, na minha casa. Aí quando o pai chegava, 6 horas, 7 horas, aí pegava e entregava a criança.
- Ficavam as seis na sua casa?
- As seis... é um tumulto danado. Em casa é só um cômodo só, só um cômodo, mas tinha que ficar mesmo. Um ficava sentado, o outro ficava assistindo TV, o outro ficava deitado, o outro chorava, eu digo, não sai não, não sai não porque se alguma coisa acontecer eu **sou** o responsável. Se cair, se machucar, eu sou o responsável. E a mulher lá com braço quebrado, pra fazer a comida. A mãe às vezes não mandava comida, **mas** mandava miojo, mandava banana, maçã, sempre mandava alguma coisa, nunca ela **deixou** de mandar.
- São todos irmãos?
- Não, não, é tudo de pai diferente. Eu também tava cuidando de **duas** criancinha...
- Quanto você estava ganhando para cuidar das seis crianças?
- A mãe pagava 50 reais cada criança, agora tem que fazer tudo, tem que dar banho na criança, trocar a criança.
- Que idade elas tinham?
- Uma tinha 5, **não**, tinha duas que tinha 5 anos, a outra 7 e uma de 8. Aí duas também que tava criando mas a mãe não tinha mais condições, uma tinha 4 anos, a Luana, e uma tinha 6 meses.
- Nossa, bebezinho!
- A de 6 meses que dava trabalho, pra dar banho, trocar fralda!
- Você que fazia?
- Fazia, eu e minha mulher, porque minha mulher, sabe, **que quebrou** o braço e ela não tem ...[*mostra na própria mão a falta de movimento dos dedos*].
- Não tá mexendo a mão.
- Não tá não.
- Como foi que ela quebrou?
- Ela caiu no degrau e quebrou. Porque onde eu moro, sabe, é de barro, tem pessoas que desce correndo e não cai, ela **deu** só um passo e quebrou o braço, quebrou o braço, operou, teve que pegar o osso **daqui** [*mostra a perna*] e pôr no braço.

- Enxertar.
- Enxertar, faz dois anos que ela tá com isso e até agora nada...
- Que azar!
- Fazer o quê? Dois anos e até agora nada, nada, nada e ninguém acudiu ninguém não, **se** não for os irmão da Igreja, até a minha sogra de lá do Norte, lá de Pernambuco, tá mandando sabe quanto? É vinte real, dez real, ela manda porque eu quando tava trabalhando fazia tudo, tudo mesmo, mandava dinheiro, ajudava lá no Norte. Porque lá no Norte o pessoal são muito **carente**, em tudo, em comida, em roupa, e **quando** ela veio aqui pra minha casa eu tava até pagando aluguel. Ela tinha de tudo, porque eu tava trabalhando, tava ganhando bem, tinha tudo, tudo mesmo, mas agora eu tô parado, ela agora tá me ajudando. Nem em tudo, mas pelo menos ela tem a boa vontade, de mandar trinta reais, vinte reais, dez reais. Agora mesmo eu tô sem fazer nada, nada mesmo.
- E a criançada, o que aconteceu, eles estão de férias agora?
- Estão tudo de férias.
- Então você não está cuidando.
- Não tô não.
- Mas começando o ano talvez você volte a cuidar?
- É, eu espero que não, porque eu pretendo, eu precisava começar a trabalhar, trabalhar, trabalhar...
- O que você achou dessa experiência, M., de cuidar da criançada?
- É bom, sabia? Eu gosto muito de falar **da** Bíblia, e na Bíblia fala assim: “Vinde a mim todas as criancinhas porque delas é o Reino dos Céus”. Dá trabalho, dá trabalho demais, você dá uma ordem eles não querem cumprir. Aí eu falei, às vezes, já falei duas vezes pro pai: Ó pai, eu não bato não, mas eu vou ter que dá uns grito forte pra ele obedecê. Ele falou, não, pode, pode mesmo. Aí falou não sei o que eu digo: CALA A BOCA, TÔ FALANDO COM VOCÊ, RAPAZ! Aí de lá pra cá a criancinha **virou** uma bênção, rapaz, virou uma bênção, nunca mais quis me desobedecer. Porque ela saía correndo **na rua**, arriscado um ônibus vir, um carro bater, uma bicicleta, cair, se machucar, aí ele falou, não pode **falar** alto mesmo, sério que eu admito, porque outra coisa, eu tô te pagando, é pouquinho, mas cê já pensou eu chegar aqui do trabalho minha filha tá num hospital com braço quebrado, alguma coisa, você **que** vai **responder**. Mas até agora nada aconteceu, nada aconteceu.
- Quanto tempo você ficou cuidando dessas crianças?
- **Nove** meses.
- O ano passado todo?
- O ano todo mesmo. Porque ela trabalhava, o marido dela trabalhava, aí não tinha como deixar a criança **dentro** de casa. Que criança é uma bênção, criança põe fogo no botijão, faz tudo, faz tudo.
- Que idade têm seus filhos?
- Um tem 6 o outro tem 8. É o M. Júnior e o Maurício, dois meninos, é também uma bênção.
- Então você juntava seis crianças com mais duas?
- Oito, oito crianças.
- Oito crianças dentro de um cômodo?
- Dentro de um cômodo só, é uma cama de casal e uma cama de solteiro e ficava tudo lá. Às vezes, e pra dormir, às vezes eu chegava cansado queria descansar,

como vai descansar com oito crianças? E pra comer? Eh, rapaz! Nossa rapaz! Um dizia, eu não vou comer, eu dizia, você vai comer, tô mandando você comer, come mesmo, se não comer eu vou te bater. Mas somente a ameaça, **isso** eu não fazia não, jamais, que eu não sou o pai da criança. Aí comia forçado. Na hora do lanche também não queria lanche, eu dizia: sua mãe mandou, tá aqui a sua maçã, coma a sua maçã. Mas dá muito trabalho criança, mas...

- Trabalho e responsabilidade.
- É, e lá em casa a telha é de brasilite, **e no** calor, eeehhhhh, rapaz, a porta **eu** não deixava aberta, sabe, porque, por causa da poeira, é muita poeira que lá é barro. Resultado: se **deixasse** a porta aberta começava a entrar terra, você **limpa** agora a ráqui daqui a pouco tá suja por causa da poeira. A telha quente, também esquentada, ehh, rapaz, eu tinha um ventilador, aí quebrou, aí que o negócio ficou feio mesmo, quente demais, quente demais, aí eu comecei a mexer, mexer, e cheguei arrumar **o** ventilador. Mas dá muito trabalho, muito trabalho, a criança **queria** ficar sem, não, não, veste a roupa, eu não admito criança ficar sem roupa não, principalmente é menina, menina fica chato ficar sem a camiseta. Digo não, põe a roupa. Eu mesmo pra dormir eu durmo com roupa, pode tá calor eu durmo com roupa. Mas dá trabalho criança.
- Mas foi assim que você conseguiu tirar um dinheirinho no ano passado.
- É, cuidando **de** criança, viu? Ao contrário, hoje mesmo eu tinha duas roupa pra lavar. A vizinha **foi** trabalhar e falou **pra** minha esposa: Ô Maria, tem como você bater a roupa pra mim e eu te dou dez reais? Aí eu falei, olha Maria, pega a roupa, você bate, eu vou lá no Sine, quando chegar do Sine eu enxáguo a roupa e ponho no varal. Quando secar você vai lá e pega o dinheiro com ela, dez real já dá pra comprar o frango, já dá pra comprar o leite, a bolacha, alguma coisa. Aí ela tá lá batendo, somente com uma mão só. Eu não sei como bater roupa, **agora** pra enxaguar eu sei, porque separa, roupa de cor, roupa branca. Se eu po..., eu ponho tudo de uma vez, eu não sei como é esse esquema não, eu também não gosto de saber não porque fica meio chato, mas..
- Por que você acha que fica meio chato?
- Ah, o homem tá pondo roupa no varal direto, essa semana eu já pus roupa no varal quatro vez, quatro vez, foi quarenta real que ela ganhou. Eu falei, pega, pega, pega, **a gente** não tá precisando? Você pega a roupa, você bate eu vou e enxáguo.
- Mas me explica uma coisa. Acho ótimo isso que vocês estão fazendo. Agora, porque você acha que pega mal para o homem?
- É lavar roupa, sabe, fica mais pra mulher. Mas assim mesmo você está precisando, passa o vizinho, o cara tá lavando roupa agora **para** sobreviver. Mas tem que fazer alguma coisa, não pode ficar parado.
- Então você acha que é diferente trabalho de homem e trabalho de mulher?
- É. Agora, **quando** tava no quartel eu fazia tudo.
- Você serviu o Exército?
- Servi. Passei um ano e oito meses no Exército, e eu sou órfão **de** pai e mãe, aí, pra mim não levar roupa pra casa do meu tio, eu **lavava** no quartel. Eu lavava, botava no sol e passava, e a roupa era bem passadinha, aprendi a viver, hoje eu devo muito ao quartel porque, se não fosse ele...

- E você acha que muda alguma coisa no homem o fato de ele lavar roupa, estender roupa?
- Fica um pouco meio esquisito, **esquisito**.
- Mas dentro dele ele muda?
- Muda não, nada, nada, nada, você, **você** é o mesmo homem, não cai nada pedaço de você não, não cai nada, nada, nada. Mas, a hora que você fala, tô lavando roupa, até o **pessoal** fala assim, os vizinhos: quem era o M., rapaz?! Trabalhando, talão de cheque, cartão Visa, cartão **Mastercard**, e hoje tá lavando roupa pra sobreviver. Às vezes eu fico meio chateado, né? Mas por tudo a gente tem que dar graças a Deus, por tudo né? E pior **seria** que eu tivesse, espero que nunca eu vou estar, na cadeia, no presídio, numa mesa de hospital, aí ... Ao contrário, não cai nenhum pedaço, não cai mesmo.
- Você tem feito trabalhos considerados de mulher, né?
- Tenho, lavo roupa, lavo a louça, a mulher, quando tá naquela época que não pode esfregar as calcinha, eu esfrego normal, eu lavo normal, porque ela não tem condições de esfregá com as duas mão e peças íntima assim, calcinha e sutiã ela não pode lavá e ela não põe do lado de fora, põe no banheiro, no pregador, eu vou, normal, lavo normal e ponho no pregador, fica dentro do banheiro.
- Sua mulher trabalhava?
- Trabalhava, **manicure**, e me ajudava bastante. Mas **depois** que ela **quebrou** o braço não pode fazer mais nada não. Só faz bico, agora mesmo **não** tá mais não, porque as criança tá tudo de férias, a outra vizinha que pagava pra **gente** cuidar da criança também tá em casa, parada, **desempregada**, aí não pode pagar pra mim, não pode pagar pra ela. Até tem uma vizinha lá, uma tranqueira que tá devendo **60** reais. Falei, ó Maria, pra gente não **arrumar** briga, confusão, perdoa, perdoa, você sabe como é que eu sou, eu sou meio nervoso, perdoa, o dia que ela quiser pagar ela paga. Agora cuidá **dos** filhos dela não cuida mais não.
- Você cuidou da criança e ela não pagou?
- Não pagou, saía pra zuar e pedia: “**Maria** cuida dos meus fio aí que eu vou trabalhar quando voltar eu te pago”. Era o Igor e o Manga, a gente chama ele de Manga, o nome dele certo eu não sei não. O Igor e o Manga, a gente cuidava, **eu** dormia na cama bem apertado com meus dois filhos e eles **dormia** na minha cama de casal. Ela saía do trabalho e ia pro bar da mãe dela zuar e no fim chegava de manhã. Eu dizia, vai lá Maria pegar o dinheiro. Eu digo: Maria, não cuido mais não. Hoje ela sai, deixa as crianças sozinhas chorando. Se eu fosse um cara desonesto podia **ferrar** ela, porque deixar duas crianças sozinhas, aquela criança fica chorando direto, tem 6 meses, o outro **tem** 6 anos. Quando é 6 horas a criança acorda, um fica chorando e o outro sai, fica lá, todo cheio de xixi, sem sandália, e aí a mãe zuando, bebendo, farrando. Aí não cuido mais não, porque **não** paga mesmo.
- Você é religioso há quanto tempo?
- Faz **doze** anos que eu sou evangélico, da Assembléia de Deus, e é bom **seguir** a Deus porque tem uma parte na Bíblia que diz assim: O Senhor é meu pastor e nada me faltará. E graças a Deus esse tempo que eu **tô** parado nunca faltou nada pra mim. Não faltou um arroz, um gás, nada, nada, quando tá perto de acabar, Deus envia alguma pessoa pra mim **fazer** alguma coisa. Aí eu ajunto aquele dinheiro, compro o gás. Até agora mesmo meu cunhado vai mandá pra mim

R\$120 reais pra mim fazê a minha, a minha recicragem de vigilante. Porque de dois em dois anos tem que **fazer**, tem que fazer, **ele** vai mandar de hoje para amanhã. Ele falou: “Pode deixar M., que eu vou mandar pra você fazer a recicragem”. E eu tenho que fazer a recicragem que **sem** eu não consigo emprego não.

- Você estudou até que série?
- Até a 8^a. série.
- Você tem o 1^o. grau completo e mais esse curso de vigilante.
- Tenho o curso completo:- de **defesa** pessoal, combate a incêndio, porte de arma, tenho tudo. Agora venceu a minha recicragem e tem que fazer, é igual enfermeira, de dois em dois anos ela também tem que fazer, e a minha recicragem, e a minha recicragem é de três dias. Você fazer, aprender o que você já sabe. Tudo **que** você aprendeu ele vai ensinar. Eu tenho doze anos de segurança, aí ele vai dar pra mim uma aula de três dias e tudo **que** eu já sei.
- Mas é obrigado a fazer?
- É obrigado, queira ou não é obrigado, porque todos os empresários de firma eles pede registro na **Polícia Federal** e pede a recicragem, no ato. Aquelas mulher **que** trabalha em banco, aquelas **guardete** têm a mesma experiência que eu tenho, elas **fez** o curso em tudo:- defesa pessoal, combate a incêndio, tiro, é o mesmo curso.
- É o mesmo curso para homem e para mulher?
- É, é o mesmo curso.
- Então me fala uma coisa, você acha que tem diferença no trabalho de homem e no trabalho de mulher? Que existe assim:- esse trabalho é pra homem, aquele é pra mulher. Tem diferença?
- Tem sim. Eu vou dar um exemplo, um serviço de predero, eu acho que serviço de predero veio para o homem, serviço pesado, bruto, carregar um saco de cimento, carregar areia, pedra. Eu acho que esse serviço é para homem, não para mulher, para mulher tem que ser um trabalho mais leve, mais leve. Realmente, quando eu saí do emprego, da Vanguardiã, a primeira coisa que eu fiz foi comprar um barraco **de** madeira, aí **comprei** broco, cimento, areia, **quando** eu fui construir o barraco a minha mulher me ajudou a carregar o broco. Eu digo não, ela disse:- eu vou te ajudar, eu carrego sozinho, não eu vou te ajudar. E ela deu a maior força para carregar o broco, a areia, serviço braçal, é pesado pra mulher. De repente a mulher cai doente, até o homem mesmo pegando um peso muito ele pode até pegar uma hérnia. Meu filho mesmo, **sem** pegar peso ele fez **três** cirurgia, fimose, hérnia e a outra não lembro mais não. As três de uma vez porque os ovo dele, é dois, um ele tinha e o outro sumia! Não tinha descido não, e todo dia ele dizia:- painho o ovo tá doendo, o ovo tá doendo. Nossa rapaz! Isso deu um trabalho tão grande! Eu fui lá, **no** Hospital Glória, Rua da Glória. Hospital excelente, rapaz! Excelente, dá café, almoço e janta pro pai. A criança é bem tratada, eu não sei hoje, mas quando eu levei ele lá, o hospital excelente. Até menti eu menti, porque a médica falou: pai você tem que pegar um endereço que **você** mora em São Paulo, porque Diadema lá não atende, arruma uma conta de água, de luz, como você mora em São Paulo. Aí eu tenho um amigo meu que mora em Santo Amaro, aí peguei a conta de luz, aí foi que a médica lá fez a ficha lá e falou: Tal dia pode trazer para operar, mas ao contrário aqui em Diadema, já era, não dava.

- Me fale uma coisa: é diferente um homem estar desempregado de uma mulher estar desempregada?
- Não, acho que não. Porque, se minha mulher tivesse com saúde, hoje mesmo, ela tava trabalhando, porque **manicure**, ela fazia a unha a 7 reais, se ela fizesse por dia dez unhas, cê vê, né, já ia dar um bom dinheiro, pra quem não paga luz, aluguel, já dá pra comprar algumas coisas. Porque às vez o homem tá desempregado, **ele ele** não tem dinheiro pra comprar as coisas pra mulher. Ela trabalhando ela pode comprar pra ela uma calcinha, um sutiã, uma saia, uma blusa. Deixa que eu compro, eu tô trabalhando, eu compro. Agora a pessoa não tando trabalhando tem que **depende** do marido e às vez o marido ganha um **salário** muito baixo, paga aluguel, paga água, paga luz, o que sobra só pra **fazer** mesmo a comida, a despensa.
- Como ficou a sua vida com a sua mulher depois que você ficou desempregado?
- Rapaz, não ficou bem não, não ficou bem porque eu fico **nevoso**, eu vejo as coisas em casa faltar. Às vezes o moleque chega de manhã: painho, **ele** não quer saber de nada não, ele fala, painho, eu quero pão e mortadela. Eu falo, não tem, hoje não tem. Você toma o leite. Não tem não. Às vezes de manhã ele acorda, o **mais** novo, painho, tem como o senhor comprar danone e iogurte pra mim, que eu tô querendo. Mais, ô filho, eu tô parado, não tenho dinheiro não, não tenho dinheiro não, filho. Mas, painho, o senhor não comprava um monte de danone e iogurte pra mim? Realmente eu comprava antes porque eu tava trabalhando, você pode ver **que** até o sapato do seu pai tá furado, painho não tem condições de comprar agora um sapato, no lugar de comprar um sapato você sabe o que eu faço? Eu compro pão e leite para vocês. Não tem não. Painho, compra pra mim hambúrguer, vamos na esfiha chic. Como é que eu vou pagar? Não tenho dinheiro não, meu amigo. Eu vim aqui em Diadema, vou e volto de carona, porque eu trabalhei seis anos na ETCD– Empresa de Transportes Coletivo de Diadema -, todos **me** conhecem, então me dá carona. Tem dia que não dá, que tá o fiscal, eu deixo aquele passar e espero o outro, quando vem o outro eu pego e subo **lá** atrás. Homem desempregado, com mulher e filho, rapaz! A coisa é feia demais! Você passa em frente do açougue, eita, você vê assim, ô amigo, pega aí essa peça de **colchão** mole, corta aí em bife, o cara cortava, hoje não faço **mais** isso. Mas amanhã, se Deus quiser, posso fazer, vou começar a trabalhar, com fé em Deus que Deus é pai não é padrasto, é isso.

Depois de desligado o gravador. o entrevistado perguntou qual era a minha opinião sobre a dificuldade de arranjar emprego, porque isso estava acontecendo com tanta gente. Eu disse que em parte devido ao fato de algumas funções estarem sendo substituídas por máquinas. Então M. relatou que trabalhou como vigia numa farmácia que substituiu os quatro vigias por quatro câmeras de filmagem.

- Mas você acha que esse trabalho que a câmera faz substitui o segurança?
- Não, jamais, jamais.
- Mas eles dispensaram quatro seguranças e puseram câmeras.
- Porque é o seguinte, na área de segurança você está vendo tudo, a câmara também tá vendo, a câmera não **vai** pegar você com **pacote** de fralda, remédio, a câmera só tá filmando, você pode pôr uma tóca, você pode pôr uma maquiagem, disfarçar e ir embora. O segurança tá lá, em pé lá somente olhando para você.

Ele não fica perto de você, jamais, ele fica de longe somente observando. Olha prum lado, pro outro lado, só observando, ele jamais pode chegar em você e te intimidar, só se tiver prova mesmo que você tá com o roubo na mão e pode te enquadrar. Ao contrário...

ANEXO V-b*Quinta Entrevista*

Diário de Campo

Data: 23 de janeiro de 2002.

Iniciais do entrevistado: M.L.S.

Idade: 29 anos.

Sexo: masculino.

Cor auto-referida: preta.

Último salário: R\$ 700,00

Renda mensal atual: R\$350,00

Fonte de renda: Bicos como pedreiro e outros.

Local da entrevista: SERT-Diadema.

Hora de início: 10h20.

Hora de término: 10h35.

Tempo total de duração: 15'.

Observações gerais: Entrevistado procurou pela entrevistadora dizendo que gostaria de ser entrevistado. No ano passado cursou o 3º ano de Direito e neste ano trancou a matrícula.

Transcrição quinta entrevista.

- Me conte um pouco como são os seus dias de semana e como é o final de semana?
- [riso] Tortuoso, super-complicado, porque você tá acostumado naquela corrida do dia-a-dia, aí você vem a ficar desempregado, começa a tumultuar o que você deve, é isso, é aquilo, aí você começa a ter uma sobrecarga, uma dor de cabeça que não é fácil, complicado.
- O que você faz na segunda, terça, quarta, e no sábado e domingo?
- Bom, no ano passado estava estudando, esse semestre sou obrigado a trancar. Então, quer dizer, não tinha tanta sobrecarga, porque você procura ocupar a mente com alguma coisa para não pensar muito. Só que esse ano, como não há condições de continuar estudando, vai complicar um pouco. Então é aquilo, você levanta de manhã às 7 horas, você fica pensando o que você pode fazer. Você sai, corre atrás e não consegue nada.
- Você sai para procurar emprego?
- Saio, todos os dias.
- Todos os dias?
- Só que ... infelizmente.
- Como você faz com condução, essas coisas, porque é um gasto, né?
- Às vezes na caminhada, geralmente você chama mais alguém que tá parado e vai na caminhada. É a solução que tem, vai lá pra Santo André, São Caetano, São Bernardo...
- Tudo a pé?
- É, infelizmente, quando alegam que você não tem experiência na área que eles exigem, eles alegam pela escolaridade, alega que tá ultrapassando o que está sendo pedido.
- Você tá estudando ...
- Tô fazendo superior.
- Nível superior. O que você estava fazendo?
- Direito.
- Direito.
- É um curso que acaba complicando também... [riso].
- Os patrões ficam com medo.
- Dentro de uma empresa é complicado, então você acaba perdendo a concorrência por causa disso, que acham que você vai entrar, você vai ficar pouco tempo ou vai querer exigir alguma coisa, eu analiso que não é por aí.
- E você estava procurando o quê, qual função?
- Não, ajudante de produção, estágio, tudo, só que Infelizmente ainda nada, eu tô um ano e três meses já.
- O seu último emprego foi de quê?
- Operador de máquina.
- Em metalúrgica?
- É, auto-peças, metalúrgica.
- Seu salário era mais ou menos de quanto?
- 700 reais.
- Há quanto tempo você está parado?

- Um ano e três meses [silêncio]. Um ano e três meses de luta.
- E no final de semana, como é?
- [risos] Olha, é aquilo, você não vê o momento de chegar o final de semana pra ver se consegue distrair um pouco a mente, descontrair um pouco, só que chega o final de semana, acaba sendo pior, porque às vezes você vai, procura comprar jornal, vê se há alguma coisa. Só que infelizmente não aparece nada. Então você sai na segunda feira já sem expectativa nenhuma, entendeu? Você não tem aquele otimismo de correr atrás.... Simplesmente você não tem ânimo de ...
- Você estava cursando que ano da faculdade?
- Passei pro 4º de Direito.
- Nossa, você já está perto de terminar o curso!
- Infelizmente sou obrigado a trancar pra não acarretar mais dívidas, né? ... Bom, estabilizar com o que tem pra meio que sanar o que já tem, pra depois - ... O problema é o seguinte: uma vez que você pára, você perde aquele entusiasmo que você está tendo, então - Você já não tem mais expectativa de emprego. Infelizmente é complicado. Às vezes as pessoas comentam, ah, não é por aí, só você estando na situação para saber como é. Então eu sou obrigado a segurar o que poderia futuramente, ou pode futuramente te dar um futuro, te dar um patamar melhor, não tem condições, né?
- O que o trabalho representa para você?
- Pra mim, sendo casado, tudo. Uma expectativa de vida melhor, conforto para a família, acho que tudo.
- Você está casado há quanto tempo?
- Sete anos.
- Que idade você tem?
- 29.
- Nossa, você casou cedo!
- 22 anos [risos].
- Tem filhos?
- Tenho uma filha de 6 anos.
- Moram você, a sua esposa e a menina.
- Isso.
- E, me diz uma coisa, sua esposa, como está? Está trabalhando, não está também, como está?
- Olha, ela faz de vez em quando é bico Serviço fixo, também, nada ...
- Ela já trabalhou?
- Já.
- O que ela fazia.
- Ela trabalhava mexendo com teleconsulta de cheques. ... Então ... ambos em casa.
- Que bicos ela faz?
- Está dando aula, aula particular. De vez em quando aparece um aluno, às vezes sai aquele, entra outro ...
- Você faz bico?
- Quando aparece sim, comecei a correr atrás pra aparecer alguma coisa, pra ver se ajuda pelo menos pra você manter, pagar uma conta de água, luz. Quando aparece você vai, corre atrás, procura fazer pra...
- Que bicos têm aparecido?

- Quando aparece é ajudante de pedreiro, ajudante de azulejista, ajudante de serralheiro Ajudante de pintor. Isso é: quando aparece. Quando você está parado você concorda em fazer tudo, só que às vezes você corre, corre atrás e não consegue nada. Então
- Então é grave, né?
- Complicado, super-complicado ...
- Me fale uma coisa, pra você tem diferença entre emprego e trabalho?
- ... Emprego e trabalho ... [silêncio]. Eu acho que depende das circunstâncias, entendeu? Dependendo das circunstâncias, eu acho que acaba dando no mesmo, agora, dependendo da circunstância, não, já ... Começa a divergir um pouco, né? Geralmente, no meu ponto de vista, o emprego, você tem aquele ânimo definitivo, e o trabalho não, é uma coisa que você fazendo ou não, uma coisa mais superficial, você procura não abranger muito, e o emprego não, você procura lutar com unhas e dentes pra ...
- Você se envolve com ele.
- É, pra se garantir mais, né ... procurar ter uma estab, estabilidade, apesar disso não existir hoje em dia, mas ...
- E emprego de homem, ou trabalho de homem e de mulher, tem diferença?
- Acho que hoje em dia não.
- Você tem ajudado sua mulher na casa. Como é que fica?
- Ajudo com frequência [risos], porque é aquilo, é por eu já ter morado so, so, sozinho, época de quartel, você aprende a ser mais desenvolvido, então quer dizer, às vezes eu levanto, vou arrumar a casa, lavo uma roupa, passo ...
- Você serviu o Exército?
- Servi a Marinha.
- Passou quanto tempo?
- Quase dois anos.
- Nossa! É um bom tempo, né?
- É, então quer dizer, como eles dizem, você é obrigado a aprender a se safar, então...
- Você é obrigado a aprender?
- A se safar, se virar. É gostoso, sei lá, eu gosto de ajudar, eu acho que eu sou o tipo de esposo que eu sou muito exigente, então pra você exigir você tem que ajudar, então.... Ajudo no máximo porque serviço de casa é complicado, é aquela rotina dia após dia, então acho que tem que haver uma colaboração de ambos, né, pra ... Eu lembro que, quando ela trabalhava, levantava 5 e pouco pra ir pro serviço, eu levantava, ia até o ponto com ela, voltava, ia adiantar o serviço de casa, arrumar a casa, antes de ir trabalhar, que eu trabalhava mais perto de casa, ia arrumar a casa, tinha que lavar a roupa, já deixava a roupa lavada, a hora que ela chegasse do serviço já Descascar mais, jeito de aliviar ... Faxina todos os finais de semana do jeito que ela costuma fazer, então ...
- Bom, e a relação de vocês, a relação de casal, como é que está?
- Por enquanto, por incrível que pareça não foi abalada ainda, continua na mesma estrutura. Eu tinha medo quando fiquei desempregado de abalar, mas graças a Deus até agora continua normalizado, ela é compreensiva, sei lá, eu acho que ela observa que não é falta de correr atrás, a minha parte eu tenho feito, tenho me dedicado o máximo pra ver se consigo alguma coisa. Infelizmente não consegui, então, ainda não consegui, né ...

- É... Você estava com que salário, o último que você recebeu?
- 700 reais.
- Atualmente, como você tem se arrumado, que renda, com que dinheiro você tem vivido?
- [riso] Ah, o do bico e ... Minha casa que está alugada, uma parte dela está alugada, é o que dá uma ajuda.
- Dá mais ou menos quanto?
- Olha, uns 300, 350.
- Qual a sua idade?
- 29.
- Pro futuro, o que você pensa?
- Pra mim ou geral?
- Pra você, pra sua situação, particular.
- Eu creio que um bom emprego, se Deus quiser, poder dar um bom conforto pra minha família, ter uma expectativa de vida melhor, pra minha família e para as pessoas que se encontram ao meu redor. Acho que só isso.
- A família, pai, mãe, sogro, sogra, tem alguém por perto, não?
- Tem, tem.
- Eles ajudam, como é?
- Ajudam, só que eu sou o tipo de pessoa que não gosto de envolver muito a família nos meus problemas, acho que a partir do momento que você adquiriu um matrimônio você é obrigado a aprender a se virar, desgarrar da família, então não gosto muito de envolver muito a família nos meus problemas particular. Embora eles acompanham, só que eu procuro não envolver, mas na medida do possível eles têm colaborado, ajudado.

ANEXO V-c*Sexta Entrevista*

Diário de Campo

Data: 23 de janeiro de 2002.

Iniciais do entrevistado: A.A.A.

Idade: 41 anos.

Sexo: masculino.

Cor auto-referida: moreno.

Último salário: R\$400,00.

Renda mensal atual: R\$ 200,00.

Fonte de renda: bicos.

Local da entrevista: SERT-Diadema.

Hora de início: 10h50.

Hora de término: 11h10.

Tempo total de duração: 20'.

Observações: Entrevistado fala baixo, aparentando estar bastante entristecido.

Transcrição sexta entrevista.

Antes de iniciar a entrevista, o entrevistado relata que, depois que ficou desempregado, a esposa precisou ir trabalhar e agora está pedindo a separação.

- ... Soube que ela tá com namorado, o que eu vou fazer? Vou bater? Vou me matar? Vou matar alguém?
 - Não.
 - Então...
 - Me fale uma coisa, o que o trabalho representa para você?
 - Acho, hoje, seria, praticamente um ... Como se eu tivesse acertado na Mega-sena ou na loto, porque a idade já está ficando alta, 41 anos, grau de escolaridade mais baixo, nem que fosse assim, arrumar um emprego ou arrumar um trabalho pra reconciliar com a minha mulher, não, acho que isso aí não viria mais no caso, é mais ter um trabalho pra sustentar meus filho, me sustentar e sustentar meus filhos, acho que isso aí era a melhor coisa que podia existir. O que adiantaria muito pra mim é isso aí, que eu tenho um filho que vai fazer 18 anos, tá praticamente, tá fazendo o curso de computação, tá praticamente quase parando o curso, que eu já não tenho condições de pagar, não é toda semana que eu arrumo bico, é, então ... tá desse jeito aí.
 - Você tem três filhos? Qual a idade deles, um 18 ...
 - E dois de 10.
 - E dois de 10, são gêmeos?
 - São gêmeos, um casal.
 - Um menino e uma menina.
- [*Devido à aparência desanimada e triste*] – Fique a vontade para responder o que te vier. Me fale uma coisa, você acha que diante disso que você está vivendo, uma situação de separação depois que perdeu o emprego, o emprego significa só comida?
- Não, significa também a liberdade, né, de você ter o direito tanto de comer como, quem sabe, arrumar outra pessoa pra viver, que não dá pra você viver só. Então ... significa tudo, justamente a vida da gente sem um emprego, trabalho, emprego, mas sem essa coisa aí a pessoa não é nada.
 - A pessoa é, que tá desempregada, você diz que não é nada. Vamos falar um pouco como que é quando o homem está desempregado e a mulher está trabalhando e quando a mulher está em casa desempregada e o homem está trabalhando. Como você vê essas duas situações?
 - Olha, quando a mulher não está trabalhando e o homem está trabalhando eu acho que é bem mais fácil, porque o homem sempre tem que trazer as coisas, é obrigação do homem manter a casa, manter tudo. Quando ele está desempregado que a mulher tá trabalhando a mulher já não acha que ela é obrigada a sustentar a casa, sustentar o marido dentro de casa desempregado. Então fica aquela diferença, ela acha que ela tá trabalhando é pra se manter, e eu acho que a mulher casada teria isso aí mesmo, ela trabalhar só pra comprar as coisas dela e o marido ...
 - Você concorda com isso?
 - Concordo, se o homem ou o marido está trabalhando ela tem direito de comprar as suas coisas, que mulher gosta de andar arrumada, é isso aí, é o problema. Agora, se o homem tá desempregado ela já não quer fazer isso.
 - Não é obrigação dela sustentar a casa?

- Não [*risos*]
- Ela acha que não, aí fica essa coisa no ar.
- E o trabalho da casa, como é que tem sido, A.?
- Não, eu faço o que eu posso, eu chego em casa agora, vou fazer o almoço, pra mim e pros meninos...
- Você cozinha? Sabe cozinhar direitinho?
- [*risos*] Dá pra comer.
- Dá prá quebrar o galho.
- Agora, com essa coisa aí, eu mesmo que lavo a minha roupa, eu mesmo que passo.
- Essa coisa que você diz é da separação?
- É, ...
- Só a sua, você lava e passa.
- É, porque a dos meninos ela lava e passa. As minha eu tenho que lavar e passar.
- E o trabalho da casa, limpar a casa?
- Eu limpo, normal. Uma vez eu faço, uma vez ela mesma faz. Isso aí não tem separação ainda. Por enquanto ainda também, mas o resto ... Mas só de você entrar dentro de casa, você olhar e ver uma pessoa, você já ... Sei lá, dá vontade de sair, não voltar mais.
- Você está desempregado há quanto tempo?
- Dois anos, quase dois anos e meio.
- Que iniciou legalmente o processo de separação, foi a partir de quando?
- O processo iniciou agora em setembro, mas já vinha as briga, já vinha.
- Mas que deu entrada mesmo, há quatro meses?
- É, e era pra ter feito essa separação, é que ela não quis concordar com algumas coisas, aí, né, ... Era pra ser amigável e virou letigioso aí teve que ir para o fórum.
- Por quê? Com que coisas ela não concordou?
- Não, ela não quis, por exemplo, a casa mesmo ela não quis dividir, ela queria ficar com a casa pra ela só ... Aí eu não aceitei, mesmo eu deixando para os meus filhos, mas eu acharia que eu não tenho um lugar para onde ir, então eu falei não, então eu conversei, fui no advogado, conversei, ele falou não, são direitos iguais, “vocês não vão separar”, “vamos”, “então seus filhos têm direito, se amanhã você morrer seus filhos têm direito, enquanto você estiver vivo você tem direito, o que o juiz vai decidir com quem eles ficam ou quem paga a pensão”, então aí eu fui falar com ela, ela falou que não aceitava, e tal, que ia pra o juiz, que o juiz dava direito a ela tudo, falei, então, pode ir, então vamos prá Justiça. Acho que voltaram agora dia 21, lá pra fevereiro deve chegar a carta. Aí vamos ver o que que vai dar, o que que ela vai fazer. Emprego não tem, praticamente não tem casa mais, daqui a pouco vai ser o quê? Mais um na rua, mais um mendigo na rua.
- Mas aí é uma questão da Justiça, o juiz é quem vai estar vendo essa ...
- É... Quando, o advogado falou prá gente, até é o advogado da prefeitura, né? Ele falou o seguinte, o juiz não vai mandar nem um nem outro pra rua, a única coisa que ele vai fazer vai pôr à venda o imóvel, tá, e aí vai dividir, ou eu compro a parte dela, se eu tivesse dinheiro, mas não tenho, ou então ela compra a minha. Aí cada qual pega a sua parte ou senão vai vender para terceiro, né?
- E aí divide.

- Divide, aí o que vai acontecer? Você trabalha vinte anos pra ter uma coisa, depois você vende aquilo, você sabe que dinheiro é difícil de você ganhar, mas pra gastar! Aí você fica como? Aí não tem mais nada.
- É, a preocupação de ter um teto para morar, é, isso é importante, não pode perder.
- Isso é o mais difícil que tem, né? Porque hoje em dia você vê, a pessoa vai pra favela, chega a pegá fogo, dá enchente ... sei lá ... é muita coisa que você tem que pensar, senão... você acaba fazendo alguma coisa errada e amanhã não dá tempo de se arrepender mais, então, correr atrás, chamar por Deus, vê se consegue alguma coisa.
- Tá certo. Me diga um pouco qual a diferença que você entende entre trabalho e emprego, como é isso, emprego e trabalho.
- Humm, por exemplo, bancário, o cara que trabalha no banco, ele tem o quê? Ele tem um emprego, né? É totalmente diferente de um cara que trabalha num banco pra quem vem trabalhar dentro de uma indústria. Significa as palavras, só as palavras que separa, mas tem as condições de você trabalhá aqui, você trabalha social e tudo, você nunca vai dizer eu trabalho ali, não, eu tenho um emprego ali.
- Emprego é mais leve, é uma coisa de mexer com papel, com computador?
- Mais social, o trabalho é mais braçal, é sujeira...
- Pegar no pesado.
- Essa aí é a diferença, mas eu acho que a palavra, a palavra que separa já, emprego e trabalho, né? Eu estive numa agência, e uma menina lá fazendo ficha pra entrevista para uma firma, aí a menina da agência pergunta a ela: Você está procurando emprego ou trabalho? Aí também eu saí, entreguei o curriculum e saí, não esperei ela responder [*riso*]. Quando a pessoa faz a pergunta: “Você tá querendo trabalho?” Vai pra prefeitura, se candidata na política, alguma coisa, é o único emprego, agora trabalho, trabalho, você trabalha como, ó, pega esse carro aqui, você vai trabalhar, vai fazer entrega, tá? Ou então, você vai trabalhar de ajudante, vai cortar a rua ali, tá trabalhando numa firma é pra isso, pra fazer o que eles mandam. Então tem essa diferença.
- Tá certo... Como é que você está lidando durante esse tempo com o dia-a-dia, tem família, tem amigos, quem é que tem estado perto de você, ou mesmo um dinheiro pra condução, pra procurar emprego, como tem sido?
- Olha, é a coisa mais difícil que tem é isso. Porque você está trabalhando com salário todo mês, você tá rodeado de amigos, parente, tudo. Você perdeu o emprego, passou uns três, quatro mês, você tá desempregado, aí começa, um vai embora, outro vai embora, não quer nem saber se você está passando fome, nada. Então alguns amigos, alguns amigos, graças a Deus, que sempre tá quase todo dia, quando ele não vai em casa, ele me liga: “Onde você estava? Você saiu hoje?” “Não, tal”. Algum parente também, mas a maioria, tudo embora. Eu saí de casa a pé, vim até aqui a pé.
- Você mora onde?
- No Inamar ... In da tô pensando sair daqui, vou sair pelo Canhema, vou sair lá na Vila São José. ... De lá eu pego o ônibus ou sei lá, ... Mas a gente vai se virando. É isso aí sobre condução.
- Você tem família por perto? Irmãos, parentes?
- Eu tenho só um irmão, tenho um irmão, mas praticamente não posso nem dizer que tenho, que esse daí foi o primeiro a abandonar e sumir. Tem o quê, tem um

ano e meio que eu não vejo ele. De vez em quando a mulher dele liga em casa, mas só, só, liga oi, oi, tudo bem? E tenho um primo e uma prima, e tenho uma cunhada minha, ela que me ajuda bastante. Minha cunhada do meu irmão que morreu, né, tem 23 anos. Então ela, quase todo final de semana ela vai lá em casa, liga, e esse primo meu e essa outra prima, porque o resto da família, acabou. Vamos sobrevivendo, tentando viver. ... Convite pra o que presta você não acha mas pra o que não presta é só você sair na esquina aí.

- Como é isso, A.?
- Ah, porque você sabe o que existe, o mundo da droga, da vagabundagem tá cheio, tá? Mas graças a Deus eu fui criado de uma família pobre, não tive de nada, mas me ensinaram muito bem, isso eu tenho que pedir graças a Deus e ter fé em Deus.
- Como são esses convites?
- Não é convite, você sabe, onde você que vive andando e trabalhando, você vê os caras, quem usa, quem anda, onde tudo, né? Você trabalhou junto com um cara que é usuário, aí você encontra o cara, você tá desempregado, que nada, meu, vai lá em tal lugar lá, cara, faz um bico lá. Falei não.
- Esse bico não [*riso*].
- Não tenho coragem.
- Como é esse bico?
- É passar droga e assaltar, um bucado de coisa assim. Falei não, eu sinto muito, mas eu digo isso não é pra mim. Se eu não fiz isso aí quando era de menor, eu saí de casa, eu tinha 14 anos de idade, eu saí da companhia da minha avó, até agora com 41, nunca passei, não tenho nenhuma passagem ... Não sei nem o que é polícia, falei não, brigado, pode ficar lá.
- Você acha que essa situação que você está vivendo facilita para as pessoas irem pra esse mundo?
- Facilita, facilita bastante. Porque é um dinheiro fácil, é um dinheiro que entra muito rápido, fácil. Já tive a experiência de alguns colegas meus, cara que trabalhou junto comigo, quando saiu caiu nisso como eu estou, hoje está na cadeia. Então eu acho que isso aí é a coisa mais rápida que tem, a pessoa se envolver no mundo do crime, se a pessoa não tiver cabeça, não tiver consciência, tá, e muita fé em Deus, ele se perde rápido. Isso daí eu ... Todo dia eu levanto e peço a Deus que nunca passe pela minha cabeça.
- Você é católico?
- Sou.
- Vai à Igreja, não?
- Vou.
- Vai?
- Todos os domingos. É difícil mesmo, principalmente a gente que tem família, já pensou, esse tempo todinho, 18 anos que ele vive comigo, nunca me viu em nada, sempre quero dar bom exemplo a ele, aí eu caio nisso aí, amanhã eu tô preso, ele chega e fala: meu pai queria tanto me dar bom exemplo, olha praí? Que é que vai fazer?
- O.k. A.

Após desligado o gravador, A. agradece e diz que para ele foi muito bom ter podido falar.

- [*riso*] Bom, foi igualmente ir numa psicóloga. Você não tem que ir lá, tem que contar a sua vida? O que acontece aqui pra mim foi a mesma coisa, porque quando nada eu tive alguém que pode me ouvir e depois você vai analisar e vê se entende o que a gente passa quando está desempregado.

ANEXO VI-a

Exemplo de Instrumento de Análise do

Discurso do Sujeito Individual

<p>Tema 2: Divisão Sexual do Trabalho na Teoria.</p> <p>Questão A) Existe diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher?</p>	
Expressões-chave	Idéias Centrais
S1: Hoje em dia não, um faz o que o outro faz.	Não.
S2: Tem. Serviço de pedreiro veio pro homem, serviço pesado, bruto... Pra mulher tem que ser trabalho leve. Quando eu fui construir o meu barraco, minha mulher deu a maior força pra carregar broco, areia, mas é pesado pra mulher. Lavar roupa, essas coisa fica mais pra mulher, agora, quando eu tava no quartel eu fazia tudo...Mas fica meio chato o homem tá pondo roupa no varal, os vizinhos falam bastante: olha o M.! Tinha mastercard, cheque ouro, agora tá pondo roupa no varal!	a) Os serviços braçais são para o homem b) Na prática a esposa ajudou na construção do barraco. c) Os serviços de casa são para a mulher, d) Embora no quartel tenha aprendido a fazê-los e atualmente, por necessidade, os faça.
S3: Só se for o serviço pesado ... Eu acho até que a mulher é mais inteligente, ela se dedica mais, homem é mais atrapalhado. Agora não vamos comparar a força de um homem com a de uma mulher, só que hoje não exige força, exige inteligência e cabeça, é isso aí.	a) Mulher não deve fazer serviços pesados, pois não tem força física. b) Mulheres são mais inteligentes e dedicadas; os homens são mais atrapalhados.
S4: Acho que hoje em dia não.	Não.
S5:	
S7: Não, é tudo a mesma coisa, a mulher também luta. Cada um sabe o que quer e a mulher quer trabalhar, então não tem diferença nenhuma... Quando a pessoa precisa e não quer que os filhos passe necessidade tem que correr atrás. <i>[Puxador de carrinho há três anos; a esposa só recentemente começou a vender produtos de limpeza]</i> .	Não, a mulher também trabalha.
S8: Sim, existem alguns serviços pesados, uns 10%, que é muito penalizado para a mulher, mas elas estão fazendo, principalmente nas frentes de trabalho das prefeituras.	a) A mulher não deve fazer serviços pesados, pois isso a prejudicaria fisicamente, b) Porém, atualmente elas fazem geralmente nas frentes de trabalho das prefeituras,
S10: Você fala de preconceito? Não sei... Não parei para analisar.	Não sei.

S11: Creio que não. Varrer uma casa, uma rua, tudo, o homem tem que saber fazer; agora, pra mulher tem trabalhos que não consiste ela fazer por causa dos trajo. ... Carpí no meio do mato esses terreno vazio, pra mulher já dificulta ... De saia num terreno acidentado.	a) Todo homem deve saber fazer os serviços da casa. b) Porém, a mulher não deve fazer alguns trabalhos que a expõem devido à roupa (saia).
S12:	
S13: Não, não existe diferença, mas tem uns serviços pesados que não dá pra uma mulher trabalhar, um serviço braçal numa obra, é pesado pra ela, falta força física. O resto a mulher pode fazer, tipo tem muitas metalúrgicas que tem mulher trabalhando, mas abrem poucos trabalhos desse estilo pra mulher, a discriminação é muita ainda.	a) Não tem diferença. b) Existem serviços pesados para a mulher, pois exigem força física. c) A mulher ainda é discriminada para fazer serviços que tradicionalmente são reconhecidos como masculinos.
S14: Tem, né, mulher não pode desenvolver serviço de homem, metalúrgica, é mais pesado, as mulheres são mais frágeis, mulher é mais escritório, esse tipo de coisa.	a) As mulheres não podem fazer os serviços de homem por serem mais frágeis.
S15: É igual, com certeza, mulher também tem o direito dela.	a) É igual, as mulheres também têm direito.
S16: Depende ... Uma mulher não vai trabalhar numa coisa pesada, mas hoje como está o mercado exige-se que a mulher faça o mesmo, só que elas são menos reconhecidas ... Ganham menos, isso todo mundo sabe. Tem diferença no <i>status</i> dentro da empresa também, se for mandar embora manda a mulher. Hoje diz-se que a mulher tá melhor encaixada no mercado porque ela tem mais facilidade, desenvoltura intelectual, isso é provado pela medicina e os psicólogos dizem ... Elas têm tudo isso a mais que os homens, só que não são reconhecidas, é uma luta até hoje, você sabe...	a) As mulheres não podem trabalhar em serviços pesados. b) Apesar disso o fazem. c) As mulheres ganham menos e têm menos status, são menos reconhecidas. d) As mulheres são mais inteligentes e têm mais facilidade.
S17: Que eu vejo as mulher trabalha nas mesmas coisa do homem, muitas vezes tem mulher que trabalha mais do que certos homens, então eu acho que não tem.	a) As mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os homens. b) Às vezes trabalham mais.

ANEXO VI -b

Exemplo de Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo

Tema 2: Divisão Sexual do Trabalho na Teoria.	
Questão A) Existe diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher?	
Idéias Centrais	DSC 1
Não, a mulher também trabalha, também tem direito, quando a pessoa tem filhos pra sustentar é tudo igual.	<p><i>Hoje em dia não tem diferença nenhuma, um faz o que o outro faz. A mulher também tem direito e luta. Quando a pessoa, homem ou mulher, precisa e não quer que os filhos passem necessidade, tem de correr atrás. As mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os homens, porém ainda são discriminadas, pois às vezes trabalham mais e ganham menos.</i></p> <p>DSC 2</p> <p><i>Tem diferença sim, as mulheres não poderiam fazer serviços pesados, como trabalhar em obras, porque não têm força física e esse tipo de trabalho as prejudicaria fisicamente; além disso, ficariam expostas devido à roupa (saia). Para as mulheres deveriam ficar destinados os serviços mais leves, como escritório e as tarefas da casa. Contudo, como o mercado de trabalho e as circunstâncias exigem, as mulheres têm trabalhado em serviços pesados, ajudando o marido na construção da própria casa, ou em trabalhos</i></p>
a) Os serviços braçais são para o homem.	
b) Na prática a esposa ajudou na construção do barraco.	
c) Os serviços de casa são para a mulher.	
d) Embora no quartel tenha aprendido a fazê-los e atualmente os faça por necessidade, acha errado o homem fazer sistematicamente serviços de casa, pois os vizinhos falam bastante.	
a) Mulher não deve fazer serviços pesados, pois não tem força física.	
b) Mulheres são mais inteligentes e dedicadas, os homens são mais “atrapalhados”.	
a) A mulher não deve fazer serviços pesados, pois isso a prejudicaria fisicamente.	
b) Porém, atualmente elas fazem geralmente nas frentes de trabalho das prefeituras.	
Não sei.	
a) Todo homem deve saber fazer os serviços da casa.	
b) Porém a mulher não deve fazer alguns trabalhos que a expõem devido à roupa (saia).	
a) Não tem diferença.	
b) Existem serviços pesados para a mulher, pois exigem força física.	
c) A mulher ainda é discriminada quando faz serviços que tradicionalmente são reconhecidos como masculinos.	
a) As mulheres não podem fazer os serviços de homem por serem mais frágeis.	

<p>a) As mulheres não podem trabalhar em serviços pesados.</p> <p>b) Embora o façam.</p> <p>c) As mulheres ganham menos e têm menos status, são menos reconhecidas.</p> <p>d) As mulheres são mais inteligentes e têm mais facilidade para aprender do que os homens.</p> <p>a) As mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os homens.</p> <p>b) Às vezes trabalham mais.</p>	<p><i>insalubres, como limpeza de esgotos, principalmente quando empregadas pelas frentes de trabalho das prefeituras.</i></p> <p>DSC 3</p> <p><i>Tem diferença sim, atualmente as mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os homens, porém quando trabalham fora são mais dedicadas, inteligentes e têm maior facilidade para aprender do que os homens; por isso estão mais bem encaixadas no mercado; porém, são menos reconhecidas, pois ganham menos e têm menos poder na hora das decisões Dessa forma, não existe diferença no conteúdo do trabalho, porém, há diferença no status dentro da empresa.</i></p> <p>DSC 4</p> <p><i>Os serviços pesados e braçais, que exigem força física, deveriam ficar destinados apenas aos homens, que, no entanto, devem também saber fazer de tudo, inclusive os serviços da casa, para os momentos de necessidade ou para ajudar a esposa, embora não devam fazê-los como obrigação cotidiana, pois os vizinhos falam bastante: “Olha o M., tinha Cheque Ouro, Mastercard e agora tá pondo roupa no varal!”.</i></p>
--	---

ANEXO VII

QUADRO 1

**Diferença entre trabalho de homem
e de mulher considerando os processos de trabalho.**

Questão	Consideração quanto ao gênero	Consideração quanto aos processos de trabalho
<i>Existe diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher?</i>	Para a mulher	<u>Quanto ao conteúdo do trabalho</u> c) Na prática, não, as mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os homens. d) Na teoria, sim, as mulheres não deveriam fazer serviços pesados.
		<u>Quanto ao status no trabalho</u> Sim, as mulheres têm menos poder, embora às vezes trabalhem mais e melhor.
		<u>Quanto aos rendimentos</u> c) Na teoria, a mulher deve ganhar menos do que o homem e pode ajudar nas despesas; porém não deve sustentar a casa. d) Na prática a mulher sustenta parcial ou totalmente a casa, independentemente de quanto ganha.
	Para o homem	<u>Quanto ao conteúdo</u> Não tem diferença, o homem pode fazer tudo que a mulher faz.
		<u>Quanto ao status</u> O homem pode ajudar a mulher; porém, não deve assumir sistematicamente os serviços da casa, pois denotaria falta de poder aquisitivo e perda de masculinidade, embora não de virilidade.
		<u>Quanto aos rendimentos</u> c) Na teoria, ambos podem ser responsáveis pelas despesas da casa, desde que o homem seja o principal provedor. d) Na prática, a mulher tem sido a principal provedora.

ANEXO VIII

QUADRO 2

Diferenças entre desemprego considerando os processos de trabalho.

Questão	Gênero	Processos de trabalho	
		<u>Status</u>	<u>Rendimentos</u>
<i>Existe diferença entre o homem desempregado e a mulher desempregada?</i>	Para a mulher	O desemprego não atinge a mulher moralmente, pois ela não fica desocupada, já que tem os serviços da casa.	Não há diferença, a sociedade foge dos dois, e, ambos sofrem; principalmente se tiverem filhos para sustentar.
	Para o homem	O desemprego também não significa desocupação (vai fazer bicos), porém representa derrota, humilhação e fracasso principalmente se depender do dinheiro da mulher para seu sustento.	

ANEXO IX

QUADRO 3

Realização dos serviços da casa.

Questão	Gênero	
	Para o homem	Para a mulher
<i>Depois que você ficou desempregado, quem faz os serviços da casa?</i>	Não faz nada porque não sabe e acha difícil aprender, só gosta de ficar com os filhos.	Faz tudo porque sempre fez, não trabalha fora.
	Faz algumas atividades da casa quando a mulher ‘briga e xinga’, porém, realiza espontaneamente alguns cuidados com os filhos, como levar e buscar na escola.	Trabalhando fora ou não, é responsável pelos trabalhos da casa.
	Ajuda nas coisas mais pesadas da casa (consertos, lavar quintal ...) e nos cuidados cotidianos com os filhos, incluindo banho e alimentação.	Contribui com parte ou total do orçamento doméstico e é responsável pela organização total e realização – às vezes parcial – dos serviços da casa.
	Aprendeu as tarefas domésticas nas Forças Armadas ou quando morou sozinho e ajuda sempre que necessário, sob orientação da mulher. Realiza os cuidados cotidianos com os filhos e também os eventuais, como levar ao médico.	